



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**O Risco Não Cessa Quando o Turno Termina: Um Estudo Sobre
a Morte de Policiais Militares Fora do Serviço**

Erika Natalie Pereira Miralha Duarte

Belém – PA
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Erika Natalie Pereira Miralha Duarte

**O Risco Não Cessa Quando o Turno Termina: Um Estudo Sobre
a Morte de Policiais Militares Fora do Serviço**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Clay Anderson Nunes Chagas, *Dr.*

Belém – PA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D812r DUARTE, ERIKA NATALIE PEREIRA MIRALHA
O Risco Não Cessa Quando o Turno Termina: : Um Estudo
Sobre a Morte de Policiais Militares Fora do Serviço / ERIKA
NATALIE PEREIRA MIRALHA DUARTE. — 2019.
112 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Vitimização. 2. Folga. 3. Crime. 4. Latrocínio. I. Título.

CDD 363.10098115



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**O Risco Não Cessa Quando o Turno Termina: Um Estudo Sobre
a Morte de Policiais Militares Fora do Serviço**

Erika Natalie Pereira Miralha Duarte

Esta dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Belém – PA, 21 de fevereiro de 2019.

Profa. Silvia dos Santos de Almeida, Dra.
(Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública)

Banca Examinadora

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
Universidade Federal do Pará
Orientador

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Universidade Federal do Pará
Avaliador Interno

Profa. Dra. Maély Ferreira de Holanda Ramos
Universidade Federal do Pará
Avaliadora Interna

Prof. Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio
ESMAC
Avaliador Externo

**Belém-PA
2019**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me proporcionado até aqui vida, saúde e condições para que eu pudesse atingir meus objetivos pessoais e profissionais.

Ao meu orientador, Professor Doutor Clay Anderson Nunes Chagas, que me acompanha nesta missão acadêmica desde o Curso Superior de Polícia; obrigado pelas orientações, discussões e amizade.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, os quais foram incansáveis na árdua missão de nos incentivar à produção intelectual e ao estudo, em especial aos membros da banca de qualificação, professores Doutores Edson Marcos Leal Soares Ramos (o qual me “adotou” temporariamente na reta final do curso), Jaime Luiz Cunha dos Santos e Maély Ferreira de Holanda Ramos.

Aos policiais militares da Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, os quais se esforçaram para que eu pudesse frequentar as aulas do curso com tranquilidade; do Comando de Policiamento da Capital II (CPC II), “Comando das Ilhas”, por me inspirarem nessa temática diante do cenário de mortes de policiais visto tanto sob o meu comando, quanto em toda a RMB; e do Comando de Policiamento Regional de São Félix do Xingu (CPR XIII), que me fizeram compreender o contraste das diferentes realidades dentro de uma mesma instituição.

Aos meus colegas da turma de Mestrado em Segurança Pública – Turma 2017, em especial à “confra dos institucionais”, meus irmãos da área de segurança pública.

À minha família, pais e irmãos, os primeiros por sempre me incentivarem a estudar, em especial à minha mãe, pela renúncia de tantos anos para cuidar de nós.

Aos meus filhos, por terem suportado minha ausência tanto em decorrência da profissão que escolhi quanto pela necessidade de participar das atividades acadêmicas e nos horários livres que passamos estudando.

Ao meu companheiro Cesar Maurício de Abreu Mello, amigo, confidente e cúmplice de farda e para toda a vida, que me inspira de maneira permanente e a quem muito devo por ter chegado até aqui, obrigada pelas sugestões, intervenções, conselhos, enfim, por todo o cuidado que sempre me dispensou ao longo dos mais de 20 anos de convivência.

Oração do Policial Militar

Senhor!

A nossa missão é essencial

Na defesa da vida

Pelo bem da sociedade

Ajudai-nos a combater o mal

Dai-nos fortaleza para superar

As dificuldades em nosso serviço diário

Protegei, Senhor

A todos os Policiais Militares

Para que ao retornarem

De cada missão

Encontrem suas famílias em paz

Sob os cuidados de Deus!

Amém!

RESUMO

DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha. **O Risco Não Cessa Quando o Turno Termina: Um Estudo Sobre a Morte de Policiais Militares Fora do Serviço.** 2019. 109f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2019.

A segurança pública é um assunto discutido cotidianamente - por leigos e especialistas, particularmente quando se trata da letalidade violenta. No estado do Pará, os profissionais de segurança pública, em especial os policiais militares, vêm sofrendo as consequências do recrudescimento da violência, sendo vítimas de homicídios e latrocínios. O presente trabalho teve como objetivo compreender como o risco profissional influencia na ocorrência das mortes dos Policiais Militares do Estado do Pará nas situações ocorridas na folga (fora do serviço policial). Tal pesquisa se justificou pela necessidade de conhecer as causas e circunstâncias da vitimização com resultado morte dos policiais militares do Pará, a fim de que se proponham medidas para diminuir tais ocorrências. Foram analisadas as mortes de policiais militares da ativa pertencentes à Polícia Militar do Pará no período de 2011 a 2018 por meio de estatística descritiva. Conclui-se que os policiais militares são vítimas predominantemente do crime de latrocínio, principalmente nos bairros periféricos da Região Metropolitana de Belém, coincidindo com os locais de maior incidência de crimes contra a pessoa.

Palavras-chave: vitimização; folga; crime; latrocínio.

ABSTRACT

Public safety is a subject discussed on a daily basis - by laymen and specialists, particularly when it comes to violent lethality. In the state of Pará, public security professionals, especially the military police officers, have been suffering from the upsurge of violence, being victims of homicides and robberies followed by death. The objective of this study was to understand how professional risk influences the occurrence of the deaths of Military Police Officers of the State of Pará in the situations that occurred during off duty period (out of police service). Such research was justified by need to know the causes and circumstances of the victimization resulting in death of the military police officers of Pará, in order to propose measures to reduce such occurrences. The deaths of active police officers belonging to the Military Police of Pará state during the period from 2011 to 2018 were analyzed by means of descriptive statistics. It is concluded that military police officers are the predominant victims of the crime of robbery, mainly in the peripheral neighborhoods of the Metropolitan Region of Belém, coinciding with the places with the highest incidence of crimes against the person.

Keywords: victimization; day off; crime; robbery followed by death.

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

Figura 1: Escala de Correlação entre as Variáveis X e Y	20
---	----

CAPÍTULO 2 – Artigo 1

Figura 1 – Taxa de Mortalidade Policial, no período entre 2011 e 2018, por 1.000 Policiais Militares	35
--	----

Figura 2 – Quantidade Total de Policiais Militares do Pará mortos no período entre 2011 a 2018, por condição de Serviço/Folga	36
---	----

Figura 3 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na Folga em decorrência de Crimes Violentos, no período entre 2011 e 2018	38
--	----

Figura 4 – Quantidade de Policiais Militares do Pará vitimizados na Folga em decorrência de Crimes Violentos no período entre 2011 e 2018, por Gênero	39
---	----

Figura 5 – Quantidade de Policiais Militares do Pará vitimizados na Folga em decorrência de Crimes Violentos no período entre 2011 e 2018, por Posto/Graduação	40
--	----

Figura 6 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de crimes violentos no período entre 2011 e 2018, por Tempo de Serviço (em anos)	42
---	----

Figura 7 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de crimes violentos no período entre 2011 e 2018, por tipo de Crime Violento	42
---	----

Figura 8 – Matriz de Calor da quantidade de Policiais Militares do Pará vitimizados na Folga em decorrência de Crimes Violentos no período entre 2011 e 2018, por Dia da Semana e Hora.	43
---	----

Figura 9 – Quantidade de Policiais Militares do Pará Vitimizados na Folga em decorrência de Crimes Violentos no período entre 2011 e 2018, por Tipo de Local onde ocorreram as mortes.	44
--	----

Figura 10 – Quantidade de Policiais Militares do Pará vitimizados na Folga em decorrência de crimes violentos no período entre 2011 e 2018, por Quantidade de Agressores	45
--	----

Figura 11 – Quantidade de Policiais Militares do Pará vitimizados na Folga em decorrência de Latrocínio na RMB, no período entre 2011 e 2018.	46
---	----

Figura 12 – Evolução da Taxa de Latrocínios por 1.000 habitantes (população geral da RMB) e por 1.000 Policiais Militares por ano, no período de 2011 a 2018.	47
---	----

CAPÍTULO 2 – Artigo 2

Figura 1 – Mortes de Policiais Militares na Ativa por Circunstância – Belém e Ananindeua, no período de 2011 a 2017.	59
--	----

Figura 2 – Distribuição Espacial do número de Mortes de Policiais Militares da PMPA, nos municípios de Belém e Ananindeua, no período de 2011 a 2017.	60
---	----

Figura 3 – Mortes de Policiais Militares na Ativa nas cidades de Belém e Ananindeua, no período de 2011 a 2017, por Distância da Residência até o Local de Queda do Policial.	61
---	----

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 1

Tabela 1: Resultados de buscas de artigos com descritores, em português (P) e inglês (I), nas plataformas CAPES e SciELO publicados no período de 2008-2018.	7
--	---

CAPÍTULO 2 – Artigo 1

Tabela 1: Relação entre o número de Policiais Militares da Ativa que morreram no período entre 2011 e 2018 e o efetivo total por ano.	34
---	----

APÊNDICE

Tabela 1 – Busca com descritores em português	77
Tabela 1 – Busca com descritores em inglês	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP – Área Integrada de Segurança Pública

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CINT – Centro de Inteligência da PMPA

CISD – Congresso Internacional de Segurança e Defesa

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

PM – Polícia Militar ou Policial Militar

PMPA – Polícia Militar do Pará

PPGSP – Programa de Pós-graduação em Segurança Pública

RMB – Região Metropolitana de Belém

RS – Relatório de Situação

SciELO – Scientific Electronic Library Online

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIAC – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal

SIE – Seção de Inteligência e Estatística

SIGPOL – Sistema Integrado de Gestão Policial

SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA.....	2
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA	5
1.4. OBJETIVOS	6
1.4.1 Objetivo geral.....	6
1.4.2 Objetivos específicos.....	6
1.5 HIPÓTESE	6
1.6. REVISÃO DE LITERATURA.....	6
1.6.1 Risco: conceituação, fatores e tipos	7
1.6.2 O risco como elemento intrínseco da atividade policial.....	9
1.6.3 Vitimização Policial	11
1.7 METODOLOGIA	15
1.7.1 Natureza da pesquisa	15
1.7.2 Fontes de pesquisa.....	16
1.7.3 <i>Locus</i> da pesquisa, recorte temporal e espacial	17
1.7.4 Coleta de dados	17
1.7.5 Análise de Dados.....	19
CAPÍTULO 2 - ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	23
2.1 ARTIGO CIENTÍFICO I	23
2.2 ARTIGO CIENTÍFICO II	53
CAPÍTULO 03 – CONSIDERAÇÕES FINAIS, RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE	65
3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
3.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	67
3.3 CONTRIBUIÇÃO PARA A SOCIEDADE.....	68
3.3.1 Estratégias de Intervenção Pública.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DO CAPÍTULO 1).....	69
APÊNDICES	73
ANEXOS	90

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO

O país tem vivenciado um cenário de insegurança permanente onde, cada vez mais, se tornou recorrente a afirmação de que o Estado brasileiro contemporâneo não possui mecanismos eficientes de prover a segurança dos seus cidadãos. Essa assertiva é corroborada pelos números apresentados pelas estatísticas criminais. De acordo com Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018) houve 63.880 mortes violentas em 2017, o que representou um aumento de 2,9% em relação ao ano de 2016.

A realidade passa a se tornar assustadora diante da falha da própria estrutura estatal em desempenhar a missão de proporcionar a segurança da sociedade, refletida nos casos de vitimização dos profissionais de segurança pública. Na prática, a ocorrência com resultado morte onde a vítima é um policial, além de fragilizar a instituição que representa, pode reforçar a tese de que a violência não seleciona suas vítimas. Ao se abordar a questão da vitimização de policiais com resultado morte, Fernandes (2016) destaca que parte da literatura atual referente ao tema tem relacionado este fenômeno aos próprios números da violência que atinge o Brasil em termos de homicídios.

Estudo de Souza e Minayo (2005) realizado no período compreendido entre 1999 e 2004 na cidade do Rio de Janeiro mostrou que os policiais militares apresentaram um índice de 72% maior de mortes que os policiais civis e ultrapassaram em 6,4 vezes os guardas municipais.

O estado do Pará vem apresentando nos últimos anos um número substancial de homicídios em que foram vítimas os profissionais de segurança pública, em especial policiais militares. No período de 2011 a 2018 contabilizou-se 310 mortes.

Entender em que circunstâncias ocorreram tais mortes reveste-se de capital importância, tendo em vista que a compreensão científica deste fenômeno certamente contribuirá para a adoção de ações estratégicas que possam minimizar o problema e preservar vidas. Proteger o agente de segurança pública, significa proteger grande parcela da sociedade, a qual lhe cabe por ofício defender.

A presente pesquisa teve como objetivo caracterizar as mortes dos Policiais Militares em serviço ativo do Estado do Pará nas situações ocorridas na folga, explicitando as causas e as circunstâncias que envolveram essas mortes, e a caracterização espacial das mortes nos

municípios de Belém e Ananindeua, explicitando a relação entre o local de moradia e os locais onde ocorreram as mortes dos policiais militares.

A dissertação divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo tratou sobre as Considerações Gerais (introdução, justificativa e importância da pesquisa, objetivos – geral e específicos –, hipótese, revisão de literatura sobre os conceitos e concepções acerca da conceituação, fatores e tipos de risco, e de que forma ele está intimamente ligado à atividade policial; e acerca da vitimização policial militar. Seguiu com a metodologia utilizada para atingir os objetivos da pesquisa.

O segundo capítulo traz em seu bojo dois artigos científicos. O primeiro artigo, denominado “Estudo sobre a vitimização com morte na folga do policial militar do Pará (2011 – 2018)”, o qual foi encaminhado para publicação na Revista Planejamento e Políticas Públicas (IPEA), apresenta uma análise descritiva acerca das circunstâncias que envolveram as mortes durante a folga dos policiais militares da ativa da PMPA no período referenciado. O segundo artigo, “**Onde a PM sangra:** caracterização espacial das mortes de policiais militares nos municípios de Belém e Ananindeua (2011-2017)” deteve-se em caracterizar espacialmente as mortes dos policiais militares da ativa nos municípios de Belém e Ananindeua, que foi enviado e aprovado para publicação no livro “Segurança e Defesa: Cidades, Criminalidades, Tecnologias e Diversidades”.

A presente dissertação seguiu os preceitos constantes da Resolução N° 001/2016 – PPGSP, de 29 de janeiro de 2016, que regula as normas e o modelo de dissertação a ser apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Ao fim, nas conclusões, verificou-se que os policiais militares do Pará constituem-se em uma categoria em que o risco da profissão se estende ao seu período de folga, tornando-os potencialmente os alvos preferenciais dos criminosos diante de sua escolha de vida, e por não estarem igualmente protegidos pelo aparelhamento do estado (viaturas, equipamentos), muitas das vezes não consegue se proteger da ação, tornando-se vítimas, em especial do crime de latrocínio, onde o armamento que porta é o objeto de ambição dos infratores.

1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

Em estudo acerca da vitimização dos profissionais de segurança pública, o FBSP (2015) coletou dados de 10.323 profissionais de segurança pública de todo o Brasil, onde

67,7% deles afirmaram possuir temor alto ou muito alto de ser vítima de homicídio em serviço e 68,4 % alegaram temor alto ou muito alto de ser vítima fora do serviço. Na percepção destes trabalhadores, 38,4% entendem correr risco de ser morto em serviço, 29,6% de folga e 30,8% não enxergaram diferenciação entre os riscos.

Estudo de Souza e Minayo (2005) apresentaram as taxas de óbitos por violência de que os policiais são vítimas dentro e fora de seu ambiente de trabalho: no período de 2000 a 2004, morreram 758 policiais militares no Rio de Janeiro, sendo 26,4% em serviço e 73,6% na folga, destacando que em 2004 o número de policiais mortos aumentou 2,5 vezes em relação ao ano de 2000. Merino (2010) acrescenta que os índices de mortalidade policial podem ser influenciados por outros fatores distintos dos índices criminais da sociedade, como a disponibilidade de recursos de proteção balística, habilidades em direção defensiva, desmotivação para suicídio ou ainda a capacitação voltada para ações táticas.

Spode e Merlo (2006, p. 362) destacam, especificamente quanto aos trabalhadores da Polícia Militar, que “às exigências do contexto de risco permanente vivido nas ruas, somam-se àquelas relacionadas à forma como o trabalho está organizado, marcado por um alto rigor prescritivo e alicerçado em um sistema de disciplina e vigilância também presentes”.

O tema escolhido vem adquirindo progressivo interesse junto à comunidade acadêmica, destacando-se pelo incentivo à pesquisa de temas que envolvem o ambiente institucional. Adicionalmente, os gestores dos órgãos responsáveis pela área da segurança pública passaram a enxergar o estudo científico como instrumento de desenvolvimento e melhoria do funcionamento das instituições.

De outro lado, alguns autores questionaram a insuficiência de trabalhos relacionados ao tema segurança pública e ao trabalho policial. Melo et al. (1998), ao argumentarem sobre a existência de estudos acerca das atividades de serviço (onde está inserida a segurança pública) e seu crescimento considerável nas últimas décadas, tanto no âmbito da economia mundial quanto no Brasil, ressaltaram que a literatura no Brasil (à época) ainda era escassa. Souza e Minayo (2005) complementam alertando para o fato de que os policiais, enquanto trabalhadores – e prestadores de serviço de segurança pública – ainda carregam o fator histórico, oriundo da oposição entre intelectuais e a população e os oficiais da segurança pública na época da ditadura militar.

Minayo e Adorno (2013), fazendo uma crítica em relação ao escasso número de trabalhos que tratem de aspecto cotidiano da segurança pública, questionam o fenômeno está relacionado à mentalidade da própria sociedade, que não enxerga o policial como ser humano

e sim como objeto instrumental da segurança pública. Em sentido contrário, Amador *et al.* (2002) afirmam que o tema trabalho e saúde de policiais vem despertando o crescente interesse tanto por parte das instituições policiais quanto da academia, motivada em parte pela peculiaridade da profissão, dada a existência de características perigosas do ponto de vista da saúde física e psíquica, como o contexto diário de risco.

No cenário nacional, destaca-se o trabalho de Fernandes (2016), que analisou as mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo nos anos de 2013 e 2014 e foi publicado na Revista Brasileira de Segurança Pública, servindo como fonte de pesquisa acerca do tema.

Ao realizar busca no arcabouço de trabalhos produzidos pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, foram encontrados dois trabalhos: o primeiro se constituiu em um capítulo do livro Segurança e Defesa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação, intitulado “Quem protege o protetor: ocorrências com morte de policiais militares no Pará (2011 a 2013)”, de Costa *et al.* (2016), que abordou a morte violenta de policiais militares dentro e fora do seu período de trabalho, concluindo que houve aumento gradativo do número de policiais mortos, constatando um número inexpressivo de mortes onde o objeto era obter a arma do policial, e não conclusivo quanto a influência da distribuição do kit policial para o aumento das mortes, havendo a necessidade de novos estudos a respeito.

Outro trabalho que tem relação direta com o tema traz como elemento central o risco da profissão policial militar, intitulado “Mesmo com o Sacrifício da Própria Vida: a Multiplicidade de Riscos na Profissão Policial Militar”, onde Mello (2015) discute os conceitos, entendimentos e significados do risco e sua forma de percepção pelos policiais militares da Região Metropolitana da cidade de Belém – PA.

Diante de tudo o que foi discorrido, fez-se necessário compreender qual a influência do risco profissional para a ocorrência do resultado morte dentro do universo da Polícia Militar do Pará, em especial nas ocorrências em que o policial não se encontra em serviço, mas, de alguma forma, ou voluntariamente, ou em decorrência das circunstâncias, em virtude de sua opção profissional e de vida, o fator risco se faz presente e intrínseco, contribuindo para a vitimização com o resultado morte. Desta forma, examinando as circunstâncias que envolvem suas mortes, pretendeu-se compreender melhor o fenômeno, permitindo encontrar soluções que tenham a capacidade de modificar ou minimizar o quadro que hoje se apresenta.

Analisar, portanto, a morte de policiais reveste-se de importância capital na medida em que não se tratam apenas de números, mas da necessidade de implementar medidas que possam orientar ações a serem desenvolvidas no sentido de dirimir as ocorrências que culminam com o óbito desses profissionais que constituem uma categoria caracterizada com a permanente convivência com o risco e que sofre severamente as consequências dessa proximidade.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Profissionais de segurança pública, em sua maioria policiais militares, morrem todos os anos em decorrência das mais diversas causas. Alguns deles, atuando durante o serviço, por meio da utilização de técnicas inadequadas ou expondo-se além do que foi ensinado nos centros de formação ou academias, tombam em confrontos com cidadãos infratores da lei; outros são vítimas de acidentes de trânsito; alguns são surpreendidos durante a execução de atividade extra remunerada para complemento da renda; há os que no momento de uma abordagem criminosa, são identificados como policiais e conseqüentemente mortos; tem-se aqueles que, mesmo estando sozinhos, ao depararem-se com uma ocorrência criminosa, tomados pelo *ethos* guerreiro forjado moldada desde a fase de formação profissional, se envolvem e acabam se tornando vítimas (MELLO, 2015). Todas essas circunstâncias giram em torno de um elemento central e que permeia a atividade que escolheram: o risco da profissão policial.

Segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017) morreram 453 policiais militares e civis no ano de 2016 no Brasil, representando um crescimento de 23,1% em relação ao ano anterior. Desse universo, 386 eram policiais militares, dos quais 283 (62%) morreram fora da atividade.

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2014, p. 8), “não vivemos mais apenas com uma epidemia de violência, mas acostumou-se com um quadro perverso e que impede que o país se desenvolva e reduza as desigualdades”. Esse quadro se torna ainda mais cruel quando entre suas vítimas estão aqueles que juraram e foram preparados para servir e proteger a sociedade. Face a essas considerações, este trabalho visa responder a seguinte pergunta: **qual a relação entre a condição de policial militar e os riscos de vitimização com resultado morte no seu período de folga?**

1.4. OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Caracterizar as mortes dos Policiais Militares do Estado do Pará nas situações ocorridas na folga (fora do serviço policial).

1.4.2 Objetivos específicos

- i)* Apresentar o perfil e as circunstâncias em que ocorreram as mortes dos policiais militares do Pará fora do serviço policial: gênero, tempo de serviço, dia da semana e faixa de hora, local da morte, tipo de crime, número de agressores;
- ii)* Explicitar a relação entre o local de moradia e os “pontos de queda” (locais onde ocorreram as mortes dos policiais militares).

1.5 HIPÓTESE

Os Policiais Militares do Estado do Pará em situações de folga (fora do serviço policial) são vítimas em maior proporção do crime de latrocínio que a população em geral.

1.6. REVISÃO DE LITERATURA

Para conhecer o que existe na literatura a respeito do tema estudado, foram selecionados alguns artigos que pudessem servir de base teórica ao mesmo. Buscas foram realizadas em diretórios utilizando o tema risco e vitimização, onde são considerados participantes os policiais ou profissionais de segurança pública. Como categoria primária de busca, utilizou-se o tema risco e como categorias secundárias os termos vitimização e morte de policiais.

Os diretórios utilizados nas buscas foram o CAPES e SCIELO, adotando-se como critério de inclusão, as seguintes regras: *(a)* publicações de artigos na íntegra; *(b)* publicados nos últimos 10 (dez) anos; *(c)* escritos em português e inglês (Tabela 1).

Tabela 1: Resultados de buscas de artigos com descritores, em português e inglês, nas plataformas CAPES e SciELO publicados no período de 2008-2018.

Fase	Diretório				Total		Geral
	CAPES		SCIELO		CAPES	SCIELO	
	P	I	P	I	P	I	
Levantamento inicial	0	108	21	2	21	110	131
Selecionados após aplicação dos critérios de inclusão	0	2	6	0	6	0	6
Número final de artigos	0	2	6	0	6	0	6

Nota: (1) Durante o levantamento foram excluídos os resultados repetidos, encontrados em mais de uma plataforma.

(2) P – Português; I – Inglês.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A partir dos artigos encontrados como resultado do protocolo de busca aplicado buscou-se também utilizar como fontes de pesquisa as referências bibliográficas desses artigos, com o objetivo de ampliar a pesquisa de bases teóricas que pudessem dar sustentação ao presente estudo.

1.6.1 Risco: conceituação, fatores e tipos

Partindo da premissa de que a vitimização de policiais é um problema que ameaça o Estado, na medida em que a própria sociedade vem continuamente a questionar a capacidade de este salvaguardá-la, torna-se imprescindível trazer à discussão um elemento que está diretamente ligado à atividade do policial e sua missão de servir e proteger, que é o risco. Assim, ao tratar o tema de morte de policiais, faz-se necessária a discussão de seus significados e suas representações, por ser um elemento intrínseco e que tem relação direta com a atividade policial.

A palavra risco pode ser considerada *multiconceitual*, tanto do ponto de vista acadêmico quanto nas demais áreas onde é empregada. Há um espectro muito grande tanto na extensão de seu significado, quanto nas tentativas de redefinição de seu conceito.

No entendimento de Hayes (1992) o risco é um campo acadêmicas cujas fronteiras não se encontram definidas, demonstrando lacunas de coerência conceitual. Beck (2011) afirma que o risco não é uma invenção moderna, e anteriormente os riscos eram pessoais, captados pelos sentidos e com alcance limitado. Atualmente, os riscos são diferentes e mais abrangentes, em consequência da globalidade de seu alcance e de suas modernas causas.

Delimitar o conceito e a extensão do significado da palavra “risco” constitui-se em uma complexa e árdua tarefa, pois “seus limites e fronteiras são ambíguos, visto que sua noção se converte em múltiplos significados e conotações sociais” (AREOSA, 2008, p.1).

Por admitir diversos entendimentos e representações enquanto conceito, a palavra risco, dá suporte a inúmeras pesquisas científicas em diferentes áreas do conhecimento que vão desde a sua relação com outras palavras como “perigo”, “ameaça”, “incerteza”, “segurança”, entre outras, até suas relações simbólicas e culturais desde o nível individual ou percebido por toda uma população (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982). Quando se transporta para o meio acadêmico, a discussão acerca do risco não é diferente.

Granjo se dispôs a conceituar o risco, mas antes fazendo uma distinção entre *risco*, *perigo* e *ameaça*; define *ameaça* como qualquer fator que possa causar dano à integridade de pessoas, seres ou coisas, ainda que a percepção de sua existência seja vaga. O perigo e o risco, por sua vez, são aplicáveis à ameaça, sendo o *perigo* como uma ameaça totalmente imprevisível, incerta, arbitrária e permanente, e o *risco* como uma forma de domesticação da ameaça, uma tentativa de por meio da ação humana ordenar o aleatório e controlá-lo (GRANJO, 2006). Adams (2009) também difere o conceito de ameaça e risco, sendo a primeira tudo aquilo capaz de causar dano, e o segundo, o resultado da multiplicação entre ameaça e probabilidade.

Adams (2009) propôs a classificação do risco em três diferentes aspectos: a) os riscos que a ciência percebe, e abrange a maioria da literatura publicada, envolve teorias dos biólogos, engenheiros de tráfego, projetistas de veículos, etc. b) os riscos percebidos de forma direta e que são gerenciados todos os dias como atravessar uma rua movimentada ou andar de bicicleta; c) os denominados riscos virtuais, onde os cientistas não chegam a um acordo, e abarca temas como o aquecimento global, radiação, pesticidas, bolsas de valores, etc.

Quanto à categorização do risco e sua percepção pelo policial militar, o trabalho de Mello e Nummer (2015) identificou nos policiais militares da Polícia Militar do Pará (PMPA) diferentes percepções do termo, dividindo-o em quatro categorias que abrangem: o *sentido epidemiológico*, que se refere ao risco do policial sofrer lesões, traumas e mortes, oferecendo parâmetros quanto à magnitude do perigo e dos locais com maior índice de incidência dos mesmos; o *risco jurídico*, que se relaciona às questões administrativas e jurídicas oriundas de decisões erradas, sejam elas tomadas de forma individual ou em obediência à ordens superiores; o *risco social*, esculpido sob o conceito de *estigma* de Goffmann (1988), que se refere aos perigos advindos da própria escolha profissional que, por si só, já é um risco (MINAYO, 2013) e, finalmente, o *risco voluntário*, que está ligado diretamente à escolha e ao gosto voluntário pela submissão ao risco. Para efeitos do presente estudo, será adotado o conceito de risco social, o qual contribuirá como suporte teórico da pesquisa.

As pesquisas realizadas por Spode e Merlo (2006) também serviram como referência sob o aspecto de que o trabalho policial pertence a um território de controvérsias, onde ainda é desconhecido pela sociedade em geral que o policial também deve ser considerado um trabalhador, cuja missão é conter a violência, porém, ao mesmo tempo, ele corre o risco de reproduzi-la e/ou ser vítima dela. Acrescentam Spode e Merlo (2006) que tal ofício torna esta categoria profissional bastante vulnerável ao sofrimento psíquico, em virtude de o trabalho cotidiano estar cercado de tensão e a presença do perigo ser constante.

1.6.2 O risco como elemento intrínseco da atividade policial

Quando se transporta o conceito e as dimensões de risco para a atividade de segurança pública, alguns autores têm opiniões convergentes quanto à afirmação de que o trabalho policial é arriscado e perigoso. Dentre eles, têm-se: Valla (2002); Souza e Minayo (2005); Prenzler (2006); Merino (2010); Mello (2015); Fernandes (2016). Gibbs *et al.* (2014) vão além, ao ressaltar que mesmo que a morte de qualquer cidadão seja um crime horrendo, o assassinato de um policial é particularmente hediondo.

Mello (2015) entende que o trabalho policial é uma atividade complexa onde o evento morte é sempre muito presente, seja ela do próprio policial, de seus colegas de trabalho, dos cidadãos vítimas da violência ou até mesmo dos criminosos. Ademais, a profissão militar se distingue por demandar do profissional inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida (VALLA, 2002).

Da mesma forma, Prenzler destaca que o trabalho policial é considerado perigoso, sobretudo, pelo fato de sofrer riscos distintos em ocasiões perigosas – especialmente em situações de conflito com outras pessoas, bem como acidentes em situações de resgate ou busca. Além disso, a atividade policial é tão abrangente e imprevisível que há possibilidade de haver um confronto em praticamente qualquer minuto do seu turno de serviço. Estando fardado, a ostensividade do uniforme lhe imprime mais risco, pois é facilmente reconhecido pelos criminosos (PRENZLER, 2006).

Segundo Reiner (2004), o perigo que envolve a profissão policial não se traduz em estimativas quantitativas sobre o risco de danos físicos, apesar de serem muitos. Em outras profissões, o risco está presente, assim como na atividade de mergulho, construção e manutenção de torres e redes de alta tensão, mineração, etc. No entanto, a atividade policial é única, no sentido de que o perigo é inerente à sua autoridade, e enquanto revestida dela, existe

a legitimidade do uso da força; a qualquer momento pode haver o enfrentamento por parte de quem resiste à essa autoridade. Reiner (2004, p. 136) conclui este pensamento ao destacar que

O policial enfrenta ameaças de ataque súbito por outras pessoas, e não os riscos mais calculáveis do acaso, físicos ou ambientais. É claro que a extensão da seriedade é variável. Mas ao dobrar cada esquina, a cada campainha que toca, o policial enfrenta perigos, que, se não são armas de fogo podem ser, no mínimo, punhos.

A amplitude e/ou dimensão da periculosidade da atividade policial é reconhecida pelo próprio Estado, ao dispor no Art. 48, incisos II e III da Constituição Estadual (PARÁ, 1989) uma compensação pecuniária designada “gratificação de risco de vida” e um seguro contra acidentes de trabalho.

Constantino (2012) apontou, a partir de um modelo logístico de determinantes das situações de risco vivenciadas por policiais civis, que realizar outra tarefa imediatamente após o plantão mostrou-se como um forte agravante sobre a variável de desfecho, quando comparada com policiais que nunca fizeram isto. Os policiais que afirmaram ter esta atitude sempre ou muitas vezes apresentaram chances 4,17 vezes maiores de passarem por situações de risco, em relação aos que nunca realizaram tarefas imediatamente após o plantão.

Ainda em relação à percepção de risco fora da atividade, em pesquisa com policiais militares e civis do Rio de Janeiro, Minayo *et al.* (2007) constataram que o perigo é um sentimento comum vivenciado por todos, e 94,1% dos policiais militares entrevistados declararam que os momentos mais inseguros na folga são o trajeto para casa e durante o lazer. Assim, a condição de policial acaba por exigir um estilo de vida diferenciado, invadindo seus aspectos social e pessoal.

A existência de um segundo emprego como elemento potencializador do risco é corroborada nos estudos de Brito *et al.* (2011), ao mencionar que o afrouxamento do controle social estatal oferta um mercado de segurança particular para os policiais, em razão de possuírem treinamento e licença para portar armas, além da rede de contatos com policiais que fazem o policiamento ostensivo. Ou seja, são atraídos para executarem essas atividades pelo fato de serem policiais, o que os torna ao mesmo tempo expostos fora do turno de trabalho oficial.

Além da percepção aguçada dos riscos enquanto está exercendo sua atividade profissional, o policial tem a guarida de procedimentos e normas que legitima sua atuação, aponta Minayo (2014). Disso decorre o fato de que os policiais se tornam mais vítimas do

perigo externo do que no trabalho, principalmente no trajeto de casa para o trabalho e vice-versa, nos períodos de folga e de descanso. Souza e Minayo (2005) também ressaltam que o fato da maioria dos policiais morarem nos mesmos bairros onde residem os delinquentes, devido a condição econômica da maioria do efetivo, que é formada por praças, potencializa a sua vulnerabilidade.

A abordagem de Souza e Minayo (2005) serviu ao presente estudo na medida em que tratam os policiais como uma categoria de servidores onde o risco não se configura mero acidente, mas desempenha papel estruturante de suas condições laborais, ambientais e relacionais; assim, é necessário pesquisar de que maneira o risco influencia o universo pesquisado e quais os reflexos para o trabalho policial e sua consequente vitimização com resultado morte.

1.6.3 Vitimização Policial

Segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017), no ano de 2016 atingiu-se o número de 453 policiais militares e civis vítimas de crimes violentos, resultantes de um aumento em relação ao ano anterior no percentual de 4%.

Estudos de Souza e Minayo (2013) destacam que desde o seu surgimento no mundo, a polícia se constitui em um alvo da vitimização, por meio de lesões por arma de fogo ou branca, traumas, agressão física ou psicológica, ou materializada pela morte. Tal afirmação é comungada por Durante e Oliveira Júnior (2013), que afirmam ser altíssimo o grau de vitimização dos profissionais de segurança pública (o estudo que teve como universo, apenas policiais civis e militares). Soma-se a tudo isso determinadas situações podem ser considerados fatores de vulnerabilidade para estes profissionais: precárias condições de trabalho, equipamento e armamento; falta de treinamento para o confronto, enfrentamento com gangues ou grupos armados.

Reiner (2004) afirma que os policiais morrem em proporções muito mais elevadas que os cidadãos aos quais servem, e quando sofrem lesões físicas, juntamente com estas vêm os sofrimentos psicológicos, pois os policiais possuem a ilusão de serem “invulneráveis”, e qualquer fato que lhes aconteça se torna “inconcebível”.

Nesse sentido, além de estarem sujeitos a morrer em proporções maiores que o cidadão comum, Reiser e Geiger (1984) destacam outro aspecto da vitimização, que ocorre quando o policial, além dos danos físicos, sofre a lesão à sua ilusão de controle e

invulnerabilidade, inerentes ao seu papel de autoridade, onde é forçado a reconhecer que houve uma interferência ao controle de seu espaço, afetando sua autoestima, e acarretando um sentimento de culpa.

Adicionalmente, as considerações feitas por Merino (2010), de que os índices de mortalidade policial ainda podem ser influenciados por outros fatores distintos dos índices criminais da sociedade, como a disponibilidade de recursos de proteção balística, habilidades em direção defensiva, desmotivação para suicídio ou ainda a capacitação voltada para ações táticas, também subsidiarão o presente estudo, no sentido de se investigar quais os fatores laborais tem influência na mortalidade dos policiais militares do Pará.

Durante e Oliveira Júnior (2013) analisaram a vitimização dos profissionais de segurança pública com base nos dados da pesquisa “O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil”, realizada em 2009 pela Rede de Ensino à Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), onde foram coletadas respostas de 64.130 profissionais de todo o país. Na pesquisa, dividida em quatro modalidades (violência física, violência moral, acidentes de trânsito e falta de amparo legal), no que tange à possibilidade de um policial ser vítima de violência física, descobriu-se que: a) quanto à variável gênero, um policial masculino tem mais probabilidade de ser baleado, ameaçado e ser vítima de outras formas de violência que uma policial feminina; b) quanto à idade, a probabilidade recai sobre os mais novos; c) quanto à raça, os policiais pretos e pardos possuem maior possibilidade de serem baleados ou ameaçados, e os pardos mais que os brancos; c) os policiais com menor grau hierárquico, menor renda, com menor tempo de polícia e que não possuem imóvel estão mais propensos à violência física; d) policiais militares que atuam nas regiões metropolitanas tem maior chance de serem vítimas de violência física.

Em seu estudo sobre a vitimização de policiais no Rio de Janeiro, Muniz e Soares (1998) destacaram que no período de 1994 a 1997, morreram 300 policiais no estado, demonstrando que mesmo que profissão policial enseje a existência de um risco bem maior de que as outras profissões, a taxa de mortalidade naquele estado apresentou números muito superiores quando comparada a de outros estados e países, mesmo levando em consideração aquelas cidades com altos índices de criminalidade. As taxas mostradas no estudo foram de 380/10 mil PMs (1994); 351/10 mil PMs (1995); 502/10 mil PMs (1996) e 406/10 mil PMs (1997). Em 1996, quando a taxa de policiais militares mortos na cidade do Rio de Janeiro

atingiu a proporção de 22/10 mil PMs, foi 27 vezes maior que na cidade de Nova York e 08 vezes superior à de Los Angeles em 1986.

Muniz e Soares (1998) também apontaram que os policiais cariocas estão expostos de forma diversa aos riscos de vitimização, e no período da pesquisa (1994 a 1997) houve elevados índices de vitimização em serviço, chegando a 48% do total.

Sobre a vitimização dos policiais fora de serviço, Souza e Minayo (2005) chamam a atenção para as mortes, agressões e acidentes com os policiais em suas folgas, mas, contraditoriamente, ligadas ao trabalho. Elevado percentual de policiais (MINAYO; SOUZA, 2003) tem um “segundo emprego” na área de segurança privada como meio de complementar a renda, continuando assim a usar o tempo livre com atividades similares e arriscadas, além de comprometer suas horas de folga e descanso, ficando exposto a um maior desgaste físico e mental.

Muniz (1999) destaca que mesmo atuando nos mesmos cenários onde a população corre mais risco de vitimização e permeado pela presença de fatores como a surpresa e a aleatoriedade, durante seu turno de serviço, o que diferencia o policial dos demais é o preparo e a observância de técnicas profissionais para lidar com a imprevisibilidade, o que lhe confere superioridade na intervenção em eventos criminosos ou violentos.

As altas taxas de vitimização dos policiais militares causadas por civis podem estar relacionadas a fatores como o grau de violência presente em determinadas áreas. Estudo realizado por Lester (1978), que analisou as causas de assassinato de policiais americanos causados por civis, apontou que estados com altas taxas de homicídio em geral também possuíam altas taxas de homicídios de civis causados por policiais e de policiais causados por civis, tendo com uma das causas principais desse fenômeno o fato de ser o policial membro de uma comunidade, inserido dentro de uma cultura, compartilhando de seus hábitos e reproduzindo suas características, tornando-se, assim, ao mesmo tempo em que é sujeito ativo do crime de homicídio, uma vítima em potencial.

Minayo (2008) afirma que os conceitos de risco e segurança, da forma como são concebidos pela polícia, sofreram, ao longo do tempo algumas transformações, e atualmente, a Polícia Militar pode ser configurada como uma organização onde o conceito de risco está associado e faz parte da cultura institucional, como elemento inerente às suas condições de trabalho ambientais e relacionais. E seus integrantes possuem consciência dessa relação, de acordo com os estudos de Minayo *et al.* (2007, p. 2768), onde afirmam que “perigo e audácia

são inerentes aos atributos de suas atividades. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam”.

Em consulta feita no Centro de Inteligência da Polícia Militar do Pará (PMPA, 2018), morreram 310 policiais militares de ativos e convocados no período de 2011 a 2018. Destaca-se o ano de 2018 como sendo o que apresentou o maior número, com 47 policiais militares mortos.

Desse total, 77 policiais encontravam-se de serviço e 233 de folga, o que retrata a proporção de 01 policial morto em serviço para 03 na folga. Nesse sentido, constata-se que o risco de morte, existente em decorrência da profissão e que acompanha o policial militar em cada minuto do seu turno de serviço, o acompanha e o vitima muito mais quando esse turno termina.

Reconhecendo a multiplicidade de fatores e circunstâncias que podem culminar com a vitimização do policial militar com resultado morte, o comando da corporação a Resolução Nº 001/2017 – Alto Comando, publicado no Boletim Geral da PM n. 228, de 07 de dezembro de 2017 (PARÁ, 2017), que estabeleceu no âmbito da PMPA o Protocolo de Proteção da Vida e da Integridade Física de Policiais Militares, diante da situação de risco em razão do exercício da função ou em decorrência dela. Tal norma abrange tanto os policiais em atividade (denominados “na ativa”) quanto os que já se encontram fora do serviço em razão de aposentadoria (denominados “na inatividade” ou “reserva remunerada”). Suas diretrizes envolvem atos preventivos e protetivos decorrentes das hipóteses de ameaça e de ações contra a vida ou incolumidade física, que numa escala gradual de medidas que inicia com orientações de segurança e patrulhamentos programados à realização de escoltas.

Uma iniciativa que denotou a preocupação com a vitimização que resulta na morte de policiais foi a previsão do Seminário de Comportamento de Autoproteção, que capacitou 11.325 policiais militares até o final de 2017. A previsão legal do seminário está contida na Resolução n. 001/2017 – Alto-Comando, (PARÁ, 2017).

O seminário de Comportamento de Autoproteção se configura no que o protocolo estabelece como “ato preventivo”, e objetiva conscientizar o policial acerca da periculosidade de sua atividade, capacitando-o em especial no seu período de folga, quando precisa adotar comportamento e postura diversos do seu período de serviço (onde está sempre acompanhado de outros policiais e presume-se mais protegido, até por estar utilizando o colete balístico). Assim, realizando estudos de caso e técnicas de criação de cenários mentais, o policial recebe orientações sobre medidas capazes de minimizar o risco de se envolver em situações que

possam vitimizá-lo em seu período de folga ou nos seus momentos de lazer, tomando postura proativa e em condições que possam salvar sua vida e/ou de terceiros (que pode ser membros de sua família) e não ter uma atitude instintiva.

As medidas administrativas tomadas refletiram a necessidade da instituição em padronizar procedimentos a fim de minimizar o risco de vitimização de seus profissionais, principalmente diante do surgimento de casos de ameaça, em sua maioria relacionada ao local de moradia do policial militar, reconhecida tal condição e, portanto, se tornando um alvo em potencial das mesmas pessoas que residem no mesmo lugar.

1.7 METODOLOGIA

1.7.1 Natureza da pesquisa

A pesquisa ora apresentada seguiu um percurso metodológico capaz de demonstrar que, além de ser exequível, também foi adequado para fornecer as respostas ao problema formulado. Santos *et al.* (2014) sustentam que “a arte de pesquisar, seja qual for o tema, é deflagrada por intensa curiosidade de um ou mais sujeitos (o pesquisador ou grupo de pesquisadores) sobre algum fenômeno”.

Assim, para transformar essa curiosidade em objeto de pesquisa, não é suficiente a sua simples descrição, mas transportar o fenômeno para o plano do pensamento, organizando-o mentalmente por meio da abstração e de um grande número de técnicas e métodos criados por metodólogos e cientistas ao longo da história.

Cellard (2008, p. 305) destaca que “a qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador”, que se traduz na “qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise”. Para se obter as respostas pretendidas com o rigor científico que se deseja, e, considerando a possibilidade de contaminação da pesquisa que pode advir do fato de ser o pesquisador nativo, tal característica, esta requer uma constante vigilância epistemológica, a fim de estabelecer e obedecer aos limites éticos necessários, a fim de minimizar os efeitos que possam recair sobre tema em estudo.

Optou-se em realizar uma pesquisa com abordagem quantitativa, do tipo descritiva e exploratória, que, de acordo com Trivinos (1987, p. 109), as pesquisas descritivas “permitem ao investigador aumentar a sua experiência em torno de determinado problema”, realizando a descrição das características e resultados do fenômeno que foi estudado. Já a pesquisa

definida como exploratória “pretende descrever com exatidão os fatos e os fenômenos de determinada realidade”. Quanto à abordagem quantitativa, para Silva e Menezes (2001), compreende traduzir as informações, classificando-as e analisando-as com a utilização de recursos e de técnicas estatísticas, como percentagem, média, moda, mediana, dentre outras.

1.7.2 Fontes de pesquisa

Fizeram parte do universo da presente pesquisa as ocorrências com resultado morte, que para efeitos do estudo abrangeu o **homicídio**, que se constitui no ato voluntário de tirar a vida de outrem (BRASIL, 1940) e o **latrocínio**, como sendo o ato de “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência (...) e dessa violência resultar morte” (BRASIL, 1940). A tentativa de latrocínio, aqui conceituada como a morte sem subtração, foi incluída na categoria latrocínio.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão:

(1) o estudo englobou as ocorrências com policiais militares da ativa e os convocados (policiais da reserva remunerada que retornam ao serviço ativo voluntariamente para cumprir tarefas específicas). Considerou-se como data da morte para o estudo aquela do fato, mesmo que o óbito tenha ocorrido em data posterior. E estabeleceu-se como local da morte onde o ato de matar foi praticado, ainda que o óbito tenha ocorrido em outro lugar (como por exemplo, no hospital ou a caminho dele). Quando não tiver sido possível precisar o local onde ocorreu o ato que culminou com o resultado morte, foi determinado como local do crime onde o corpo houver sido encontrado. O mesmo critério se aplicou nos casos em que não houve possibilidade de se estabelecer o horário da morte.

(2) O estudo deteve-se às ocorrências de crimes violentos (homicídios e latrocínios).

Foram investigadas as seguintes fontes primárias:

1) Boletins de Ocorrência, são documentos que contém em seu bojo as informações preliminares de um crime, como o local, data, hora, instrumento, capitulação provisória do delito e características que possam identificar o autor do delito. São produzidos pela Polícia Civil, em decorrência de sua função de polícia judiciária, por isso são considerados de fundamental importância para a investigação. Possuem natureza restrita, bem como o seu acesso, sendo confeccionados por policiais civis que foram treinados para sua utilização e que possuem um *login* de usuário e senha de acesso ao SISP, o que lhes confere autenticidade e

confiabilidade nas informações. Ao final, ele é, ao mesmo tempo, peça informativa, protocolar e uma peça de investigação.

2) Os Inquéritos Policiais (Civis e Militares) também foram acessados quando as informações constantes do Boletim de Ocorrência mostraram-se insuficientes para preencher as informações pesquisadas.

3) O Sistema Integrado de Gestão Policial (SIGPOL) da Polícia Militar foi utilizado de maneira complementar por meio de informações que pudessem detalhar as circunstâncias que envolveram o óbito dos policiais militares, principalmente no que se refere à sua trajetória profissional, como tempo de serviço, situação funcional na data do óbito, além de outras informações como tempo de serviço, local de moradia.

4) Os Relatórios de Situação (RS), produzidos pelo Centro de Inteligência da PMPA com o objetivo de permitir uma análise prévia e sucinta de fatos de interesse da instituição, dentre os quais a morte de policiais, e em obediência ao disposto na Resolução n. 001/2017 – Alto Comando (PARÁ, 2017), é atribuição do centro o acompanhamento das investigações de crimes onde são vítimas policiais militares, por meio de levantamento prévio com informações que possam levar à identificação, localização e captura dos envolvidos em situação de ameaça e/ou crimes.

1.7.3 *Locus* da pesquisa, recorte temporal e espacial

Os dados primários e secundários foram coletados: a) na Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria, situada na Av. Dr. Freitas, 2531, Bairro Marco; b) Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), situada na Trav. 03 de maio, 1953, Bairro Cremação; e c) Centro de Inteligência da PMPA (CINT), situado na Rodovia Augusto Montenegro, Km 09, Bairro Coqueiro. Todos os órgãos ficam situados na cidade de Belém-PA. Como recorte temporal usou-se o período compreendido entre os anos de 2011 e 2018 e como recorte espacial o estado do Pará.

1.7.4 Coleta de dados

O procedimento de coleta de dados (primários e secundários) buscou todas as informações que venham a contribuir para a compreensão do fenômeno estudado, e que posteriormente possam produzir análises de causa e efeito.

A pesquisa iniciou-se junto ao Centro de Inteligência da Polícia Militar do Pará, a fim de levantar o quantitativo de policiais mortos no período compreendido entre 2011 a 2018, a fim de avaliar a dinâmica do processo de vitimização dos policiais paraenses. A coleta dos dados foi realizada no período de julho de 2018 a janeiro de 2019.

A etapa seguinte consistiu em um estudo bibliográfico junto à Diretoria de Inteligência da Casa Militar, que possui dados estatísticos extraídos dos registros coletados nos Boletins de Ocorrências do SISP (Sistema de Informações de Segurança Pública).

Apesar das similaridades, Kripka et al. (2015, p. 59) argumentam que

A pesquisa documental não pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica com a qual se assemelha, uma vez que ambas utilizam o documento como objeto de investigação. O que as diferencia é a fonte, ou seja, a característica do documento: no primeiro caso, denominam-se de fontes primárias, as quais não receberam nenhum tratamento analítico como relatórios de pesquisas ou estudos, memorandos, atas, arquivos escolares, autobiografias, reportagens, cartas, diários pessoais, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação; no segundo, as fontes são secundárias, abrangem toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema.

O estudo prosseguiu com a coleta de informações complementares no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) com o acesso aos Boletins de Ocorrência registrados no referido sistema, abrangendo o recorte temporal (2011-2018), tendo em vista que todas as providências investigatórias referentes ao evento morte no âmbito da Polícia Civil iniciam-se com o registro no sistema; consulta aos relatórios de Situação do CINT e dados constantes do SIGPOL (Sistema Integrado de Gestão Policial).

Os dados pormenorizados foram coletados junto à Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria e Centro de Inteligência da Polícia Militar, por realizarem, dia após dia, o acompanhamento das ocorrências que culminam com o óbito de policiais militares, e que possuem, além das informações contidas no Boletim de Ocorrência, dados adicionais advindos das notícias vindas da imprensa, bem como fornecidas pela guarnição de serviço que atendeu a respectiva ocorrência, ou por meio de aplicativos de redes sociais.

Como instrumento de coleta foi utilizado o formulário constante no Apêndice A trata as informações que foram pesquisadas e coletadas, e seguem, no que se refere às informações mínimas a serem registradas, as recomendações constantes no Protocolo de Bogotá sobre qualidade dos dados de homicídio para América Latina e o Caribe (proposta construída por meio de uma iniciativa conjunta da sociedade civil e do poder público na Conferência sobre Qualidade de Dados de Homicídios na América Latina e no Caribe realizada em Bogotá, Colômbia, em 2015), que se configura em um instrumento que estabelece critérios técnicos

que, se seguidos, atribuem elevado grau de validade, confiabilidade e transparência nos dados referentes a homicídios. Tais critérios serviram como base para a pesquisa na formação de um banco de dados sobre a letalidade violenta.

1.7.5 Análise de Dados

1.7.5.1 Estatística Descritiva

Para a análise inicial foi utilizada a técnica da análise exploratória de Dados que descreve as informações de modo simples, direto e objetivo, por meio de tabelas e gráficos. Segundo Magalhães e Lima (2011), a técnica objetiva a coleta, organização, caracterização e síntese dos dados, possibilitando a descrição das características de interesse a serem trabalhadas. Já Bussab e Morettin (2013) afirmam que partindo da análise exploratória de dados tem-se à disposição uma associação de ferramentas descritivas, como gráficos, tabelas e medidas de síntese, como porcentagens, índices e médias para organização e resumo dos dados, sendo que as utilizadas com maior frequência são as séries estatísticas, também conhecidas por tabelas, que tem por fito resumir em um quadro de laterais abertas um conjunto de observações, a fim de mostrar sinteticamente os resultados dos dados analisados relacionados a fatores como tempo, local, fenômeno e especificação, e ainda, os gráficos que tem como objetivo principal trazer ao leitor uma visão mais rápida e viva dos dados de uma tabela, podendo ser na forma de barras, colunas, setores e linhas. Já as medidas de tendência central ou de posição fornecem uma descrição mais rápida e compacta dos resultados para variáveis quantitativas (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

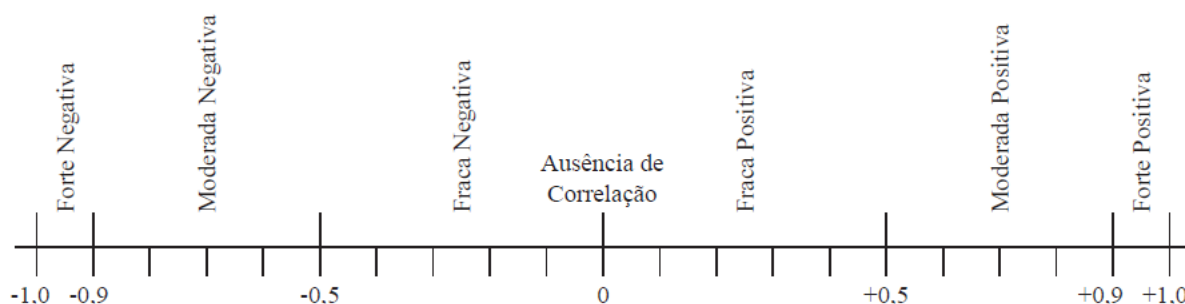
1.7.5.2 Análise de Correlação

De acordo com Ramos et al. (2013) a correlação linear pode ser classificada em três categorias: (i) Correlação Linear Positiva – Indica que o acréscimo na variável X implica necessariamente um acréscimo na variável Y e vice-versa; (ii) Correlação Linear Negativa – Indica que o acréscimo na variável X implica necessariamente um decréscimo na variável Y e vice-versa e (iii) Ausência de Correlação Linear – Não existe uma relação linear bem definida entre as variáveis X e Y .

Uma ferramenta utilizada para quantificar a relação linear entre as variáveis X e Y é o coeficiente de correlação linear de Pearson (r). O coeficiente mede o grau de relação entre as

variáveis em termos quantitativos. Esse valor varia na faixa de -1 e +1, onde $r = +1$, significa que os pontos desenhados no gráfico estão perfeitamente alinhados em uma reta que passa por eles com inclinação positiva. O valor de $r = 0$, significa que não existe grau de relação linear entre as variáveis analisadas e $r = -1$ indica que a relação é negativa. A Figura 01 apresenta escala de correlação entre as variáveis X e Y.

Figura 1: Escala de Correlação entre as Variáveis X e Y.



Fonte: Ramos et al. (2013).

- i) Valores de r acima de 0,90 ou abaixo de -0,90 indicam uma forte correlação;
- ii) Valores de r que vão de 0,50 a 0,90 ou de -0,50 a -0,90 indicam correlação moderada;
- iii) Valores de r de 0 a 0,50 e de -0,50 a 0,00 indicam fraca correlação.

Quanto mais próximo de -1 ou +1, mais forte será a correlação entre as variáveis estudadas.

A correlação linear de Pearson foi utilizada no presente trabalho a fim de estudar a existência de dependência entre determinadas variáveis e a morte de policiais militares, como homicídio e o latrocínio da população geral, a fim de verificar se havendo um aumento dos índices de criminalidade, os crimes contra policiais militares também sofrem um incremento, e caso haja a existência dessa correlação, em que proporções ela se apresenta.

1.7.5.3 Projeto Cartográfico

A produção cartográfica reveste-se de especial importância na medida em que é uma atividade complexa e que envolve aspectos multidisciplinares, e que exige a colaboração mútua do cartógrafo, a quem incumbe a tarefa de dar ao mapa uma correta visualização, onde a representação deverá corresponder exatamente à informação que se pretende transmitir, e o especialista no tema do mapa.

O projeto cartográfico é o instrumento metodológico apropriado para, de posse de determinadas informações (ou variáveis), visualizá-las sob a ótica espacial, a fim de descobrir a existência ou não de correlações entre as mesmas, procurando enxergar a partir da sobreposição de camadas, aquilo que se pretende descobrir (ou que, de modo contrário, não se consegue estabelecer relação) ou que pode levar a conclusões acerca das questões norteadoras de uma pesquisa científica.

Sobre o tema análise espacial de crimes, Figueira (2014, p. 246) também destaca a importância da utilização das técnicas de mapeamento

O valor agregado das técnicas de mapeamento é o de poder ampliar a capacidade de análise da criminalidade, a partir da identificação da distribuição geográfica dos eventos criminais e suas relações com outras variáveis espaciais ou não, tais como variáveis demográficas, econômicas, de infraestrutura urbana, uso do solo, dentre outras, agregando foco e eficiência às ações de segurança pública.

São requisitos tecnológicos para o projeto cartográfico um software de Sistema de Informação Geográfica (para o estudo será utilizado o *Quantum Gis*), uma base de dados cartográfica, onde foram integrados os dados, (utilizado o formato vetorial), e uma base de dados acerca do fenômeno mapeado (coordenada geográfica do local onde ocorreu a morte do policial). Foi elaborado com o objetivo de analisar se local onde ocorreu o óbito, aqui denominado como “local de queda” e o endereço de residência da vítima, bem como os principais locais de incidências desses crimes. Depois da escolha das variáveis espaciais, foi feita a sua vetorização com o programa Google Earth, utilizando o atributo “endereço”, por meio das coordenadas geográficas (latitude/longitude).

A partir deste procedimento, que tem por base territorial a Região Metropolitana de Belém, faz-se o georeferenciamento dos dados, preferencialmente realizado por meio da regionalização utilizando como critério a divisão das AISP (Áreas Integradas de Segurança Pública), a fim de melhor visualizar o fenômeno.

Com a utilização do software *Quantum Giz*, serão adicionadas camadas essenciais (limite das Áreas Integradas de Segurança Pública, hidrografia do município, vias), além das duas camadas mais importantes, que são dos pontos de quedas (locais onde ocorreram as mortes dos policiais militares) e a camada de concentração de crimes contra a vida (homicídio, latrocínio), a fim de se entender se há coincidência das mortes dos policiais e os locais de maiores incidência desse tipo de criminalidade.

A representação dos homicídios no mapa foi realizada por graduação de cores, representando os bairros onde houve maior incidência de mortes de policiais militares, a partir da vetorização dos locais das mortes.

1.7.5.4 Questões éticas

A pesquisa aqui proposta, mesmo não sendo uma pesquisa de laboratório, mas que envolveu seres humanos exigiu atenção especial no que tange às questões éticas. Nesse sentido faz-se necessário esclarecer que neste trabalho:

- 1) Foram seguidos integralmente todos os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução n. 005/2017 – PPGSP, de 03 de fevereiro de 2017;
- 2) A execução da pesquisa é de inteira responsabilidade da pesquisadora, no caso da Erika Natalie Pereira Miralha Duarte, eximindo-se integralmente os sujeitos da informação, assim como a Coordenação do PPGSP, a direção do IFCH, a própria UFPA (Universidade Federal do Pará), de qualquer equívoco ou falha que possa ocorrer no plano metodológico e/ou operativo desta pesquisa;
- 3) Nesta linha de raciocínio cabe ressaltar que a pesquisadora, por ser “nativa”, isto é, oriunda da corporação que é objeto de estudo, manteve constante vigilância epistemológica com a intenção de preservar a neutralidade nas argumentações e manter integralmente a característica científica da pesquisa;
- 4) Os riscos sobre os resultados e conclusões obtidas neste estudo não tem a pretensão de culpabilizar nenhum participante do PPGSP, e por isso serão assumidos inteiramente pelo coordenador/pesquisador da investigação;
- 5) Muito embora se pretenda “cobrir” as amostras dos universos considerados, respeitou-se a disposição daqueles que aceitaram ser pesquisados;
- 6) Os sujeitos direta ou indiretamente envolvidos na pesquisa e as demais pessoas interessadas no presente estudo poderão ter acesso aos seus documentos conclusivos, que deverão ser encaminhados à Coordenação do PPGSP – UFPA.

Ademais, cumpre ressaltar que a pesquisadora, por ser “nativa”, isto é, oriunda da corporação que é objeto de estudo, manteve constante vigilância epistemológica com a intenção de manter a neutralidade nas argumentações.

CAPÍTULO 2- ARTIGOS CIENTÍFICOS

2.1 ARTIGO CIENTÍFICO I

ESTUDO SOBRE A VITIMIZAÇÃO COM MORTE NA FOLGA DO POLICIAL MILITAR DO PARÁ (2011-2018)

Erika Natalie Pereira Miralha Duarte¹

Clay Anderson Nunes Chagas²

Edson Marcos Leal Soares Ramos³

Cesar Maurício de Abreu Mello⁴

Importância: A questão da segurança pública envolve uma miríade de problemas graves, complexos e nem sempre interligados que precisam ser confrontados mediante uma abordagem multidisciplinar que ofereça possibilidades de enfrentamentos pontuais dos problemas de acordo com suas especificidades sem, no entanto, perder a visão de conjunto. Dentre eles, a morte de policiais militares vem chamando a atenção da sociedade, dos meios de comunicação e do meio científico. **Objetivo:** a pesquisa buscou identificar as circunstâncias em que os policiais militares da ativa da PMPA morreram fora do período de serviço, no período de 2011 a 2018. **Método:** Este trabalho analisou a vitimização com resultado morte de policiais militares da Polícia Militar do Pará no período compreendido entre os anos de 2011 e 2018. Utilizou dados primários e secundários obtidos junto ao Sistema Integrado de Segurança Pública e junto à Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria. **Resultado:** verificou-se o crescimento da vitimização com resultado morte dos policiais militares paraenses, principalmente o latrocínio, tendo em vista o fato de se encontrarem mais vulneráveis durante a folga e tornam-se alvos de criminosos que objetivam roubar seu armamento. **Conclusão:** a vitimização com resultado morte requer medidas emergenciais que ultrapassem o âmbito apenas institucional, necessitando de uma ação que seja alinhada por meio de medidas políticas a médio e longo prazo.

Palavras-chave: Segurança Pública, Polícia Militar do Pará, criminalidade, vitimização, morte.

STUDY ON VITIMIZATION WITH DEATH IN THE FLEET OF THE MILITARY POLICE OF PARÁ (2011-2018)

Importance: The issue of public security involves a myriad of serious, complex and not always interrelated problems that need to be addressed through a multidisciplinary approach that offers possibilities for tackling problems in a timely manner according to their specificities without, however, losing sight of . Among them, the death of military police has been drawing the attention of society, the media and the scientific community. **Objective:** The

¹ Mestranda em Segurança Pública (UFPA) e Oficial da Polícia Militar do Pará. E-mail: erikanatalie@hotmail.com.

² Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e professor da Universidade Federal do Pará e Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: claychagas@yahoo.com.br

³ Doutor em Engenharia de Produção (UFSC) e professor da UFPA. E-mail: ramosedson@gmail.com

⁴ Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA) e Mestre em Segurança Pública (IFCH/UFPA). E-mail: mello.cesar@gmail.com

research sought to identify the circumstances in which PMPA active military police officers died outside the service period, from 2011 to 2018. Method: This study analyzed the victimization resulting in the death of military police officers of the Military Police of Pará between the years 2011 and 2018. It used primary and secondary data obtained from the Integrated Public Security System and from the Intelligence Office of the Military House of the Governorship. As a result, there was a growth in victimization resulting in the death of the military police in Pará, especially the robbery followed by death, in view of the fact that they are more vulnerable during the time off and become targets of criminals who aim to steal their weapons. Conclusion: Victimization with death results requires emergency measures that go beyond the institutional sphere alone, requiring action that is aligned through medium and long term political measures.

Keywords: Public Security, Military Police of Pará, crime, victimization, death.

ESTUDIO SOBRE LA VITIMIZACIÓN CON MUERTE EN LA FOLGA DEL POLICIAL MILITAR DEL PARÁ (2011-2018)

Importancia: La cuestión de la seguridad pública implica una mirada de problemas graves, complejos y no siempre interconectados que deben ser enfrentados mediante un abordaje multidisciplinario que ofrezca posibilidades de enfrentamientos puntuales de los problemas de acuerdo con sus especificidades sin, sin embargo, perder la visión de conjunto. Entre ellos, la muerte de policías militares viene llamando la atención de la sociedad, de los medios de comunicación y del medio científico. **Objetivo:** La investigación buscó identificar las circunstancias en que los policías militares de la activa de la PMPA murieron fuera del período de servicio, en el período de 2011 a 2018. **Método:** Este trabajo analizó la victimización con resultado muerte de policías militares de la Policía Militar de Pará el período comprendido entre los años 2011 y 2018. Utilizó datos primarios y secundarios obtenidos junto al Sistema Integrado de Seguridad Pública y junto al Directorio de Inteligencia de la Casa Militar de la Gobernación. **Resultado:** se verificó el crecimiento de la victimización con resultado muerte de los policías militares de Pará, principalmente el robo seguido de muerte, teniendo en vista el hecho de que se encuentran más vulnerables durante el descanso y se convierten en blancos de criminales que objetivan robar su armamento. **Conclusión:** la victimización con resultado muerte requiere medidas de emergencia que superan el ámbito apenas institucional, necesitando una acción que sea alineada a través de medidas políticas a medio y largo plazo.

Palabras clave: Seguridad Pública, Policía Militar del Pará, criminalidad, victimización, muerte.

ÉTUDE SUR LA VITIMISATION AVEC LE DÉCÈS DANS LA FLOTTE DE LA POLICE MILITAIRE DU PARÁ (2011-2018)

Importance: la question de la sécurité publique implique une myriade de problèmes graves, complexes et pas toujours interdépendants, qui doivent être résolus par une approche multidisciplinaire offrant la possibilité de résoudre les problèmes en temps voulu, en fonction de leurs spécificités, sans toutefois perdre de vue leurs objectifs. Parmi eux, la mort de la police militaire a attiré l'attention de la société, des médias et de la communauté scientifique. **Objectif:** La recherche visait à identifier les circonstances dans lesquelles des officiers de police militaire actifs de la PMPA sont morts en dehors de la période de service, de 2011 à

2018. Méthode: Cette étude a analysé la victimisation ayant entraîné la mort des officiers de police militaire de la police militaire de Pará entre 2011 et 2018. Il a utilisé des données primaires et secondaires obtenues du Système intégré de sécurité publique et du Bureau du renseignement de la Maison militaire du gouvernement. En conséquence, la victimisation a augmenté, entraînant la mort de la police militaire à Pará, en particulier le vol suivi de mort, du fait qu'elle est plus vulnérable pendant le temps libre et devient la cible de criminels qui cherchent à voler leurs armes. Conclusion: la victimisation avec décès nécessite des mesures d'urgence qui vont au-delà de la seule sphère institutionnelle, ce qui nécessite une action alignée sur des mesures politiques à moyen et long terme.

Mots-clés: sécurité publique, Police Militaire du Pará, crime, victimisation, mort.

1 INTRODUÇÃO

Um das condições essenciais para que se possa falar em cidadania é a segurança. A falta de segurança contribui negativamente até para desenvolvimento econômico de um país. A questão da segurança pública envolve uma miríade de problemas graves, complexos e nem sempre conectados que precisam ser confrontados mediante uma abordagem multidisciplinar que ofereça possibilidades de enfrentamentos pontuais dos problemas de acordo com suas particularidades sem que se perca a visão geral do todo.

Destarte o crescimento natural da população, percebe-se um aumento significativo – e progressivo - do número de homicídios no Brasil ao longo dos anos. Levantamento realizado entre os anos de 1980 e 2012 demonstra esse acréscimo (FBSP, 2018). No período compreendido entre 1980 e 1989, registrou-se 15,03 homicídios por 100 mil habitantes; de 1990 a 1999, essa taxa aumentou para 22,97 por 100 mil habitantes; entre 2000 a 2009, para 26,96 por 100 mil habitantes; e, finalmente, de 2010 a 2012, atingiu 27,83 por 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2014).

O FBSP (2018) revela números expressivos sobre a violência, que certificam seu recrudescimento, de acordo com os dados estatísticos levantados, há uma taxa de 30,8 mortes por 100.000 habitantes no Brasil. Os mesmos autores advertem que, em 2017, foram contabilizadas 63.880 mortes violentas, incluindo homicídios dolosos e de latrocínios, bem como lesões corporais seguidas de morte. Esse número, que corresponde a cifra de sete assassinatos por hora, indicando um crescimento de 2,9% em relação a 2016, quando foram registradas 61.283 mortes violentas (FBSP, 2018). O aumento progressivo da violência no país afeta populações de maneira diferenciada e alguns são mais susceptíveis que outros a depender, principalmente, do local onde mora e das suas condições econômicas. No entanto, não há questionamento de que uma categoria de cidadãos está mais sujeita aos males da criminalidade e da violência: os profissionais de segurança pública.

A morte de policiais, sobretudo, vem chamando a atenção da sociedade, dos meios de comunicação e do meio científico, neste contexto, Souza e Minayo (2005) afirmam que os policiais são 6,18 vezes mais vitimados que o cidadão comum por causas violentas, sendo que os policiais militares representam a maior proporção.

O estado do Pará caracteriza-se por apresentar um número significativo de mortes violentas cujas vítimas são profissionais da segurança pública, notadamente policiais militares. No período de 2011 a 2018, 310 policiais militares foram mortos no estado, o que remete ao seguinte questionamento que originou esta pesquisa: “Quais as circunstâncias caracterizam a vitimização do policial militar do Pará na folga”?

Como objetivo geral, realizou-se uma análise descritiva analítica de natureza quantitativa das mortes de policiais militares da Polícia Militar do Estado do Pará, no período de 2011 a 2018, com vistas a compreender o fenômeno, suas causas e consequências.

Em termos práticos, a constatação científica das características, causas e efeitos do fenômeno pode ajudar na elaboração de estratégias venham mitigar o problema da morte de policiais e contribuir para a preservação da vida desta categoria de profissionais. No campo acadêmico, esta pesquisa oferecerá novos entendimentos acerca de um tema importantíssimo à prática policial, bem como servirá de ponto de partida para outras investigações, alimentando a pauta acadêmica com um assunto de vital relevância.

2 A VIOLÊNCIA NO ESTADO DO PARÁ E OS RISCOS DA PROFISSÃO POLICIAL MILITAR

Embora não desprovido de controvérsias, a evolução dos homicídios na última década foi marcada por uma grande heterogeneidade dentre os estados brasileiros (FONSECA, 2016). O estado de São Paulo, por exemplo, apresentou uma redução do número de homicídios em torno de 54,0%, enquanto que o estado do Rio Grande do Norte apresentou um aumento de 256,9% (IPEA, 2018). Estados da região Norte e Nordeste lideram o *ranking* de homicídios por grupo de 100.000 habitantes: Sergipe (64,7), Alagoas (54,2), Rio Grande do Norte (53,4), **Pará** (50,8), Amapá (48,7), Pernambuco (47,5) e Bahia (46,9) (IPEA, 2018).

O Estado do Pará apresentou uma taxa de 53,4 mortes por 100.000 habitantes em 2017, o que significa um aumento de 4,9% em relação ao ano anterior, colocando-o na 8ª colocação entre os estados brasileiros (FBSP, 2018).

Na tentativa de contribuir para a diminuição desses números, a Polícia Militar do Pará, cujo efetivo em 2018 era de 16.499 homens e mulheres (PMPA, 2018), é a instituição

permanente mais antiga do Sistema de Segurança Pública e com maior representatividade, competindo-lhe, segundo o Art. 144 da Constituição Federal em vigor (BRASIL, 1988):

- “I- o policiamento ostensivo fardado;
- II- a preservação da ordem pública;
- III- a segurança interna do Estado;
- IV- a colaboração na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a preservação do meio ambiente;
- V- a proteção do patrimônio histórico, artístico, turístico e cultural.”

Da leitura do texto constitucional percebe-se que a própria condição de ostensividade e as peculiaridades da missão faz com que o policial militar seja facilmente reconhecido e esteja visível, não somente durante seu turno de serviço, mas também fora dele, por meio de posturas, trejeitos e atitudes absorvidos tanto em consequência da doutrina militar – advinda das Forças Armadas segundo o art. 144, § 6º da Constituição Federal, as polícias militares são forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro (BRASIL, 1988); nos cursos de formação das polícias militares, há algumas disciplinas de natureza militar], – quanto do treinamento policial, reproduzidos nos momentos de folga e lazer, por exemplo. Trata-se do que Bourdieu (2002, p. 171) denomina de “*habitus*”:

O corpo como manifestação do *habitus* revela que as escolhas alimentares, esportivas, habilidades motoras, contribuem para modelar os corpos das classes sociais, ou seja, cada técnica do corpo (forma de se portar, de se movimentar), longe de revelar escolhas pessoais, é a marca de uma relação com o corpo naquilo que ele possui de mais profundo e de mais profundamente inconsciente, o esquema corporal, como depositário de toda uma visão do mundo social e de pertencimento a determinado grupo social.

Essa condição é reforçada por Constantino *et al.* (2013) ao afirmarem sobre a condição permanente da profissão policial, no sentido de que o policial está sempre em prontidão para qualquer emergência, e esta condição de dedicação integral faz com que ele não abandone seu papel profissional, infiltrando-se nos demais âmbitos de sua vida, como a pessoal.

Em consequência disso, os números da violência no estado refletem-se na vitimização dos profissionais da segurança pública, em especial os integrantes da PMPA.

A polícia – em especial a militar – “é a única instituição pública que faz a mediação entre a sociedade e o Estado” (BRITO, 2013, p. 70). Brito (2013) afirma que em quase todas as cidades brasileiras há os espaços de exclusão social, onde a pobreza e a instabilidade econômica incrementa a insegurança social e individual, ficando a população obrigada a conviver, ao mesmo tempo, entre duas ordens violentas: os criminosos e o Estado. “A

vulnerabilidade individual é bastante acentuada, alimentando um sentimento de medo generalizado” (SOUZA, 2008, p. 40).

Esta violência se retroalimenta principalmente porque a polícia, segundo Minayo e Adorno (2013), possui o monopólio do uso da violência em nome do Estado, tem consciência e é treinada para fazê-lo somente quando necessário, no entanto, as pressões em atender as demandas com eficiência, ao mesmo tempo em que deve observar os direitos dos cidadãos infratores, gera uma tensão que funciona com um “gatilho” para o uso abusivo da força. Em consequência, também são vítimas dela, carregando, muitas das vezes, a antipatia à população e uma imagem negativa.

Corroborando este entendimento, os estudos de Souza e Minayo (2005) afirmam que os profissionais de segurança pública tem um grau elevado de sofrimento no trabalho em virtude da falta de reconhecimento social, decorrente de um conceito negativo que permeia as diversas camadas sociais e acaba por culminar em legitimação da violência que acaba por vitimizar estes trabalhadores, tanto durante a sua jornada de trabalho, quanto nos períodos de folga.

Mello e Nummer (2014) em suas pesquisas sobre os riscos que permeiam a atividade policial realizadas com policiais militares pertencentes a Polícia Militar do Pará apontam que esses profissionais percebem o risco associado à sua profissão categorizados em quatro grupos. O primeiro deles correspondem aos **riscos sociais** que agrupam os perigos associados ao significado cultural da profissão, isto é, são os riscos que o policial enfrenta em função da sua escolha profissional. A segunda categoria indicada pelos autores é composta pelos **riscos epidemiológicos**, relacionados à probabilidade de ocorrências de lesões, mortes e traumas que podem ser físicos e/ou psicológicos. Na terceira categoria, têm-se os **riscos voluntários**, relacionados diretamente ao gosto pelo enfrentamento e pela ousadia como opção. A última categoria corresponde aos **riscos jurídicos**, representado pelas consequências administrativas e jurídicas advindas de decisões erradas. Mello e Nummer (2014) alertam para o fato de que essa classificação é puramente didática, já que, no cotidiano policial militar as situações de perigo enfrentadas combinam um ou mais desses modelos analíticos.

Derenusson e Jablonski (2010, p. 24), ao estudarem o impacto do trabalho sobre o policial militar (PM) no estado do Rio de Janeiro, alertam para uma outra dimensão bem pouco estudada: o risco de exposição da família do PM, pois “o risco é real também nos momentos de lazer do policial militar, o que faz com que sua família também esteja mais exposta à violência que o restante da população”.

3 VITIMIZAÇÃO POLICIAL MILITAR

Souza e Minayo (2013) sustentam que o termo “vitimização” encontra-se no mesmo campo semântico da palavra “vítima”, com sentido derivado de diversas culturas e civilizações. Minayo et al. (2007, p. 2.771) acrescentam que “a vitimização se materializa em traumas, lesões ou mortes ocorridas na defrontação da criminalidade e na manutenção da ordem”. Ao reduzir-se o campo conceitual para a “vitimização profissional”, Minayo *et al.* (2007) destacam sua recente origem, atribuindo à morte de agentes de segurança pública em decorrência de sua missão constitucional ou de sofrerem lesões físicas ou emocionais no exercício de sua atividade.

Bassalo (2018, p. 11) face a dificuldade de encontrar um conceito específico de vitimização policial, a define como “um fenômeno social que incide sobre o policial pela sua mera condição de agente público responsável pelo cumprimento da lei e que se manifesta de diferentes formas, causando sofrimento psicológicos, ferimentos ou morte”.

E, por fim, atribuindo uma ampla definição acerca do termo vitimização, descrevem “os policiais que sofrem lesões e traumas no exercício da profissão e às consequências que os fatos trazem para si, para sua saúde, sua família, seus relacionamentos e o desempenho de sua profissão” (SOUZA; MINAYO, 2013, p. 110). Souza e Minayo (2013) registram que o tema apenas recentemente passou a ser objeto de discussões, apesar de sua inegável importância.

O fato de que os policiais constituem uma categoria profissional que vivencia uma variedade de riscos no seu cotidiano não é novidade e eles têm plena convicção disso.

Nessa linha de pensamento, percebe-se a consciência desses profissionais de que o risco e o perigo são inerentes aos atributos de suas atividades e que, em todos os momentos, no exercício da profissão ou não, estão expostos a situações onde suas vidas estarão ameaçadas. Com isso, a probabilidade de vitimização aumenta quanto maior for a exposição e atratividade da possível vítima e diminui conforme o nível de percepção de risco do indivíduo aumenta (SILVA, 2017, p. 4-5).

Nesse sentido, Bueno e Hanashiro (2015) demonstraram por meio da Pesquisa de Vitimização e Percepção de Risco entre Profissionais do Sistema de Segurança Pública que grande percentual deles possui temor alto ou muito alto de ser vítima de homicídio em serviço (67,7%) ou fora dele (68,4%). Temor este que se torna mais perceptível quando a pesquisa indica que 73% dos policiais militares já tiveram algum colega próximo vítima de homicídio em serviço e 70% fora do serviço (BUENO; HANASHIRO, 2015).

Um dos fatores que contribuem para a vitimização policial militar é, segundo Souza e Minayo (2005, p. 919), o conceito negativo, impregnado na cultura, emitido pelas várias camadas sociais acerca da polícia. “Ele legitima e naturaliza a violência que os vítima, muito

mais do que a qualquer trabalhador, durante a jornada de trabalho ou nos tempos de folga em que, curiosamente, aumentam as ocorrências de lesões e traumas de que são vítimas”.

Ao conceito negativo, acrescentam-se outros fatores que podem contribuir para o a vulnerabilidade desses profissionais: falta de treinamento para o confronto, condições inadequadas de trabalho, armamento e equipamento ineficazes, bem como a possibilidade de confronto, onde o resultado pode ser a vida ou a morte.

4 METODOLOGIA

4.1 Natureza da Pesquisa

A pesquisa tem natureza quantitativa, do tipo descritiva e exploratória, pois, segundo Trivinos (1987, p. 109), as pesquisas descritivas “permitem ao investigador aumentar a sua experiência em torno de determinado problema”, objetivando descrever as características e resultados do fenômeno que foi estudado. Já a definida como exploratória, segundo o mesmo autor, “pretende descrever com exatidão os fatos e os fenômenos de determinada realidade”.

O ponto de partida deu-se por meio de uma ampla revisão da literatura nacional e internacional, que de acordo com Yin (2016), deve ser seletiva e não abrangente, a fim de estabelecer considerações iniciais sobre o tema do estudo, método e fonte de dados. Boccato (2006, p. 266) ao justificar a aplicação da pesquisa bibliográfica, afirma que ela

busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Bruyne e Herman (1991) apresentam quatro polos metodológicos que, em conjunto, contribuem para a produção do conhecimento. São eles, o polo epistemológico, o polo teórico, o polo morfológico e o polo técnico, cada um com uma função específica na construção da pesquisa. No que concerne ao polo teórico, deve-se tentar a explicitação conceitual dos objetos de investigação e analisar, dentro de uma argumentação interdisciplinar, os conceitos chaves para o desenvolvimento da pesquisa. Partindo desta linha de raciocínio, buscou-se, nessa parte inicial, definir conceitualmente os termos riscos, vitimização e vitimização policial. Ademais, foram realizados esforços para recortar cirurgicamente tais conceitos a fim de delimitar seu *locus* na atividade policial. Bruyne e

Herman (1991) enfatizam que, ao conceituar os termos, tentaram fazê-lo dentro de uma interdisciplinaridade, na medida em que o correto entendimento são possíveis mediante a contribuição de várias áreas do conhecimento humano.

4.2 Fontes de pesquisa

As ocorrências com resultado morte, que para efeitos desta pesquisa englobaram o **homicídio**, que se define como o ato voluntário de tirar a vida de outrem (BRASIL, 1940) e o **latrocínio**, como sendo o ato de “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência (...) e dessa violência resultar morte” (BRASIL, 1940). A tentativa de latrocínio, aqui conceituada como a morte sem subtração, foi incluída na categoria latrocínio.

Quanto aos sujeitos pesquisados, foi utilizado o seguinte critério de inclusão:

(1) o estudo englobou as ocorrências com policiais militares da ativa e os convocados (policiais da reserva remunerada que retornam ao serviço ativo voluntariamente para cumprir tarefas específicas). Considerou-se como data da morte para o estudo aquela do fato, mesmo que o óbito tenha ocorrido em data posterior. E estabeleceu-se como local da morte onde o ato de matar foi praticado, ainda que o óbito tenha ocorrido em outro lugar (como por exemplo, no hospital ou a caminho dele). Quando não tiver sido possível precisar o local onde ocorreu o ato que culminou com o resultado morte, foi determinado como local do crime onde o corpo houver sido encontrado. O mesmo critério se aplicou nos casos em que não houve possibilidade de se estabelecer o horário da morte. O estudo deteve-se às ocorrências de crimes violentos (homicídios e latrocínios).

Foram objetos de análise os seguintes dados primários:

1) Boletins de Ocorrência registrados, pois possuem informações preliminares de um crime, possuem acesso restrito e são confeccionados por policiais civis treinados, com acesso por meio de um *login* de usuário e senha de acesso, conferindo a tais documentos autenticidade e confiabilidade.

2) Inquéritos policiais (civis e militares), tendo em vista que o Boletim de Ocorrência se constitui somente de um documento com informações preliminares que depois são complementadas ao longo da investigação.

3) Sistema Integrado de Gestão Policial (SIGPOL) da Polícia Militar foi consultado para fornecer informações complementares no detalhamento das circunstâncias que

envolveram o óbito dos policiais militares, principalmente no que se refere à sua trajetória profissional, como tempo de serviço e situação funcional na data do fato (ativo, convocado ou na inatividade).

4) Centro Integrado de Psicologia e Assistência Social da PM (CIPAS), que integra a Diretoria de Pessoal da PM, forneceu dados adicionais acerca de aspectos sociais do policial militar, tendo em vista que, dentre outras atribuições, prestam atendimento psicológico e social às famílias dos policiais mortos, quer sejam elas consequências de ações de violência, quer decorram de doenças oriundas do trabalho policial (doenças ocupacionais).

5) Os Relatórios de Situação (RS), que são documentos produzidos pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar do Pará com o objetivo de produzir uma análise prévia e sucinta de fatos determinados e de interesse da instituição, dentre os quais fatos que envolvam a vitimização ou morte de policiais. O teor desses documentos representaram uma fonte preciosa de informação, tendo em vista que, em obediência ao disposto na Resolução N° 001/2017 – Alto Comando (PARÁ, 2017), é atribuição deste órgão o acompanhamento das investigações de crimes onde são vítimas policiais militares, cabendo-lhes realizar o levantamento prévio com informações que possam levar à identificação, localização e captura dos envolvidos em situação de ameaça e/ou crimes.

4.3 Locus da Pesquisa, delimitação espacial e temporal

Os dados primários e secundários foram coletados: a) na Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria, situada na Av. Dr. Freitas, 2531, Bairro Marco; b) Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC), situada na Trav. 03 de maio, 1953, Bairro Cremação; e c) Centro de Inteligência da PMPA (CINT), situado na Rodovia Augusto Montenegro, Km 09, Bairro Coqueiro. Todos os órgãos ficam situados na cidade de Belém-PA.

Como recorte temporal, a pesquisa se dedicou ao período compreendido entre 2011 e 2018 em função da confiabilidade dos dados acumulados nesse período. A categoria profissional de policiais militares foi escolhida tendo em vista o aumento considerável no número de vitimizações nos últimos anos. A escolha do recorte dos sujeitos ocorreu, também, por motivos de foro íntimo, já que um dos autores é policial militar e buscou compreender como o risco social da profissão afeta as decisões sobre autoproteção deste profissional, como explica Mello (2015, p. 25): “(...) trata dos perigos associados ao significado cultural da profissão, pois ser policial, já é em si um risco”.

O recorte territorial estabelecido pela pesquisa englobou a Região Metropolitana de Belém, que atualmente abrange os municípios de Belém e seus distritos, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará (PARÁ, 1995) e Castanhal (PARÁ, 2011).

4.4 Coleta de dados

Dados pormenorizados foram coletados junto à Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria e Centro de Inteligência da Polícia Militar, por realizarem, dia após dia, o acompanhamento das ocorrências que culminam com o óbito de policiais militares, e que possuem, além das informações contidas no Boletim de Ocorrência, dados adicionais advindos das notícias vindas da imprensa, bem como fornecidos pela guarnição de serviço que atendeu a respectiva ocorrência.

Como instrumento de coleta foi utilizado o formulário para tratar as informações que foram pesquisadas e coletadas, e seguem, no que se refere às informações mínimas a serem registradas, as recomendações constantes no Protocolo de Bogotá sobre qualidade dos dados de homicídio para América Latina e o Caribe (proposta construída por meio de uma iniciativa conjunta da sociedade civil e do poder público na Conferência sobre Qualidade de Dados de Homicídios na América Latina e no Caribe realizada em Bogotá, Colômbia, em 2015), que se configura em um instrumento que estabelece critérios técnicos que, se seguidos, atribuem elevado grau de validade, confiabilidade e transparência nos dados referentes a homicídios. Tais critérios serviram como base para a pesquisa na formação de um banco de dados sobre a letalidade violenta.

4.5 Procedimento de análise

Foi realizada a análise descritiva dos dados por categoria, por meio da construção de gráficos e tabelas, seguindo-se a interpretação dos dados associada aos referenciais teóricos apresentados ao longo do trabalho.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Análise descritiva

Na Polícia Militar do Pará, de acordo com dados fornecidos pela Diretoria de Pessoal (Tabela 1), um número de 310 policiais militares da ativa morreram no período de 2011 a 2018, o que representa uma média anual de 38,75 mortes.

Tabela 1 – Relação entre o número de policiais militares da ativa que morreram no período entre 2011 e 2018 e o efetivo total por ano.

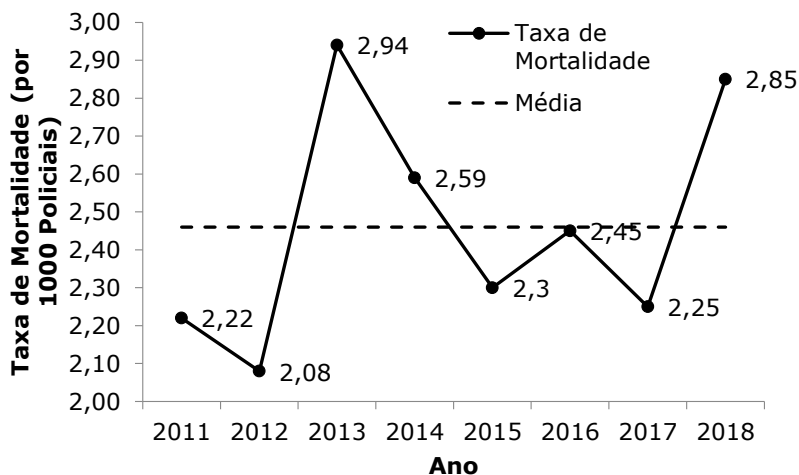
Ano	Efetivo Total	Policiais Mortos	Taxa de Mortalidade ⁵
2011	14.865	33	2,22
2012	14.420	30	2,08
2013	16.322	48	2,94
2014	15.844	41	2,59
2015	15.623	36	2,30
2016	15.113	37	2,45
2017	16.857	38	2,25
2018	16.499	47	2,85
Total	-	310	-

Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Pessoal da PMPA e Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2018.

Observa-se que nos anos de 2013, 2014 e 2018 ficaram com uma taxa de mortalidade acima da média do período que é de 2,46 (Calculada pela divisão do número de mortes naquele ano e o efetivo total do mesmo ano; ao resultado, multiplica-se por 1.000) – Figura 1.

Percebe-se adicionalmente na Figura 1 um “pico” no quantitativo de mortes em 2013 que, autores como Rocha (2018), afirmam que pode ter sido determinado pela distribuição do “Kit Segurança” (PMPA, 2013) a todos os integrantes da PMPA sem que os policiais militares fossem devidamente preparados para ter a posse ininterrupta do armamento. Tal fato ocasionou uma situação inusitada: o policial temendo ter seu armamento furtado do interior de sua residência passou a carregá-lo consigo para todos os lugares na sua folga, mesmo não tendo, na maioria das vezes, o preparo técnico e o equipamento específico (coldre) para portá-lo em trajes civis. Em razão disso, sem o treinamento adequado e com uma arma pouco “dissimulada”, acabou por tornar-se uma “vítima preferencial” para os marginais.

Figura 1 – Taxa de Mortalidade Policial, no período entre 2011 e 2018, por 1000 policiais militares.

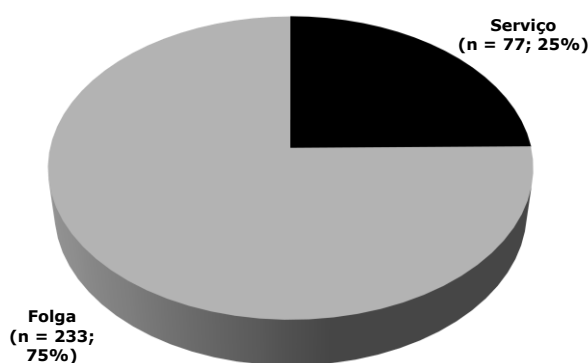


Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Pessoal da PMPA e Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2018.

No ano de 2018 ocorreram a morte de cinco policiais militares em um único acidente automobilístico em uma estrada do interior do estado. Tais mortes, mesmo ocorrendo em serviço, não foram causadas em razão da natureza do serviço policial. O quantitativo total de policiais militares mortos no período 2011 e 2018 abrangeu todas as ocorrências que, por diversos motivos, culminaram com o resultado morte: as decorrentes de causas naturais (como doenças); as motivadas por suicídio; as que resultaram de acidentes de trânsito e confrontos armados, e por fim, os homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.

A PMPA considera “em serviço” os trajetos da residência para o local de trabalho. Na Figura 2, vê-se que 233 (75,0%) policiais militares morreram na folga e 77 (25,0%) morreram em serviço o que, dito de outra forma, aponta uma proporção de um policial militar morto em serviço para cada três mortos na folga.

Figura 2 – Quantidade total de policiais militares do Pará mortos, no período entre 2011 a 2018, por condição de serviço/folga.



Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

As tentativas de explicação desse fenômeno são diversas, multicausais e muitas sem consenso. Primeiro, com a entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento (BRASIL, 2013) que dificultou a venda e concessão do registro e porte de armas no país por civis, a criminalidade se voltou contra outro público na tentativa de conseguir o armamento para prática de crimes: os policiais.

Segundo, no ano de 2013 a Polícia Militar do Pará passou a distribuir, em caráter permanente, uma pistola com carregadores e munição e um colete balístico para todo seu efetivo como medida protetiva (PARÁ, 2013). No entanto, não houve à época, nenhum tipo de treinamento que preparasse o policial para portar sua arma em seu período de folga. Rocha (2018) argumenta que isso causou – e ainda causa – uma situação inusitada: o policial com receio de ter sua arma furtada de dentro de sua residência durante a sua ausência, passou a portá-la no seu dia-a-dia levando-a consigo para todos os lugares. E como ele não consegue manter permanentemente o “estado de alerta”, fica vulnerável a ação dos meliantes.

Uma terceira explicação, que ainda merece um estudo mais detalhado, pôde ser verificada no ano de 2018. Algumas facções criminosas, ao tentarem se estabelecer notadamente na cidade de Belém, exigiam de seus membros que trouxessem armas roubadas como “provas de coragem”. Dessa maneira, sabendo que o policial iria certamente reagir a uma tentativa de roubo da sua arma, muitos marginais disparavam contra o policial vítima antes mesmo de anunciar o assalto.

A quarta possibilidade pode ser o exercício da atividade clandestina do policial como segurança de pessoas e/ou de estabelecimentos comerciais, conhecido como “bico”. Ressalta-

se que, sempre que o policial é “contratado” para essa atividade é porque há um nível elevado de ameaça ou perigo de alguma ação criminosa, seja contra o “contratante”, seja contra o estabelecimento. Há de se atentar que, nessas condições, o policial fica vulnerável, pois geralmente estará sozinho, estático e com receio de solicitar apoio por estar exercendo uma atividade ilegal.

Ainda que a Polícia Militar tenha criado uma possibilidade de aumento nos vencimentos de seus integrantes instituindo a Gratificação de Complementação da Jornada Operacional – comumente chamada “jornada extraordinária” –, onde o policial vende suas horas de folga para própria instituição em que trabalha (PARÁ, 2018), gerando um aumento na procura pelo “bico legalizado” (CHAVES, 2018), alguns policiais militares preferem continuar executando o “bico”, pois este oferece como vantagem o pagamento imediato ao término do serviço (diferente da jornada extraordinária, que leva até dois meses de execução do serviço até seu recebimento no contracheque).

Finalmente, uma explicação lógica, mas não menos importante, é a de que o policial de folga não tem o aparato estatal para lhe dar cobertura. Ele não estará usando o colete balístico e ele não terá nenhum outro policial do seu lado para lhe socorrer. E na folga reduz-se o nível de atenção, “deixando de lado comportamentos de autoproteção tão importantes para a manutenção de sua vida” (SILVA *et al.*, 2018).

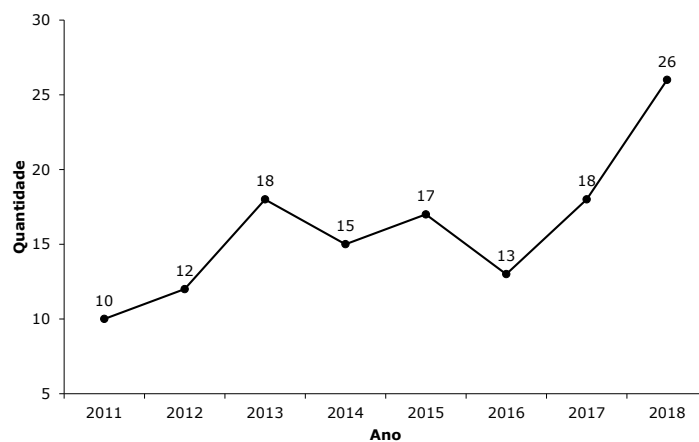
Fato curioso, também evidenciado pela rotina de trabalho de um dos autores, é ciclo vicioso que se criou: quanto mais policiais de folga são mortos, mais policiais de folga passam a portar suas armas em todos os lugares e mais policiais ficam vulneráveis a tornarem-se a próxima vítima.

Considerando que o objetivo deste artigo é a análise das mortes ocorridas durante o período de folga do policial, do total de 310 mortes registrada no período de análise, extraiu-se todas aquelas que: a) ocorreram em serviço; b) as categorizadas como “causas naturais”; c) acidentes de trânsito e d) confrontos armados. A razão desse recorte foi compreender em que medida o risco ultrapassa a linha do exercício da atividade propriamente dita, isto é, a extensão do risco profissional. Feito o cálculo, restaram 129 mortes decorrentes de ações violentas no período citado.

Percebe-se que no período de 2013 a 2015, o número de policiais mortos se manteve estável (em média houve 17 mortes/ano), com uma leve redução em 2016 (13 ocorrências), no entanto, a partir de 2017 houve elevação, chegando em 2018 com 26 mortes violentas (Figura 3).

A quantidade de mortes ocorridas reflete diretamente na instituição, tendo em vista que o policial militar sente-se fragilizado com a possibilidade cada dia mais real de ser vítima de um crime letal, bem como reflete-se em consequências para a família, que em algumas circunstâncias sofre as consequências do risco da atividade, bem como o enfraquecimento da instituição, como órgão pertencente a um sistema responsável pela preservação de vidas e da ordem pública na sociedade.

Figura 3 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de crimes violentos na RMB, no período entre 2011 e 2018.



Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

Vitimização e Gênero

A análise dos dados relativos ao gênero demonstrou que houve 127 (98,0%) policiais masculinos vítimas de crimes violentos e 02 (2,0%) policiais femininos (Figura 4). Mesmo que o efetivo feminino venha oscilando numa proporção de 10% do efetivo total ativo da Polícia Militar do Pará, girando em torno de 1.600 policiais, fica claro que proporcionalmente os homens são os que mais são vítimas da violência.

Tal fenômeno pode decorrer de uma menor proporção de mulheres atuando no serviço operacional em relação aos homens, o que lhes confere uma menor exposição e contato com criminosos, e em consequência disso, menor possibilidade de ser reconhecida fora de sua atividade.

Adicionalmente, o uniforme operacional configura-se em um instrumento de masculinização, pois se constitui em calça, camisas de mangas longas e coturno, fazendo com que o policial feminino perca um pouco de sua “identidade feminina”, além de utilizar seus

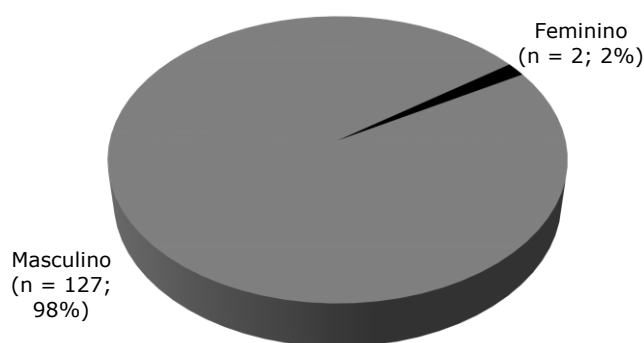
cabelos presos, conforme dita o regulamento estadual. Assim, findo seu turno de trabalho, ao trocar seu uniforme pelos trajes civis (à paisana), ganha uma maior capacidade de “camuflagem”, o que dificulta o seu reconhecimento e o risco de se tornar vítima.

Detalhando os dois casos registrados no período, verificou-se que um deles decorreu de feminicídio, que é o ato de matar uma mulher por razões da condição de sexo feminino, considerada em duas situações: quando há violência doméstica ou familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 1940), sendo ex-companheiro o acusado do crime.

Na visão de Meneghel e Portella (2017), o feminicídio decorre da perspectiva de desigualdade de poder entre homens e mulheres, conferindo ao primeiro a crença do direito de dominação na relação, o que os autoriza a usar a violência para fazer prevalecer sua vontade, incluindo a letal, sendo este crime um dos mecanismos de perpetuação da dominação masculina, e que possui raízes profundas na cultura e na sociedade.

O segundo caso de violência letal contra policial feminino ficou caracterizado como latrocínio, onde os criminosos já adentraram na residência onde a vítima morava com o objetivo de roubar o seu armamento.

Figura 4 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de crimes violentos no período entre 2011 e 2018, por gênero.



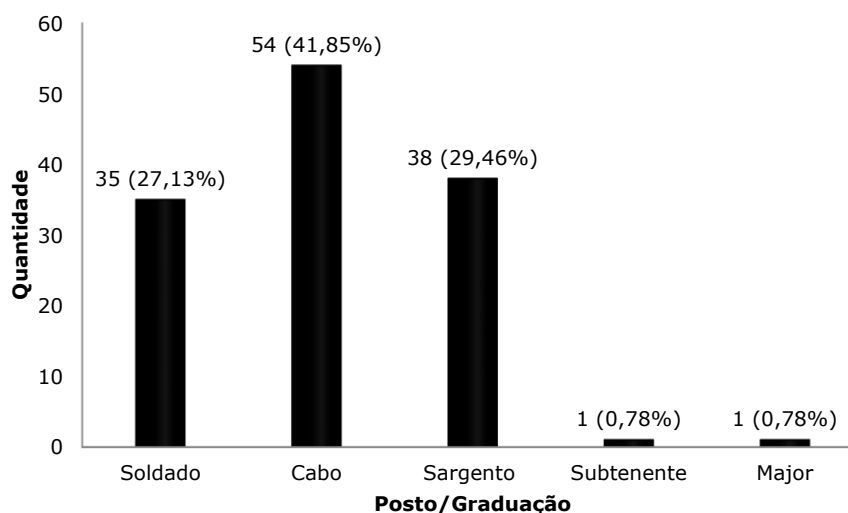
Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

Posto/graduação

A Polícia Militar do Pará possui como bases institucionais a hierarquia e a disciplina. A hierarquia é ordenada em círculos hierárquicos, onde os postos correspondem aos graus hierárquicos dos oficiais (Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, Tenente) e as graduações definem os graus hierárquicos das praças (Subtenente, Sargento, Cabo e Soldado)

(PARÁ, 1985). Ao analisar as vítimas considerando seus graus hierárquicos, notou-se que a maioria delas pertencia ao círculo das praças (99,0%), particularmente na graduação de cabos (41,85%) (Figura 5), números que podem ser justificada pela proporção do efetivo total da PMPA de oficiais e praças em atividade que corresponde, em termos percentuais a 5,5% e 94,5%, respectivamente (PARÁ, 2018).

Figura 5 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de crimes violentos no período entre 2011 e 2018, por posto/graduação.



Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

Em termos sociais, as praças recebem salários menores e, dessa forma, estão mais sujeitos a morarem em locais periféricos, utilizar com mais frequência o transporte público e as motos como meio de locomoção. São, portanto, mais vulneráveis em comparação aos oficiais e mais propensos a serem alvos da criminalidade, sobretudo nos dias atuais, onde as facções instaladas no estado dão ordens para executar policiais militares (FBSP, 2018). Esta hipótese é reforçada quando o FBSP (2018) afirma que a interação do *modus operandi* das facções em cada cenário produziu diferentes configurações, sendo que a violência letal é um de seus efeitos, repercutindo nas taxas de homicídios, inclusive de policiais, consequência também dos modelos de policiamento que não foi capaz de conter o avanço dessas facções.

Doutrinariamente, de acordo com as suas atribuições legais, aos praças cabe a execução propriamente dita da missão constitucional da PM, que é o policiamento ostensivo fardado. Dessa maneira, o dia-a-dia nas ruas lhes expõe mais que o círculo dos oficiais, a quem cabe o planejamento e a fiscalização dessas mesmas atividades. Nas palavras de

Fernandes (2016, p. 10) “se, durante o serviço, são aqueles que têm maiores contatos com ocorrências, de folga, gravitam em locais e situações de maior vulnerabilidade, como as periferias e em atividades operacionais de segurança privada”.

Tempo de Serviço

Quanto ao tempo de atividade na corporação, encontrou-se maior incidência de mortos dentre os policiais mais antigos com tempos de serviços compreendidos entre 20 e 25 anos (25,58%) de serviço, seguido daqueles com 5 e 10 anos (21,71%) de serviço.

Destacam-se os menores percentuais de incidência de mortes tanto no grupo que se encontra em início de carreira, menos de 5 anos de serviço, quanto os que se encontram no final dela, de 25 a 30 anos de serviço e com mais de 30 anos de serviço.

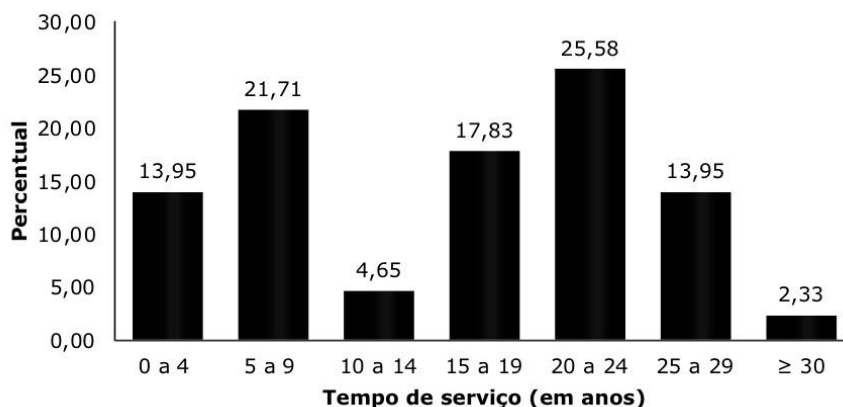
Uma possível explicação para a menor quantidade no primeiro grupo de policiais “novatos” seria a de que, no início de carreira, eles se arriscariam menos pelo fato de não possuírem estabilidade que só é atingida quando completam 10 anos de serviço. Outro fator seria determinado pela “calibração” da percepção de risco, ainda em curso nos anos iniciais, e que resultam num “estado de alerta” geral mais elevado.

Adicionalmente, o tempo de serviço contado até os 5 anos de carreira engloba o tempo passado como aluno dos cursos de formação, que para a praça é de 9 meses e para oficial é de 3 anos. Assim, nesse período, os policiais, por serem candidatos ainda em formação, não recebem armas (exceto quando se encontram em serviço ou período de estágio), e não andam fardados fora dos estabelecimentos de ensino. Esta circunstância influencia nas baixas taxas de vitimização.

Em virtude do ingresso recente na instituição, estes profissionais ainda não adquiram certas posturas e trejeitos característicos (o “*habitus*”) que possibilitam sua identificação como policiais militares, o que dificulta o reconhecimento pelo criminoso em determinados ambientes fora de serviço.

Quanto ao grupo com mais de 25 anos, tem-se policiais experientes, cautelosos e que já visualizam a reserva remunerada, adquirida aos 30 anos de serviço, já em funções de fiscalização ou administrativas.

Figura 6 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de crimes violentos no período entre 2011 e 2018, por tempo de serviço (em anos).

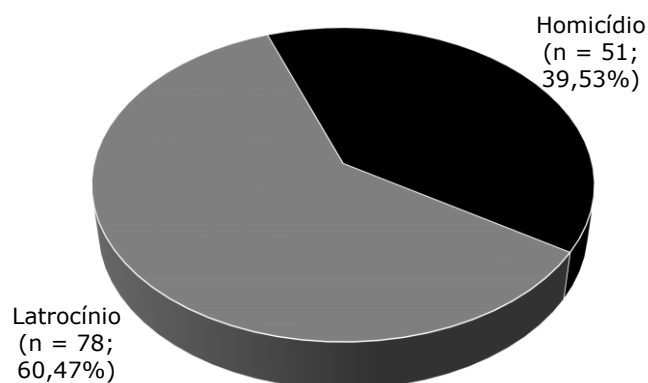


Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

Tipo de crime

Verifica-se que a vitimização de policiais militares do Pará na folga por latrocínio⁶ (60,47%) supera a por homicídios (39,53%) (Figura 7). O policial é uma vítima preferencial na medida em que porta uma arma de fogo. Ademais, como é esperada uma reação de sua parte, os crimes praticados contra eles são, na maioria dos casos, praticados com extrema violência.

Figura 7 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de crimes violentos no período entre 2011 e 2018, por tipo de crime violento.



Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

⁶ O crime de latrocínio é definido no art. 121, § 3º, II do Código Penal Brasileiro como sendo o roubo com resultado morte. É considerado crime hediondo.

A natureza violenta dos crimes em que são vítimas os policiais militares aponta, segundo estudo de Silva et al. (2018), um cenário de guerra assimétrica, em um cenário onde as polícias militares do Brasil, e em especial a do Pará, vivenciam uma situação de desvantagem, pois trabalham com “amarras jurídicas”, ao contrário do crime organizado, que além de ter disponibilidade de recursos bem superior, não precisam seguir nenhum tipo de norma e conta sempre com o elemento surpresa, seja quando o policial se encontra de serviço, realizado ostensivamente, seja na folga.

Dia da Semana e faixa de hora

O período compreendido entre as 12:00 até as 23:59 concentram o maior quantidade de ocorrências ($n = 85, 65,7\%$)(Figura 8). Uma explicação plausível seria que, nesse período, tem-se uma grande dinâmica populacional nos centros urbanos, com movimentação de pessoas nas suas atividades diárias. Percebe-se, também, uma concentração nos finais de semana no período compreendido das 18:00 às 23:59h. Tal elevação segue a tendência observada nos crimes de homicídios e latrocínios no estado do Pará como um todo. Pesquisa de Remédios et al. (2016) mostrou que os homicídios na cidade de Belém segue a tendência do estado, tanto em relação à faixa de hora, que é evidenciada no período das 18 às 0h, de acordo com a figura 8, quanto aos dias da semana em que ocorrem, no período do final de semana (sexta a domingo).

Figura 8 – Matriz de Calor da quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de crimes violentos no período entre 2011 e 2018, por dia da semana e hora.

Dia da Semana	Quantidade	Faixa de hora			
		00:00 às 5:59	06:00 à 11:59	12:00 às 17:59	18:00 às 23:59
Domingo	28	7	2	3	16
Segunda	18	6	5	1	6
Terça	17	1	3	8	5
Quarta	9	0	1	2	6
Quinta	12	2	0	5	5
Sexta	17	1	3	3	10
Sábado	23	3	5	4	11
TOTAL	129	20	19	26	59

Escala

0
4
8
12
16

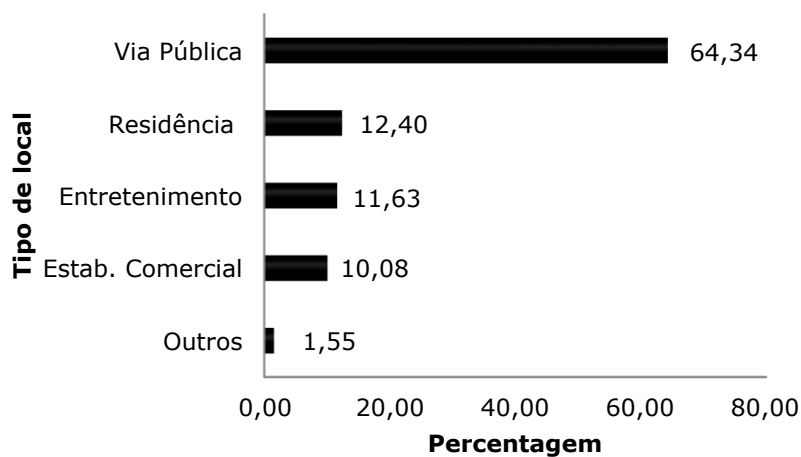
Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

Tipo de local

É na via pública onde ocorrem a maioria dos crimes violentos letais (63,34%), seguidos de locais de entretenimento (11,62%) e estabelecimentos comerciais (10,07%) (Figura 9). Como na maioria dos crimes dessa natureza, e em especial o latrocínio, as vítimas são abordadas devido à maior situação de vulnerabilidade. (SOARES et al., 2009). Ocorre que, como os policiais militares em sua grande maioria portam suas armas de fogo na folga, quando abordados nessas situações, tendem a reagir, e via de regra, estarão em menor número que os criminosos, e esta desvantagem numérica muitas vezes faz com que lhe custem a vida.

Da leitura dos Boletins de Ocorrência relacionados às mortes ocorridas em estabelecimentos comerciais observa-se que há indícios da prática de segurança privada (bico), bem como resultam de intervenções ocorridas durante a folga – quando o policial está próximo de um local de ocorrência de roubo, por exemplo, e decide atuar mesmo estando sozinho –, ou uma situação em que o policial foi surpreendido com um crime em andamento no interior do estabelecimento ou ao nele entrar, acabando por vitimá-lo.

Figura 9 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de crimes violentos no período entre 2011 e 2018, por tipo de local onde ocorreram as mortes.



Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

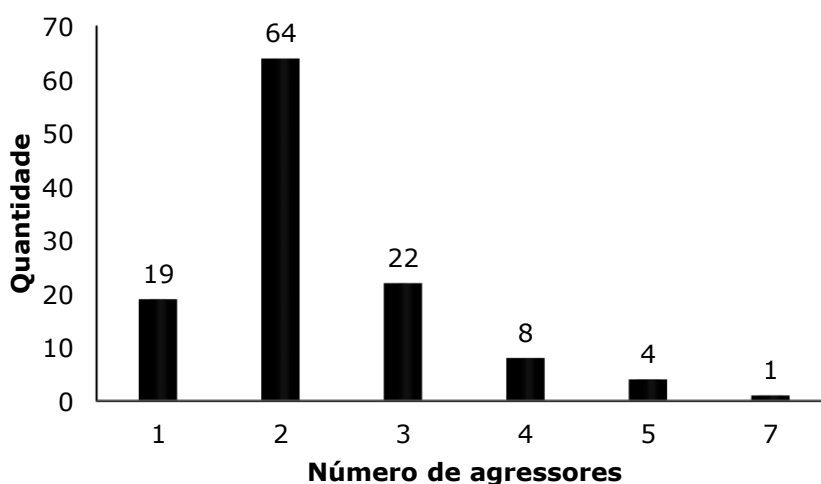
Número de agressores

Na maioria das ocorrências os agressores se encontravam em número superior à vítima (Figura 10). Tal fato demonstra a vulnerabilidade que o policial de folga possui ao se deslocar sozinho portando seu armamento, diferentemente do momento do serviço, onde se encontra

sempre “coberto” pelos colegas de equipe, além de estar com a proteção do colete balístico que é de uso obrigatório em serviço.

A superioridade numérica dos autores é apontada também em outros estudos, como o de Almeida et al. (2017), cuja pesquisa de vitimização realizada na Região Metropolitana de Belém mostrou que em mais de 50% das ocorrências, houve dois ou mais agressores como autores dos delitos contra a pessoa.

Figura 10 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de crimes violentos no período entre 2011 e 2018, por quantidade de agressores



Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

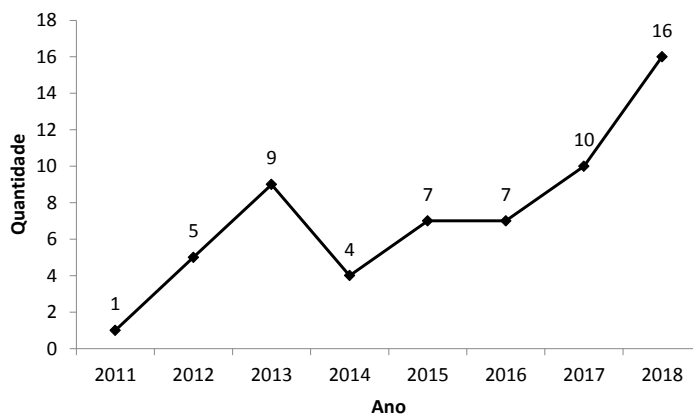
Latrocínio e suas circunstâncias

Das 129 mortes violentas de policiais militares do Pará, 78 delas se configuraram como crime de latrocínio ou tentativa de latrocínio. Deste total, 59 ocorrências se deram na Região Metropolitana de Belém, 03 aconteceram no estado do Maranhão (em decorrência de alguns policiais militares serem naturais desse estado e trabalharem nas cidades limítrofes, que os possibilitam passar seus períodos de folga nestes locais) e 14 se localizaram no interior do estado. Destaca-se a representatividade do número de policiais vitimados na Região Metropolitana de Belém (RMB) (Figura 11).

Constata-se que à exceção do ano de 2014, onde houve um decréscimo da quantidade de latrocínios em números absolutos, resta evidente a tendência de crescimento ano após ano no período estudado, tendo atingido o maior pico no ano de 2018, onde foram registradas 16 ocorrências que culminaram com a morte do policial e a subtração de algum bem (carteira, documentos e/ou arma de fogo), além dos casos em que houve a morte do policial sem nada

ter sido levado, ao que se pode vislumbrar que o mesmo, ao se deparar com a situação de ameaça, esboçou reação ou reagiu, impedindo a subtração, porém perdendo a vida.

Figura 11 – Quantidade de policiais militares do Pará vitimizados na folga em decorrência de latrocínio na RMB, no período entre 2011 e 2018.

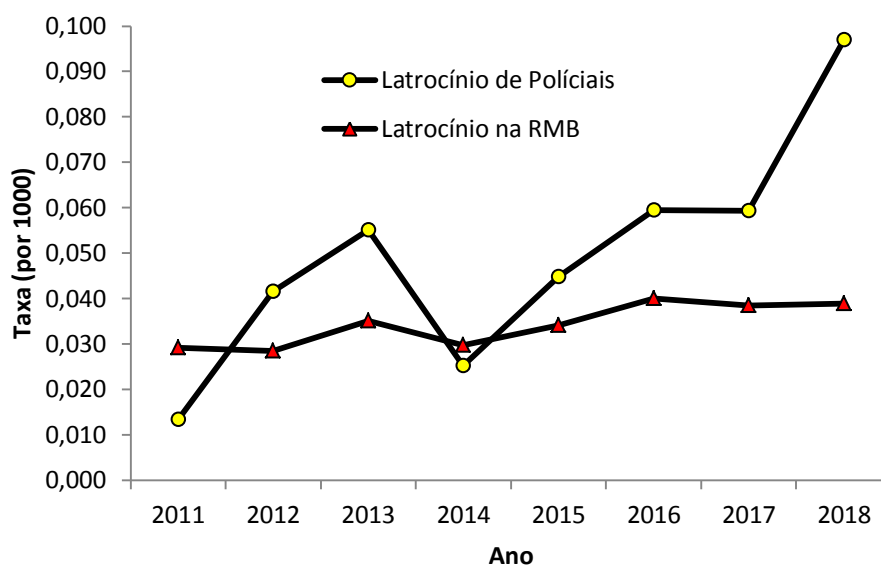


Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

A fim de aprofundar o entendimento quanto ao impacto do crime de latrocínio, cuja tendência de crescimento vem sendo observada ao longo da série histórica estudada, com exceção do ano de 2014, onde houve uma redução, passou-se a analisar o comportamento do referido crime, a fim de descobrir se houve maior incidência na categoria de policiais militares quando comparado ao total de crimes na população em geral da RMB. A figura abaixo mostra o comportamento do crime de latrocínio, calculada a taxa de crimes por 1.000 habitantes e confrontando-a com a taxa desse crime em relação ao efetivo da PMPA, ano após ano, por 1.000 policiais.

No período de 2011 a 2018, gráfico mostrou, com exceção do ano de 2014, que os policiais militares são vitimados em maior proporção que a população da RMB, atingindo, em números absolutos, cerca de 10% do total de ocorrências desse crime em relação à população total.

Figura 12 – Evolução da taxa de latrocínios por 1.000 habitantes (população geral da RMB) e por 1.000 policiais militares por ano, no período de 2011 a 2018.



Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, 2019.

A fim de compreender quais as possíveis causas que podem contribuir para o fenômeno, verifica-se que o policial militar desde 2013 passou a portar um objeto que também é utilizado pelos infratores da lei: a arma de fogo. A partir do momento em que a instituição passou a conceder o kit segurança aos policiais militares, no primeiro momento na Região Metropolitana e em seguida no interior do estado, verificou-se um aumento no número de latrocínios. Atualmente, todo policial militar recém saído dos centros de formação policial recebe o kit, e a autorização para o porte de arma de fogo durante sua folga.

Anteriormente à publicação da portaria que concedeu o “kit segurança”, o policial militar recebia o armamento da instituição no início do seu turno de serviço, devolvendo-o ao final. Somente os policiais que possuíam arma particular seguiam armados para suas residências. O direito de andar com a arma da corporação da folga, pode ter produzido efeitos negativos, pois anteriormente ao recebimento do kit, o policial militar não recebeu nenhum preparo para agir de forma diversa ao período em que se encontra de serviço, para o qual sempre foi treinado.

Dados obtidos junto ao Centro de Inteligência da PM (PMPA, 2018) mostram que no período de 2011 a 2018, 721 armas pertencentes à carga da corporação foram extraviadas. Desse total, 421 armas que se encontravam cauteladas (sob a responsabilidade) de policiais militares das mais diversas unidades do estado do Pará foram roubadas ou furtadas. Da

quantidade de armas objetos de roubos/furtos, 256 (60,81%) ocorreram na Região Metropolitana da Belém.

O número expressivo de armas de fogo que saem das mãos dos policiais militares para as dos criminosos reforça a hipótese de que a procura pela arma configura-se na principal causa dos elevados números de latrocínios que os vitimam. Seja para o pagamento de dívida de tráfico ou utilizadas na prática de delitos, são instrumento de alto valor no mundo do crime, tornando-se objetos de atração, sobretudo pelo fato de que o criminoso sabe que todo policial anda armado.

6 CONCLUSÕES

Policiais militares, assim como qualquer cidadão, são vítimas da violência urbana que, no Brasil, vem crescendo ano após ano. No entanto, as ocorrências que os vitimam possuem um significado mais impactante na medida em que representam a fragilidade do estado em proteger os próprios agentes que tem a missão de garantir a ordem pública e a incolumidade das pessoas.

Ao estudar o fenômeno vitimização com morte dos policiais militares do Pará no período de 2011 a 2018 ocorridas fora do serviço policial, verificou-se que quase a totalidade dos profissionais mortos na folga são do sexo masculino (98%). Quanto ao local onde eles foram vitimados, a grande maioria sucumbiu em via pública, após ser atingido por disparo de arma de fogo (64,34%). Ainda em se tratando do local em que o militar tombou, merece destaque as mortes ocorridas dentro de estabelecimentos comerciais, que ensejam outro fator que contribui para a vulnerabilidade: o exercício da atividade extra remunerada (bico).

No que concerne ao tempo de serviço, destacou-se a baixa incidência de mortes dentre os policiais nos anos iniciais da carreira – até 05 anos de serviço (13,95%) e dentre os mais antigos, entre 25 e 30 anos (13,95%), demonstrando que logo ao ingressar na profissão, o policial militar, devido à falta de estabilidade, procura se arriscar menos, além do fato de se encontrarem em estado de alerta mais elevado. Fato também que pode ser atribuído aos que estão findando sua carreira, onde além da experiência fazê-los mais prudentes, já se encontram em funções de fiscalização e/ou administrativas.

Quando se observa o posto e/ou graduação, tem-se que a quase totalidade (99%) dos mortos pertenciam ao círculo hierárquico das praças. Várias constatações são possíveis para explicar esses números: primeiro, elas (as praças) representam a grande proporção do efetivo da corporação (94,5%). Segundo, com salários inferiores, residem em áreas periféricas, onde

predominam os crimes violentos e que, com a expansão das facções no estado do Pará, tendem a ficarem mais expostos às suas ações, muitas das vezes se configurando a morte como um “passaporte” para ascensão na hierarquia das organizações criminosas ou ainda o pagamento de dívidas de tráfico. Terceiro, ainda derivado da questão econômica, utilizam transporte público ou veículos de duas rodas para locomoção ficando, portanto, mais sujeitos à criminalidade.

Por fim, há estreita relação entre a condição de policial militar e a vitimização com resultado morte das vítimas, especificamente quando se analisa as ocorridas fora de serviço. O fato de portarem armas de fogo os tornam alvos preferenciais do crime de latrocínio, correspondendo, em números absolutos, a quase 10% do total de ocorrências do crime na população em geral. Tal incidência permite afirmar que esta categoria de profissionais carrega, em decorrência da profissão assumida, a maior probabilidade de sofrerem um latrocínio do que os demais trabalhadores no estado do Pará.

Os policiais residentes na Região Metropolitana de Belém estão mais sujeitos a serem vítimas de crimes violentos que os do interior do estado, considerando que a área concentrou, em 2018 mais de 50% dos crimes letais intencionais no estado do Pará.

O policial militar do Pará, ao despir-se da farda, em decorrência de alguns fatores, como a possibilidade de ser reconhecido, das ações direcionadas por facções no estado e diante da crescente criminalidade, entende que portar a arma de fogo lhe confere maior segurança, possibilitando, principalmente, e caso de ser “escolhido” pelos infratores para ser vítima de um crime patrimonial, ou ainda ser “alvo” de um crime letal, ser capaz de enfrentar tais ameaças e neutralizá-las.

Diante da situação mostrada pelo estudo, há que serem desenvolvidas novas medidas que tenham a força de mitigar o problema da morte de policiais militares no Pará, quer sejam tomadas em âmbito administrativo, *interna corporis*, quer alinhadas ao campo político, por meio de decisões a médio e longo prazo, como a criação de uma política habitacional, ou de maior agilidade no âmbito da investigação dos crimes. A morte de um policial é um fenômeno que tem o potencial de produzir junto à sociedade um sentimento de fragilidade do estado, pois, se a polícia não consegue se proteger contra a violência, o cidadão não saberá a quem mais recorrer para se sentir seguro.

REFERÊNCIAS

- BASSALO, F. S. **Análise da vitimização de policiais militares por homicídio, latrocínio e confronto**: Pará 2017. 28p. Monografia (Curso Superior de Polícia - CSP) – Instituto de Ensino de Segurança - IESP. Marituba: 2018.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BOURDIEU, P. **La distinction critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Nº 191-A, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal Brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940.
- BRASIL. **Lei Nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Estatuto do desarmamento. Brasília, DF, dez 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.826compilado.htm>. Acesso em: dez. 2018.
- BRITO, D. C. Policiamento e dilemas da democracia: práticas autoritárias na formação da cidadania no Brasil. **Revista TOMO**, Aracaju, n. 23, p. 59-92, jul/dez. 2013.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J. S. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática metodológica. 5.ed., Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.
- BUENO, S.; HANASHIRO, O. **Pesquisa de Vitimização e Percepção de Risco entre Profissionais do Sistema de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: 2015.
- CHAVES, K. V. C. **Quando a Polícia sangra**: análise das mortes violentas de policiais militares na Região Metropolitana de Belém em 2017 e estratégias para redução de tais ocorrências. 32p. Artigo (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais PM e BM - CAOPMBM) – Instituto de Ensino de Segurança - IESP. Marituba: 2018.
- CONSTANTINO, P.; RIBEIRO, A. P.; CORREIA, B. S. C. **Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro**. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/10.pdf>>. Acesso em: 15 JAN 2019.
- DERENUSSON, F. C.; JABLONSKI, B. Sob fogo cruzado: o impacto do trabalho policial militar sobre a família do policial. **Aletheia**, Canoas, n. 32, p. 22-37, ago. 2010.
- FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **Revista Brasileira de Segurança Pública** [online], São Paulo, n. 2, v. 10, p. 192-219, Ago/Set 2016.
- FONSECA, K. S. **Fatores de Influência nos Homicídios no Estado do Pará**. 66p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2016.
- FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo. 2018.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2018**, 2018.

MELLO, C. M. A.; NUMMER, F. **Policial Militar: uma profissão de riscos**. 2014. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401917965_ARQUIVO_ArtigoRBA2014CesareFernanda.pdf>. Acesso em: 10 JAN 2019.

MELLO, C. M. A. **Mesmo com o sacrifício da própria vida: A multiplicidade dos Riscos na Profissão Policial Militar**. 75p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2015.

MENEGHEL, S. T.; PORTELLA, A. P. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002903077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Jan. 2019.

MINAYO, M. C. S.; ADORNO, S. Risco e (in) segurança na missão policial. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2013.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001100024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Jun. 2018.

PARÁ. Alto Comando da Polícia Militar do Estado do Pará. **Resolução Nº 001/2017** - Estabelece, no âmbito da Polícia Militar do Pará, o Protocolo de Proteção da vida e da integridade física de policiais militares, diante de situação de risco em razão do exercício da função ou em decorrência dela e dá outras providências. Boletim Geral Nº 228, de 07 de dezembro, 2017. Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/2017/DEZEMBRO/2017.12.07-bg228.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

PARÁ. Lei Complementar Nº 027, de 19 de outubro de 1995. Institui a Região Metropolitana de Belém e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará, 1995.

PARÁ. Lei Complementar Nº 076, de 28 de dezembro de 2011. Acrescenta o município de Castanhal à Região Metropolitana de Belém. Diário Oficial do Estado do Pará, 2011.

PARÁ. Lei Nº 5.251, de 31 de julho de 1985. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Pará e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará, 1985.

PARÁ. Lei Nº 8.604, de 11 de janeiro de 2018. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.830, de 13 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a Gratificação de Complementação de Jornada Operacional para os programas e as operações especiais das Polícias Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, que especifica. Disponível em: <<https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/3820>>. Acesso em: jan. 2019.

PARÁ. Portaria Nº006/2013 – Gabinete do Comando. Regula a concessão do Kit Segurança aos policiais militares da Polícia Militar do Pará. Aditamento ao Boletim Geral Nº 019, de 28 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/pdf/adit%20BG%20019-13%20PORTARIA%20006-13%20GAB_%20CMD.pdf>. Acesso em: Dez. 2018.

PMPA. **Polícia Militar do Pará**. Diretoria de Pessoal. Arquivo “Efetivo total de policiais militares na ativa no período de 2011 a 2018. Belém, 2018.

ALMEIDA, S. S.; RAMOS, E.M.L.S.; ARAÚJO, A.R.; CARVALHO JÚNIOR, J.G.; SANTOS, B. R.; MISHIMA, A. U.; SOUZA, I. T. V.; COSTA, G. S.; SOARES, G. M. S.; ALVES, M. V. C.; DANIN, R. A.; LISBOA, R. V. P. C.; LIMA, I. L.; VILHENA, S. C. N.; SANTOS, T. S. B.; SILVA, L. O. S.; PEREIRA, W. P.; SOUZA, J. G.; ALMEIDA, L. W. C.; MAGNO, V. P. M.; ROSARIO, J. T. C.; TRINDADE, S. S.; CARVALHO, L. A. M. N.; SANTOS, L. S.; MAIA, T. P.; CUNHA, A. L. A. E. **Vitimização na Região Metropolitana de Belém** - 2017 - Publicado na Fundação Biblioteca Nacional, Ministério da Cultura, Escritório de Direitos Autorais. Número de Registro (788.720), Livro (1.532), Folha (20); Protocolo de Requerimento: (2018RJ12791). 2018.

REMÉDIOS, M. A. R.; OLIVEIRA, D. C.; SOUZA, C. N. P.; RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S. Caracterização dos crimes de tráfico de drogas e homicídio no município de Belém. In: ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R.; RAMOS, E. M. L. S. **Segurança pública: gestão, conflitos, criminalidade e tecnologia da informação/ organizadores**. Belém: GAPTA, p. 261-275, 2016.

ROCHA, H. P. **Um estudo comparativo sobre a utilização da arma de fogo na folga pelos policiais militares do Batalhão de Polícia de Choque e Batalhão de Policiamento Tático da PMPA**. 28p. Artigo (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais PM e BM - CAOPMBM) – Instituto de Ensino de Segurança - IESP. Marituba: 2018.

SILVA, C. E. B. **Comportamento de autoproteção policial: Estratégias de ações de segurança pública por meio de seminários promovidos pela Polícia Militar do Pará**. 44p. Artigo (Curso Superior de Polícia e Bombeiros Militar/CSPBM/2017) – Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP. Marituba: 2018.

SILVA, C. R. N.; SCHUEROFF, C. V.; COSTA, E. M. C.; CARDOSO, L. F. C.; REMÉDIOS, M. A. R. **Uma guerra assimétrica: estudo sobre a vitimização de Policiais Militares do Pará**. II Congresso Internacional de Segurança e Defesa. Salvador, 2018.

SOARES, G. A. D.; FERNANDES, C.; PIZZINGA, A.; BORGES, D. In: **Variações Sazonais dos Homicídios no Rio de Janeiro. Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil**. Coleção Segurança com Cidadania/Secretária nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Brasília, DF, n. 3, Ano I, 2009.

SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência e Saúde coletiva* [online], v.10, n.4, p. 917-928, Dezembro 2005.

SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. Sob Fogo Cruzado I: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, v. 1, p. 110-117, 2013.

SOUZA, M. L. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO-BRASIL, 2014.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução Daniel Bueno. Rev. Téc. Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

2.2 ARTIGO CIENTÍFICO II

Onde a PM sangra: caracterização espacial das mortes de policiais militares nos municípios de Belém e Ananindeua (2011-2017)

Erika Natalie Pereira Miralha Duarte

Mestranda em Segurança Pública (IFCHA/UFPA) e oficial da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. erikanatalie@hotmail.com.

Cesar Maurício de Abreu Mello

Mestre em Segurança Pública (IFCH/UFPA), doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA) e oficial da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. mello.cesar@gmail.com.

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA). Professor dos Programas de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP) e de Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará e professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br.

RESUMO

A morte de profissionais de segurança pública é um tema que vem sendo bastante debatido, em especial no Brasil, onde a maioria das vítimas são policiais militares, e há uma tendência de crescimento ano após ano. Este trabalho teve como objetivo apresentar onde morreram os policiais militares da Polícia Militar do Pará, no período de 2011 a 2017, nos municípios de Belém e Ananindeua – Pará. Iniciou com uma revisão bibliográfica acerca do risco da atividade policial militar e como tal elemento influencia no resultado de morte para esta categoria de profissionais. Analisou as mortes de policiais militares da ativa ocorridas em serviço e durante a folga, descrevendo o local das mortes e que bairros da Região Metropolitana de Belém onde houve maior ocorrência. O resultado da pesquisa demonstrou que os locais onde houve mais mortes de policiais militares foram nos bairros do Jurunas e Parque Verde e no distrito de Outeiro, no município de Belém.

Palavras-chave: Polícia Militar. Risco. Morte.

Introdução

Policiais morrem em todo o mundo nas mais diversas circunstâncias. Alguns ocasionam acidentes de trânsito ou, mesmo não contribuindo para o evento, são vítimas deles. Outros, seja por inabilidade, negligência, excesso de confiança ou em função dos confrontos armados morrem vítimas de armas de fogo, ou pela incorreta “leitura” e avaliação de um cenário específico, tomam decisões equivocadas que os transformam em vítimas (MELLO, 2015). Há aqueles que, mesmo estando de folga e em trajes civis, são reconhecidos por bandidos. Finalmente, tem-se aqueles policiais que se arriscam mais do que a prudência e as

técnicas policiais recomendam. Como ponto em comum, tais policiais não puderam ou quiseram avaliar os riscos a que estavam expostos. Desta forma, seja na atividade policial ou fora dela, a correta percepção do risco transforma-se em um elemento crucial que separa a vida da morte.

FBSP (2017) mostram que morreram 453 policiais militares e civis no ano de 2016 no Brasil, representando um crescimento de 23% em relação ao ano anterior, além disso, desse universo, 386 eram policiais militares, dos quais 283 morreram fora da atividade (FBSP, 2017). No período de 2009 a 2015, a soma é de 2.543 policiais vitimados (FBSP, 2017).

Compreender, portanto, o fenômeno da vitimização policial torna-se crucial para que governos e instituições possam desenvolver estratégias e políticas públicas com vistas a mitigar tal acontecimento. O objetivo desta pesquisa foi investigar onde morreram os policiais militares da Polícia Militar do Pará, no período compreendido entre os anos de 2011 a 2017, nos municípios de Belém e Ananindeua – Pará. Em termos de objetivos específicos elencou-se: (i) confeccionar um mapa com a distribuição espacial dos homicídios dos policiais militares e (ii) verificar, a partir dos pontos onde ocorreram as mortes, a relação destes com os locais de residência.

Revisão Bibliográfica

A palavra risco, considerada polissêmica, muitas vezes tem seu significado confundido com perigo ou ameaça. Diversos autores tentaram defini-lo, alguns enquanto palavra, outros enquanto significado. Granjo (2006) foi um dos que se propôs a conceituá-lo, inicialmente alertando para a distinção entre os termos *risco*, *perigo* e *ameaça*. Para Granjo (2006), *Ameaça* é qualquer fator possível de causar dano à integridade de pessoas, seres ou coisas, desde que sua existência seja percebível, ainda que de forma vaga. Já o *perigo* seria uma ameaça totalmente imprevisível, incerta, arbitrária e permanente e o *risco* estaria situado numa zona onde a ameaça aleatória pode ser “domesticada”.

Quando o conceito de risco volta-se para a área da segurança, alguns autores concordam que o trabalho policial é arriscado e perigoso, dentre eles, têm-se Souza e Minayo (2005); Mello (2015) e Fernandes (2016). Sobre a morte de policiais, Gibbs *et al.* (2014) acrescentam que se a morte de qualquer cidadão é um crime horrendo, o assassinato de um policial é particularmente hediondo.

No estado do Pará, estudo de Mello e Nummer (2014) além de constatar que o risco se configura como um elemento inerente e propulsor da vida miliciana identificou que os

policiais militares do Pará têm uma percepção diferenciada dos riscos a que estão expostos, associada, especialmente, a sua origem e trajetória. Segundo Mello e Nummer (2014), os policiais militares que trabalham na região metropolitana da cidade de Belém-Pará e aqueles que trabalham em cidades do interior do Estado do Pará percebem o risco de formas diferentes.

O risco, portanto, pode ser encarado como um fenômeno complexo que “reúne várias dimensões da vida social, tais como a genética, o comportamento, a cultura, a perspectiva técnico-científica, a visão jurídica e o aspecto social” (MELLO, 2015, p. 29).

Consoante o direcionamento da pesquisa em apontar onde morreram os policiais militares no Estado do Pará, quer em atividade ou fora dela, adotou-se o conceito de risco dado por Mello (2015, p. 15) que o entende “como a condição de ser policial militar causar algum tipo de dano físico ou emocional, na trajetória profissional ou nas relações sociais do sujeito”.

Em seus estudos, Souza e Minayo (2013) destacam que desde o seu surgimento no mundo, a polícia se constitui em um alvo da vitimização, por meio de lesões por arma de fogo ou branca, traumas, agressão física ou psicológica, ou materializada pela morte. Tal afirmação também é comungada por Durante e Oliveira Júnior (2013) que afirmam ser altíssimo o grau de vitimização dos profissionais de segurança pública (em seu estudo que teve como universo apenas policiais civis e militares). Além de estarem sujeitos a morrer em proporções maiores que o cidadão comum, Reiser e Geiger (1984) destacam outro aspecto da vitimização, que ocorre quando o policial, além dos danos físicos, sofre a lesão à sua ilusão de controle e invulnerabilidade, inerentes ao seu papel de autoridade, onde é forçado a reconhecer que houve uma interferência ao controle de seu espaço, afetando sua autoestima, e acarretando um sentimento de culpa.

Durante e Oliveira Júnior (2013) ao analisarem a vitimização dos profissionais de segurança pública descobriram, sobre a possibilidade de um policial ser vítima de violência física, que os policiais com menor grau hierárquico, menor renda, com menor tempo de polícia e que não possuem imóvel estão mais propensos à violência física, e policiais militares que atuam nas regiões metropolitanas tem maior chance de serem vítimas de violência física.

Em relação à percepção de risco fora da atividade policial, Minayo, Souza e Constantino (2007) constataram que o perigo é um sentimento comum vivenciado por todos, e 94,1% dos policiais militares entrevistados declararam que os momentos mais inseguros na

folga são o trajeto para casa e durante o lazer. Assim, a condição de policial acaba por exigir um estilo de vida diferenciado, invadindo seus aspectos social e pessoal.

Sobre a vitimização dos policiais fora de serviço, Souza e Minayo (2005) chamam a atenção para as mortes, agressões e acidentes com os policiais em suas folgas, mas, contraditoriamente, ligadas ao trabalho. Elevado percentual de policiais (MINAYO; SOUZA, 2003) tem um “segundo emprego” na área de segurança privada como meio de complementar a renda, continuando assim a usar o tempo livre com atividades similares e arriscadas, além de comprometer suas horas de folga e descanso, ficando exposto a um maior desgaste físico e mental.

Corroborar a afirmação do segundo emprego como elemento potencializador do risco os estudos de Brito *et al.* (2011), ao mencionarem que o afrouxamento do controle social estatal oferta um mercado de segurança particular para os policiais, em razão de possuírem treinamento e licença para portar armas, além da rede de contatos com policiais que fazem o policiamento ostensivo. Ou seja, são atraídos para executarem essas atividades pelo fato de serem policiais, o que os torna ao mesmo tempo expostos fora do turno de trabalho oficial.

Os estudos acima mencionados convergem para uma afirmação que merece destaque: a estreita relação do risco da profissão policial com a ocorrência do resultado morte, seja em atividade, ou fora dela, bem como a clara percepção dessa existência por seus profissionais.

Material e Métodos

A metodologia utilizada no trabalho consistiu em levantar três procedimentos específicos sob orientação de Gil (1994). Inicialmente, uma revisão da literatura dos temas risco, violência e morte de policiais, que, segundo Yin (2016), deve ser seletiva e não abrangente, a fim de despertar as considerações iniciais sobre o tema do estudo, método e fonte de dados.

Em seguida, procedeu-se uma pesquisa documental, colhendo dados secundários relativos às mortes de policiais militares (oriundos de diversas fontes dentro do próprio Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, como o Centro de Inteligência da PMPA e a Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria do Estado). Finalmente, o tratamento, sobreposição, confirmação, reacompletamento e análise desses dados.

A pesquisa investigou onde morreram os policiais militares do Estado do Pará num período de sete anos (2011-2017). Seu objeto abrangeu os casos de morte de policiais

militares da ativa da Polícia Militar do Pará, excluídas as decorrentes de causas naturais (doenças), sejam decorrentes ou não da atividade policial, e os suicídios.

Utilizou-se no estudo a abordagem quantitativa descritiva dos locais onde ocorreram maior incidência de morte dos policiais militares ocorridas nos municípios de Belém e Ananindeua, por representarem a grande maioria de bairros onde tais mortes incidiram.

Quanto à questão espacial, o estudo utilizou a categoria *ponto de queda* como os locais onde ocorreram os atos que resultaram nas mortes dos policiais nas cidades de Belém e seus distritos e Ananindeua. O trabalho também pretendeu apontar a distância entre os pontos de queda e o local da residência do policial militar, considerando-se como categorias as mortes ocorridas: a) na residência; b) até 1 km da residência; c) de 1 a 3 km; d) de 3 a 5 km; e e) mais de 5 km da residência.

A análise dos dados realizou-se por categoria, construindo-se gráficos e mapas, seguindo-se à interpretação dos dados, procurando a explicação utilizando o referencial teórico já descrito.

No presente artigo, pesquisou-se as ocorrências onde as mortes ocorreram nas seguintes circunstâncias: **homicídio** (usado para designar aqueles registros em que o policial foi morto por arma de fogo ou outro instrumento qualquer, sem que estivesse demonstrada a intenção de roubo); **latrocínio**, quando a morte decorreu de uma tentativa de roubo ou roubo consumado; o **disparo acidental**, que contempla os registros em que o policial foi vítima de disparo de arma de fogo por ato próprio ou acidentalmente por seus companheiros de serviço, no jargão policial militar chama-se “fogo amigo”; a categoria **acidente de trânsito** reúne as situações em que a vítima estava no interior de veículo, embarcação, aeronave ou em uma motocicleta (particulares ou oficiais), ou quando foi atropelado; o **confronto armado** delimita as mortes, obrigatoriamente de serviço, em que o policial se envolveu em troca de tiros ou luta corporal com suspeitos ou foi vítima de emboscada;

Quanto à data da morte, considera-se a data da “queda”, ou seja, a da ocorrência, o momento em que foi praticado o ato, ainda que tenha sido outra a data do resultado morte.

A descrição detalhada de cada ocorrência envolvendo a morte de policiais militares no espaço temporal desta pesquisa foi solicitada diretamente à Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria do Estado e por consultas realizadas no Sistema Integrado de Gestão Policial (SIGPOL), sistema interno da Polícia Militar do Pará acessado por meio de *login* e senha, o que lhe confere autenticidade e confiabilidade nas informações coletadas.

Resultados e discussões

Este trabalho analisou as ocorrências que culminaram com mortes de policiais militares da ativa da Polícia Militar do Pará nos municípios de Belém e Ananindeua, tendo em vista que na Região Metropolitana de Belém estes municípios apresentaram o maior registro de mortes. Primeiramente, com o fim de contextualizar o cenário em relação ao fenômeno estudado, tem-se uma série histórica de mortes de policiais militares da PMPA no período de 2011 a 2017 no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e a somatória de Belém e Ananindeua.

Na Polícia Militar do Pará, no período compreendido entre 2011 e 2017, 189 policiais militares perderam suas vidas, excluídas as mortes decorrentes de causas naturais e de suicídio. Deste total, 74% dos militares mortos se encontravam de folga. Detectou-se que 98 mortes ocorreram na Região Metropolitana de Belém (RMB), que é composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel, Santa Bárbara do Pará e Castanhal, destacando-se, neste cenário, o número de mortes ocorridas nos municípios de Belém e Ananindeua, que representam mais de 70% do total da RMB. Desta forma, tomou-se como problemática a ser estudada, as mortes de policiais militares da Polícia Militar do Pará, em particular no seu aspecto espacial.

O Estado do Pará possui uma população estimada para 2017 de pouco mais de 8 milhões de habitantes (IBGE, 2010), concentrados em sua maioria nas grandes cidades. A Polícia Militar do Pará distribui seu efetivo levando em consideração a densidade populacional, desta forma, a Região Metropolitana de Belém (RMB), que abrange os municípios de Belém e distritos, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel e Castanhal é servida por aproximadamente **5.141** policiais militares⁷ que se revezam em turnos diários de serviço. A concentração de 51% de policiais do efetivo total empregado no estado na Região Metropolitana poderia explicar uma proporção maior de policiais militares mortos em relação às demais regiões do estado.

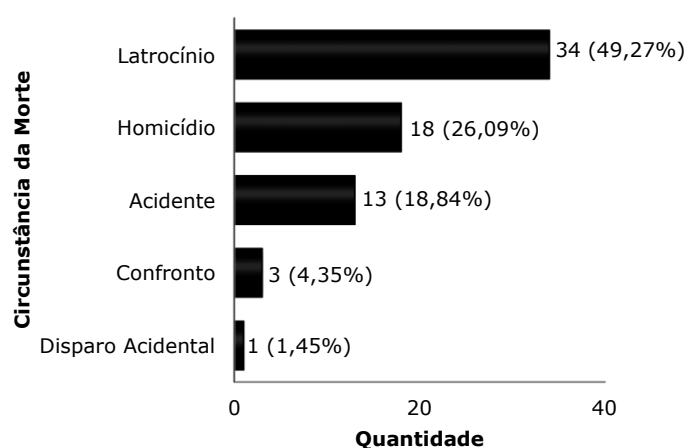
Da observação da série história constata-se a existência de oscilação no número de mortes, com tendência predominante de aumento, ficando em 27 o número médio de mortes no período (2011-2017); somente os anos de 2012 e 2016 apresentaram leve redução, enquanto que, o ano de 2013 apresentou 39 mortes. Tal elevação merece uma análise mais apurada considerando que em 2013 a Polícia Militar do Pará, com a publicação da Portaria Nº

⁷ O que corresponde a cerca de 70% do total dos efetivos dos Comandos de Policiamento da Capital (CPC), Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), Comando de Policiamento Especializado (CPE) e Comando de Missões Especiais (CME). Os 30% restantes, são empregados no serviço administrativo.

006/2013, de 26 de janeiro de 2013 (PARÁ, 2013), regulou a concessão do chamado “kit segurança” aos policiais militares, que, cumpridos os requisitos estabelecidos na norma, receberam uma pistola, munições e um colete balístico. Ressalta-se, entretanto, que não há neste estudo elementos científicos capazes de relacionar o número de mortes de policiais e a utilização do “kit segurança”.

Quando se comparou o número de latrocínios ocorrido em 2013 em relação ao total de crimes ocorridos, verificou-se não só o aumento de registros deste crime na população em geral, mas percebe-se que a proporção de vítimas policiais militares em relação ao total de latrocínios aumentou ano a ano, é expressivo o número de vítimas dessa categoria em relação ao total, representando em média 9%, o que leva ao entendimento de que o simples fato de ser policial militar o transforma em potencial vítima desse crime em específico.

Figura 1 – Mortes de policiais militares na ativa por circunstância – Belém e Ananindeua, no período de 2011 a 2017.



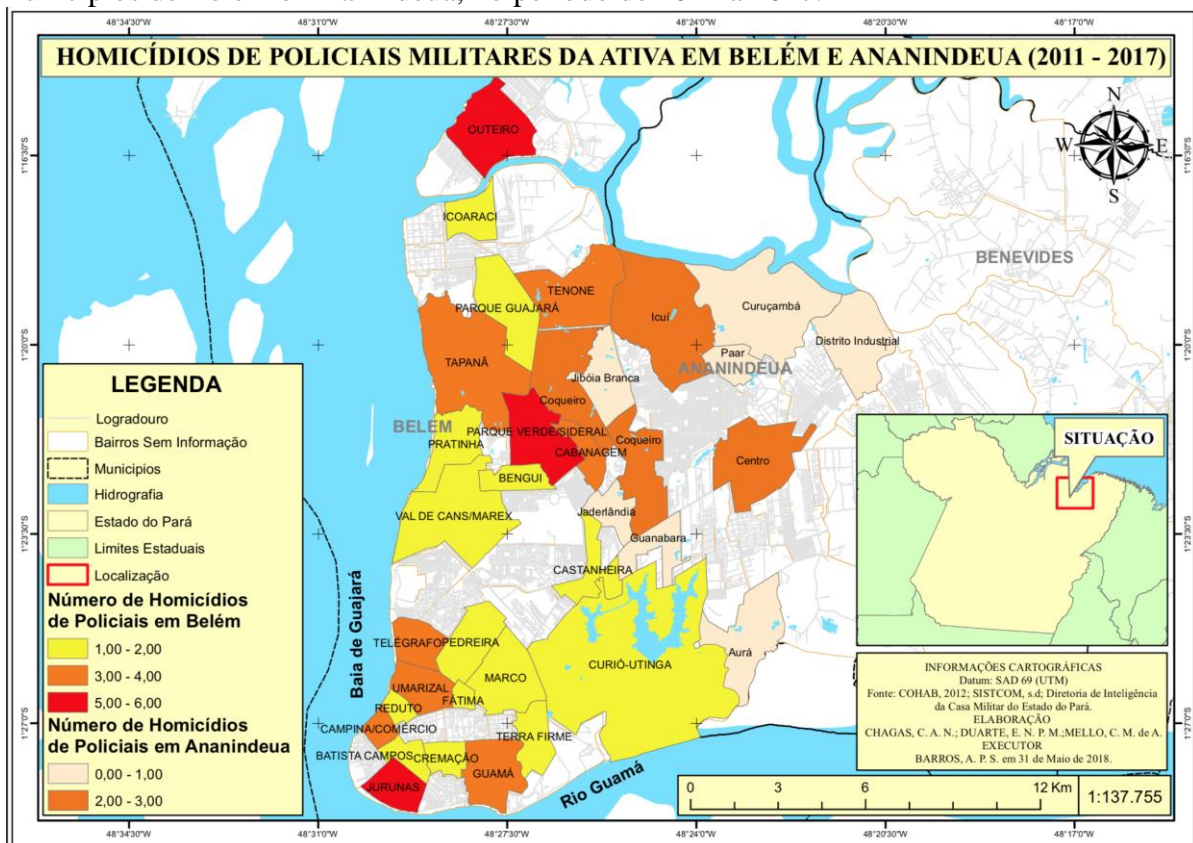
Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, , junho, 2018.

Observa-se que o latrocínio (49,27%) e o homicídio (26,09%) são as principais circunstâncias que vitimam os policiais militares, seguidos do acidente de trânsito (18,84%) e do confronto armado (4,35%), havendo somente uma (1,45%) ocorrência de morte decorrente de disparo acidental (Figura 1). O número maior de latrocínios em relação aos homicídios, de forma discrepante da proporção que envolve a população em geral, e que pode ser explicada por ocasião da análise dos 34 latrocínios ou tentativa de latrocínio ocorridos, onde em 23 (68%) deles houve a subtração da arma de fogo, demonstrando que há grande probabilidade do policial tornar-se uma vítima potencial do latrocínio em virtude de portá-la. O percentual elevado de mortes por acidente de trânsito (20%), demonstra que o policial militar, assim

como a população em geral, é também vítima da violência no trânsito, que no caso dos municípios estudados representam uma das principais causas de mortes da população.

A produção cartográfica se revestiu fundamental importância no sentido de mostrar onde os policiais militares do Pará morrem, por ser uma atividade complexa e que envolve aspectos multidisciplinares, e a utilização de técnicas de geoprocessamento possibilitaram a análise da realidade socioespacial, sem afastar a importância do pesquisador como sujeito da elaboração do mapa. De posse das informações dos denominados “locais de queda”, termo aqui utilizado para conceituar os locais das mortes dos policiais, confeccionou-se um mapa, representado pela figura abaixo, onde observa-se de acordo com a legenda, os bairros que concentraram maior número de ocorrências no período 2011-2017.

Figura 2 – Distribuição espacial do número de mortes de policiais militares da PMPA, nos municípios de Belém e Ananindeua, no período de 2011 a 2017.



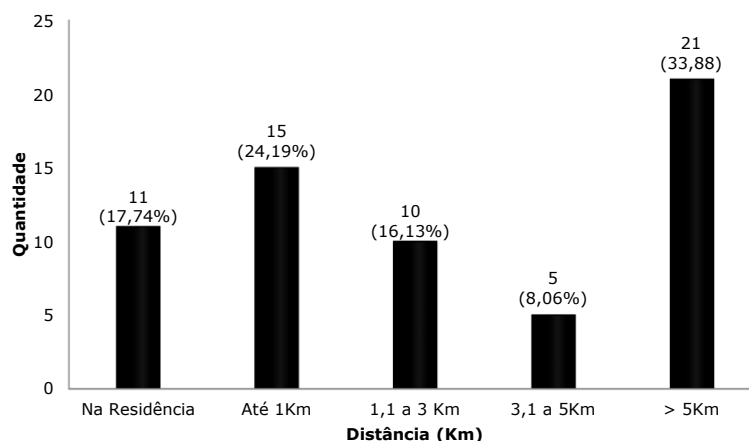
Fonte: COHAB, 2012, adaptado pelos autores (2018).

A distribuição espacial dos homicídios mostra-se de forma bem heterogênea, onde o gradiente apresentado com o maior número de policiais mortos é encontrado nos bairros Jurunas, Parque Verde e distrito de Outeiro (Figura 2). Tal distribuição está em consonância

com o entendimento de Cano (2008) ao tratar do tema violência letal, de que esta não se distribui homoganeamente, mas que há uma relação inversa entre o nível de vida e a violência letal. Assim, cidadãos que residem em áreas mais pobres e que possuem menos acesso aos serviços do Estado estão mais expostos a sofrerem uma morte violenta, e vice-versa. Contrariamente, moradores de áreas consideradas mais providas de serviços e com valorização imobiliária seriam alvos preferenciais de crimes contra o patrimônio (roubos e furtos).

Na tentativa de enriquecer o debate acerca da distribuição espacial das mortes, procurou-se também mostrar a relação entre os pontos de queda e distância da residência do policial militar conforme demonstra a Figura 3.

Figura 3 – Mortes de policiais militares na ativa nas cidades de Belém e Ananindeua, no período de 2011 a 2017, por distância (em quilômetros) da residência até o local da queda do policial.



Fonte: Casa Militar do Estado do Pará, junho, 2018, elaborado pelos autores.

Quando se considera apenas as mortes ocorridas na folga, verifica-se há um expressivo número de mortes na residência ou em local muito próximo (até 1km dela), ou seja, 41,93% dos policiais morreram no interior da residência, ou às proximidades dela. Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de que o policial, muitas das vezes acostumado em andar nos mesmos locais, e pela convivência contínua com as mesmas pessoas em determinado bairro, reduz sua capacidade de perceber o perigo, por se encontrar em ambiente que julga ser mais seguro, pois é o seu local de pouso e morada. Le Breton (1991) esclarece que a experiência contraída pela exposição ao risco repetidamente pode fazer com que a sua percepção seja reduzida. É o que o autor designa de “pedagogia do risco”, complementando que o risco não é uma disposição perene do indivíduo e, mesmo que o policial já tenha enfrentado alguma situação

arriscada, isso não o credencia a enfrentar outras de mesma magnitude e nem lhes assegura um “equilíbrio psicológico” aprendido pela experiência.

Ainda sobre o assunto, Almeida (2008) parte da comprovação de que o viver é multissensorial e cria o conceito de *redoma sensorial*. Almeida (2008) argumenta que, ao vivenciar uma nova experiência, como aprender uma nova habilidade (dirigir uma moto, andar pela floresta, etc.), todos os sentidos se comprometem com o aprendizado daquela nova atividade até que ela seja completamente dominada e passe a ser corriqueira e automatizada e, portanto, deixar de ser extraordinária, e passar a ser ordinária. Dessa forma, mesmo vivendo em um local considerado perigoso e com altos índices de criminalidade é possível que o policial militar, pela convivência e circulação diária nesse local, internalize uma “falsa percepção” de segurança dentro daquele ambiente, acarretando, assim, uma exposição que lhe acaba por lhe vitimizar.

Considerações Finais

Utilizados os instrumentos metodológicos do presente estudo, verificou-se que a morte de policiais e sua relação com o espaço são complexas, e que envolvem muitas variáveis. Pautada na análise do que foi exposto anteriormente e baseado na conversa com outros autores que estudam o assunto, há grande possibilidade de contribuir para o debate acadêmico que envolve o tema. Constatou-se, apesar da distribuição bastante heterogênea dos crimes estudados, que os quase a totalidade dos bairros com maior incidência de crimes com resultado morte são os situados em áreas periféricas, onde se concentram aglomerados subnormais e a presença estatal é deficiente, gerando a concentração de crimes que vitimam não só essa categoria, mas a população em geral.

Um fator que pode contribuir para o expressivo número de mortes em bairros localizados na periferia de Belém e de Ananindeua, além da questão numérica, diz respeito à renda, às condições e locais de moradia e ao meio de transporte, atingindo mais os policiais que se encontram na base da pirâmide organizacional da instituição: soldados e cabos. A percepção de risco diminuída por residir nessas áreas e a *redoma sensorial* decorrente da habitualidade de circular e conviver nesse ambiente pode influenciar na incidência de mortes de policiais em áreas consideradas “vermelhas” ou *hot spots*, onde este profissional pode ser e reconhecido e tornar-se vítima da criminalidade local.

Ao observar os elevados registros de mortes de policiais vítimas de roubo, isto é, de latrocínio, suscita-nos a dúvida de que eles podem estar sendo vítimas preferenciais em

função de possuírem (e de estarem portando) uma arma. Estudos mais aprofundados precisam ser realizados com o objetivo de reduzir a letalidade de policiais mortos em função do roubo de sua arma ou até mesmo pelo fato de exercer a atividade policial.

Referências

- ALMEIDA, L. G. V. **Ritual, risco e arte circense: o homem em situações-limite**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2008.
- BRITO, D; SOUZA, J.; LIMA, R. **Policiais e o “bico”: a formação de redes de trabalho paralelo de segurança**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, Ano v, 8.ed., Fev./Mar 2011.
- CANO, I. Análise territorial da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER, 1997. In: SOUZA, M. L. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- DURANTE, M. O.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. Vitimização dos policiais militares e civis no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública** [online], São Paulo, n. 7, p.132-144, Fev/Mar 2013.
- FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **Revista Brasileira de Segurança Pública** [online], São Paulo, n. 2, v. 10, p. 192-219, Ago/Set 2016.
- GIBBS, J. C.; RUIZ, J.; KLAPPER-LEHMAN, S. A. Police officers killed on duty: replicating and extending a unique look at officers deaths. **International Journal of Police Science & Management**. n. 4, v. 16, p. 277-287, 2014.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 1994.
- GRANJO, P. Quando o conceito de <risco> se torna perigoso. **Revista Analise Social**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. v. 181, p. 1167-1179, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>>. Acesso em: nov. 2018.
- LE BRETON, D. **Passions du risque**. Paris: Métailié. 1991.
- FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo. Ano 10, 2017.
- MELLO, C. M. A. **“Mesmo com o sacrifício da própria vida”**: A multiplicidade dos riscos na profissão Policial Militar. Belém, 2015. 75 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - PPGSP, Universidade Federal do Pará, 2015.
- MELLO, C. M. A.; NUMMER, F. V. **Policial militar: uma profissão de risco**. ANAIS 29ª **Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal, UFRN, 2014.
- _____. A questão do risco na profissão policial militar: avanços e desafios. In: FRANÇA, Fábio Gomes; SANTOS, Carlos Eduardo Batista dos. **Estudos em Segurança Pública: direitos humanos, polícia e violência**. João Pessoa: Ideia, 2015.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial civil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**. n. 23, 2007.

REISER, M.; GEIGER, S. Police Officer as a victim. **Professional psychology: research and practice**, v. 15, n. 3, p. 315-323, 1984.

SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. Sob Fogo Cruzado I: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, v. 1, p. 110-117, 2013.

_____. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência e saúde coletiva**. v.10, n.4, p. 917-928, 2005.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução Daniel Bueno. Rev. Téc. Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

CAPÍTULO 03 – CONSIDERAÇÕES FINAIS, RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS E CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas e análises que culminaram com o trabalho acerca da vitimização com resultado morte de policiais militares paraenses durante a folga demonstraram que há uma relação entre as mortes ocorridas e o risco da atividade policial, principalmente para aqueles que moram em áreas periféricas, onde não possuem a proteção de alguns equipamentos utilizados somente durante o serviço (colete balístico, viatura), bem como após o horário de trabalho, no momento de lazer, o profissional não dispõe de outra pessoa que possa “guardar sua retaguarda”, como foi treinado para a atuação institucional.

Depois de analisadas as taxas de mortalidade de policiais militares paraenses em comparação com as taxas da população em geral, no período em estudo (2011 a 2018) constatou-se que as taxas de mortalidade do policial militar que em relação ao crime de latrocínio se encontra acima da taxa da população em geral, o que confirmou a hipótese levantada.

Embora a Polícia Militar do Pará tenha se utilizado de vários instrumentos no intuito de proteger seus integrantes – como o Programa PM Vítima – , que apontam algumas ações preventivas, como os seminários de Comportamento de Autoproteção, se apresentando como novas estratégias para a redução das mortes, constatou-se que as mortes continuaram a ocorrer, atingindo seu ápice no ano de 2018, com 16 latrocínios e 10 homicídios.

Restou claro, diante dos resultados apresentados, que o fato de portar arma de fogo e residir em locais periféricos e considerados “*hot spots*” são fatores complicadores e que aumentam a vulnerabilidade do policial, mas os policiais sempre receberam salários que não os permitiam viver em bairros seguros (ou seja, continuam a viver em bairros periféricos) e continuaram a tirar “bicos” para sobreviver; então o elemento que contribuiu para o aumento da vitimização não decorreu unicamente destes fatores, presentes desde sempre.

O recrudescimento e sedimentação das facções criminosas, em especial o CV (Comando Vermelho) no estado do Pará, podem ter contribuído para o recrudescimento dos índices de vitimização com resultado morte de policiais militares paraenses, tendo em vista a existência de indícios da existência de “ordens” para a matança de policiais militares, em troca da vida pela dívida contraída no tráfico ou ainda como símbolo de status dentre os membros da organização. O policial militar, acostumado a desempenhar o papel de “caça”, no

sentido de que lhe cabia, a todo tempo, intervir onde quer que estivesse, estando ou não de folga, em situações que se apresentassem à sua frente, passou a ser “caça”, tentando, a todo momento, evitar que sua rotina ou a de sua família pudessem lhe colocar em situação de vulnerabilidade e em consequência transformá-lo em mais um número dessa estatística crescente de mortes de agentes da segurança pública.

Finalizando, os autores sugerem que novas pesquisas sejam realizadas a fim de que o tema permaneça na agenda nacional. Adicionalmente, apontam algumas propostas de intervenção que poderiam mitigar tão grave problema. São elas:

- a) Continuar com os programas de capacitação em autoproteção que, por meio do estudo de ocorrências reais, ampliam a discussão com os policiais (de todas as hierarquias) do que fazer em cenários futuros de agressões fora do horário do expediente;
- b) Traçar um plano de educação financeira por meio de consultoria especializada: ao longo da pesquisa, muito embora não tenha sido seu objeto, os autores detectaram que a falta de orientação financeira desde o início da carreira policial militar é um fato que influencia na trajetória de vida e conseqüentemente favorece a exposição do PM à circunstâncias que podem contribuir para sua vitimização, como por exemplo morar em locais de risco ou ainda utilizar transporte público; a orientação especializada a partir do ingresso se constitui em uma medida preventiva que poderá produzir efeitos a longo prazo, tanto no âmbito pessoal quanto institucional;
- c) Plano habitacional: a construção de locais destinados especialmente à moradia de policiais militares seria uma solução a médio prazo que tem a capacidade de promover a proteção destes profissionais, na medida em que os retira das áreas consideradas mais perigosas. A criação de vilas ou residenciais para PMs aos moldes das forças armadas, ao concentrar um efetivo considerável de militares no mesmo espaço, promove a sensação de proteção mútua, na medida em que possibilita a elaboração de estratégias de defesa e rápido acionamento da estrutura do próprio sistema de segurança pública;
- d) Reavaliar administrativamente a concessão permanente do armamento de uso individual (kit segurança): ao final do trabalho verificou-se que o principal objeto do crime que mais vitimou os policiais militares foi a arma de fogo, que é entregue a cada policial juntamente com o colete balístico no início da carreira, logo após o término do curso de formação. Cabe, a partir desta constatação, aprofundar os estudos a fim de verificar a possibilidade de restringir a concessão do “kit segurança”, de acordo com situações específicas.

- e) Fortalecer a investigação dos crimes contra agentes públicos, a fim de promover uma rápida resposta diante dos atos cometidos, por meio de uma investigação eficiente e que resulte efetivamente em uma condenação dos acusados.
- f) Desenvolver estudos comparativos entre a PMPA e outras corporações estaduais, a fim de aprofundar o entendimento da dinâmica de vitimização, tendo em vista que este fenômeno não ocorre em grau elevado e com a mesma frequência em todos os estados brasileiros.

3.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

O estudo da vitimização de policiais militares não se esgota ao final deste trabalho, configurando-se apenas em um pontapé inicial para as discussões acerca das mortes ocorridas fora do serviço policial. Cada vez mais presencia-se que o policial, mesmo estando fora de atividade, sofre as consequências de uma vida inteira na corporação, tendo em vista o número recente de homicídios e latrocínios envolvendo policiais militares que já se encontram na reserva remunerada.

Diante da realidade ora apresentada, sugere-se que novos estudos sejam efetivados com o objetivo de analisar a presença do risco para além da atividade, até mesmo para quem já se encontra fora das fileiras da instituição.

Outra sugestão de trabalho dentro da área da vitimização seriam as lesões decorrentes da atividade policial, suas causas e consequências para o policial militar, em especial as ocorridas nos momentos de folga.

Acrescenta-se ainda a necessidade de um estudo que trate do suicídio, por meio de estudo de caso, diante da existência de ocorrências no âmbito da PMPA, configurando-se em uma das causas da morte de policiais tanto em serviço quanto na folga. Assim, estudar este fenômeno na PMPA é importante no sentido de entender se suas causas decorrem de fatores laborais (doenças oriundas da atividade peculiar de segurança pública) ou com ela não possuem relação de causalidade; estudos acerca do tema reforçam que a incidência de suicídio entre componentes das instituições militares são maiores que da população civil.

3.3 CONTRIBUIÇÃO PARA A SOCIEDADE

3.3.1 Estratégias de Intervenção Pública

1. Título da Proposta: Criação de linha de crédito habitacional específica para policiais militares

Objetivo: Retirar os policiais militares dos locais com maior índice de criminalidade, que os expõe a uma maior probabilidade de serem vítimas dos crimes de homicídio e latrocínio.

Quem pode executar: Governo do Estado por meio de linha de crédito gerenciada pelo Banco do Estado do Pará

Resultados Esperados: Diminuição dos índices de vitimização com resultado morte de policiais militares do Pará.

2. Título da Proposta: Criação de um grupo de estudos sobre vitimização na Polícia Militar do Pará

Objetivo: Analisar os casos em que policiais foram vítimas de homicídio e latrocínio, suas circunstâncias para verificar quais as causas e circunstâncias que ocasionaram as mortes e elaborar estratégias de intervenção de acordo com os resultados encontrados nas análises.

Quem pode executar: Polícia Militar do Pará

Resultados Esperados: mapeamento detalhado, dia a dia, das circunstâncias em que os policiais militares são vitimizados com resultado morte, a fim de possibilitar a imediata intervenção quando necessária.

3. Título da Proposta: Ampliação do Programa “PM Vítima”

Objetivo: fornecer maior proteção aos policiais militares vítimas de ameaça, fortalecendo a investigação desses crimes, principalmente quando houver indícios de envolvimento de facções criminosas

Quem pode executar: Polícia Militar do Pará e Polícia Civil do Pará

Resultados Esperados: identificação dos autores dos crimes de ameaças contra policiais militares.

Esta pesquisa constituiu-se em uma importante contribuição no sentido de compreender as circunstâncias que envolvem as mortes de policiais militares. Possibilita, ainda, alternativas para que a instituição Polícia Militar do Pará busque a elaboração de outras alternativas para a mitigação do problema.

A apresentação do presente trabalho ao comando da instituição, após a entrega do produto final, certamente permitirá que sejam reavaliadas as atuais medidas em vigor e promoverá um debate acerca do tema, além de possibilitar a discussão de novas medidas que tenham maior potencial de minimizar o fenômeno da vitimização com resultado morte de policiais militares do Pará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (DO CAPÍTULO 1)

- ADAMS, J. **Risco**. São Paulo: Editora SENAC, 2009.
- AMADOR, F. S.; SANTORUM, K.; CUNHA, C. S.; BRAUM, S. M. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhadores na Brigada Militar. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 22, n. 3, 2002.
- AREOSA, J. **O risco no âmbito da teoria social**. 2008. IV Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/323.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.
- BECK, U. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940.
- BRITO, D; SOUZA, J.; LIMA, R. **Policiais e o “bico”: a formação de redes de trabalho paralelo de segurança**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, Ano v, 8 ed., Fev./Mar. 2011.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 8.ed., São Paulo: Saraiva, 2013.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, p. 295-316, 2008.
- CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vividos por policiais civis: estudo comparativo em dois municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Convención Internacional de Salud Pública**. 2012.
- COSTA, E. M. C; CARDOSO, L. F. C.; COSTA, R. M. P.; VIEIRA, C. L. **Quem protege o protetor**: ocorrências com morte de policiais militares no Pará (2011 a 2013). In: ALMEIDA, S. S; RAMOS, E. M. S. L.; CHAGAS, C. A. N. (Org). Segurança e defesa: conflitos, criminalidade e tecnologia da informação. Belém: UFPA, 2016.
- DOUGLAS, M; WILDAVSKY, A. **Risk and Culture**: an Essayon the Selection of Technological and Enviromental Dangers. London: University of California Press, 1982.
- DURANTE, M. O.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. Vitimização dos policiais militares e civis no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública** [online], São Paulo, n. 7, p.132-144, Fev/Mar 2013.
- FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo. Ano 8. 2014.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo. Ano 9. 2015.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo. Ano 11. 2017.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo. Ano 12. 2018.

FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **Revista Brasileira de Segurança Pública** [online], São Paulo, n. 2, v. 10, p. 192-219, Ago/Set 2016.

FIGUEIRA, M. G. Mapeamento Criminal. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (Orgs). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. 1.ed., São Paulo: Contexto, 2014.

GIBBS, J. C.; RUIZ, J.; KLAPPER-LEHMAN, S. A. Police officers killed on duty: replicating and extending a unique look at officers deaths. **International Journal of Police Science & Management**. n. 4, v. 16, p. 277-287, 2014.

GOFFMANN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GRANJO, P. Quando o <risco> se torna perigoso. **Análise Social** [online]. v.181, p. 1167-1179, 2006.

HAYES, M. V. On the epistemology of risk: language, logic and social science. **Social Science and Medicine**, n. 35, v. 4, p. 401-407, 1992.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: Conceitos e caracterização. **Revista Investigaciones**. UNAD, Bogotá, v. 14, n. 2. 2015.

LESTER, David. A study of civilian-caused murders of police officers. **International Journal of Criminology and Penology**. n. 6, p. 373-378, 1978.

MAGALHÃES, M.N.; LIMA, C.P. Noções de Probabilidade e Estatística. São Paulo: EDUSP, 2011.

MELLO, C. M. A. **Heróis também sangram**: como, onde e porque morrem os policiais militares do Estado do Pará (2013-2015). 45p. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica e Defesa Social). Marituba, 2015.

MELLO, C. M. de A.; NUMMER, F. V. Policial militar: uma profissão de risco. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal/RN. 2014.

MELO, H. P.; ROCHA, F.; FERRAZ, G.; DI SABBATO, A.; DWECK, R. **O setor serviços no Brasil**: uma visão global. 1985/95. IPEA, Rio de Janeiro. Texto para discussão, n. 549. Rio de Janeiro, 1998.

MERINO, P. S. **Mortalidade em efetivos da polícia militar do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2010.

MINAYO, M. C. S. (Coord.). **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MINAYO, M. C. S. Vitimização profissional. In: LIMA, R. S. (Org). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, p. 519-526, 2014.

MINAYO, M. C. S.; ADORNO, S. Risco e (in) segurança na missão policial. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2013.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Missão investigar**: entre o ideal e a realidade de ser policial civil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, Nov. 2007.

MUNIZ, J. de O. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

MUNIZ, J.; SOARES, B. M. **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. ISER/UNESCO/Ministério da Justiça, Rio de Janeiro (relatório de pesquisa), 1998.

PARÁ. Alto Comando da Polícia Militar do Estado do Pará. **Resolução Nº 001/2017** - Estabelece, no âmbito da Polícia Militar do Pará, o Protocolo de Proteção da vida e da integridade física de policiais militares, diante de situação de risco em razão do exercício da função ou em decorrência dela e dá outras providências. Boletim Geral Nº 228, de 07 de dezembro, 2017. Disponível em: <<https://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/2017/DEZEMBRO/2017.12.07-bg228.pdf>>. Acesso em: dez. 2017.

PARÁ. Comando da Polícia Militar do Estado do Pará. **Resolução Nº 006/2013** – Gabinete do Comando, de 28 de Janeiro de 2013 - Regula a concessão do Kit Segurança aos Policiais Militares da Polícia Militar do Pará. Aditamento ao Boletim Geral Nº 019. Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br/sites/default/files/files/pdf/2013_01_28-adit019.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

PARÁ. Constituição (1989). Constituição do Estado do Pará. Disponível em: <<http://www.legispara.pa.gov.br/constituicao-do-estado>>. Acesso em: jan. 2019.

PMPA. Polícia Militar do Estado do Pará. Seção de Informática e Estatística (SIE). Arquivo “**Relatório de mortes de policiais militares no período de 2010 a 2018**”. Belém, 2018.

PRENZLER, T. Towards prevention: a situational study of police deaths on duty in Queensland. **Current issues in criminal justice**, n. 1. v. 18, p. 147-164, 2006.

RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. **Controle estatístico da qualidade**. Porto Alegre: Booksman, 2013.

REINER, R. **A política da polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

REISER, M.; GEIGER, S. Police Officer as a victim. **Professional psychology: research and practice**, v. 15, n. 3, p. 315-323, 1984.

SANTOS, J. B. F.; OSTERNE, M. S. F.; ALMEIDA, R. O. A entrevista como técnica de pesquisa no mundo do trabalho. In: ALVES, G.; SANTOS, J. B. F. **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o Mundo do Trabalho** (orgs). Bauru: Canal 6, Cap. 2, 2014.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed., rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2001.

SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência e Saúde coletiva** [online], v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. Sob Fogo Cruzado I: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, v. 1, p. 110-117, 2013.

SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre. v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLA, W. O. O compromisso e as implicações deontológicas para o militar de polícia. **Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais**, Florianópolis, v. 7, n. 37, p. 10-14, set./out. 2002.

APÊNDICES

Apêndice A: FORMULÁRIO – MORTE DE POLICIAL MILITAR

1- DADOS DA VÍTIMA POLICIAL MILITAR

Nome Completo: (Escrever o nome completo sem abreviações)

Nome de Guerra: _____

Sexo: () Masculino () Feminino **Data de Nascimento:** ___/___/___ **Idade:** _____

Raça: () Branco () Pardo () Amarelo () Índio () Negro

Endereço de residência: (Escrever o endereço completo com o nome da rua, casa, CEP e complementos)

Bairro: _____ **Município:** _____

Grau de Escolaridade: (Fundamental, Médio, Superior (completo ou incompleto), Pós-graduado)

Estado Civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () Divorciado () Outro _____

Posto ou Graduação: _____

Situação Funcional: () Ativa () Reseva () Reformado () Convocado

Tempo de Serviço Ativo: _____

Unidade Policial Militar a que pertencia: (Comando Intermediário/Unidade) _____

2- DADOS DO ACUSADO

Nome Completo: (se mais de um acusado, informar os dados referentes a todos)

Sexo: () Masculino () Feminino **Data de Nascimento:** ___/___/___ **Idade:** _____

Raça: () Branco () Pardo () Amarelo () Índio () Negro

Endereço:

Bairro: _____ **Município:** _____

Grau de Escolaridade:

() Não estudou () E. Fund. Completo () E. Médio Completo () E. Sup. Completo

() E. Fund. incompleto () E. Médio Incompleto () E. Sup. Incompleto () Pós-graduação

Estado Civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () Divorciado () Outro _____

Profissão: _____

Acusado foi Preso? () Sim () Não **Acusado morreu?** () Sim () Não

Acusado conhecia a vítima? () Sim () Não

Identificação do registro policial: (Registrar onde e sob que número foi feita a ocorrência da Polícia Civil) _____

DADOS DO FATO

Circunstâncias do fato:

- () Homicídio (Marcar esta opção se o crime indicar que não houve tentativa ou roubo do policial militar)
- () Latrocínio (Marcar esta opção somente se o próprio policial foi vítima de roubo seguido de morte)
- () Acidente de Trânsito - Complemento _____
(complementar se foi de moto, carro, ônibus, se a vítima era passageiro ou motorista, se foi atropelado, etc).
- () Suicídio - meio empregado _____ (complementar com o meio)
- () Causas Naturais – Qual? _____ (relato sumário da causa)
- () Há indícios da vítima estar realizando algum trabalho em horário de folga no momento do fato?
- () Outro _____

Data do Fato: ____/____/____ **Hora:** _____

Local da ocorrência: (Escrever o endereço completo com o nome da rua, casa, CEP e complementos)

Bairro: _____ **Município:** _____

Complemento: _____ **Cidade:** _____

Coordenadas Geográficas do fato: (se possível, registrar no formato Grau-Minuto-Segundo)

Local Específico: () Via Pública () Sua Residência () Bar, Festa () Outros

Nº de Agressores: _____

Foi subtraído algo da vítima? () Não () Sim – O que?

Meio de Locomoção do acusado:

() À Pé () Carro () Bicicleta () Outro _____

Arma/Mecanismo/Meio empregado:

() Arma de Fogo () Arma Branca () Outro _____

Vestimenta do Policial no momento do fato: () Fardado () Paisana

Estado do Policial no momento do fato: () Serviço () Folga

Vítima morreu no local? () Sim () Não

Se não, onde? () Hospital () A caminho do hospital

Número de outras vítimas mortais (se houver): _____

Dados Adicionais:

Nº do Boletim de Ocorrência: _____

Autoridade Policial que Atendeu a

Ocorrência _____

Relator do Fato:

Telefone Relator: _____

Descrição do fato: (descrever sucintamente o ocorrido)

Apêndice B – Protocolo de Busca

Tabela 1 – Busca com descritores em português

Base de dados	Descritores utilizados	Resultado inicial	Excluídos	Resultado final
Scielo	Risco X Vitimização de Policiais	8	4	4
Scielo	Risco X Morte de Policiais	3	3	0
Scielo	Morte X Policiais Militares	3	3	0
Scielo	Vitimização X Policiais Militares	7	5	2
CAPES	Risco X Vitimização de Policiais	0	0	0
CAPES	Risco X Morte de Policiais	0	0	0
CAPES	Morte X Policiais Militares	0	0	0
CAPES	Vitimização X Policiais Militares	0	0	0

Total de artigos: 06

Tabela 2 – Busca com descritores em inglês

Base de dados	Descritores utilizados	Resultado inicial	Excluídos	Resultado final
Scielo	Risk X Victimization of Police Officers	2	2	0
Scielo	Risk X Police Officers Death	0	0	0
Scielo	Death X Police Officers	0	0	0
Scielo	Victimization X Police Officers	0	0	0
CAPES	Risk X Victimization of Police Officers	5	4	1
CAPES	Risk X Police Officers Death	1	1	0
CAPES	Death X Police Officers	75	75	0
CAPES	Victimization X Police Officers	25	24	1

Total de artigos: 02

Apêndice C – Artigo Apresentado no II Congresso Internacional de Segurança e Defesa

Onde a PM sangra: caracterização espacial das mortes de policiais militares nos municípios de Belém e Ananindeua (2011-2017)

Erika Natalie Pereira Miralha Duarte

Mestranda em Segurança Pública (IFCHA/UFPA) e oficial da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. erikanatalie@hotmail.com.

Cesar Maurício de Abreu Mello

Mestre em Segurança Pública (IFCH/UFPA), doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA) e oficial da Polícia Militar do Estado do Pará. Belém – Pará – Brasil. mello.cesar@gmail.com.

Clay Anderson Nunes Chagas

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA). Professor dos Programas de Pós-graduação em Segurança Pública (PPGSP) e de Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará e professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Belém – Pará – Brasil. claychagas@yahoo.com.br.

RESUMO

A morte de profissionais de segurança pública é um tema que vem sendo bastante debatido, em especial no Brasil, onde a maioria das vítimas são policiais militares, e há uma tendência de crescimento ano após ano. Este trabalho teve como objetivo apresentar onde morreram os policiais militares da Polícia Militar do Pará, no período de 2011 a 2017, nos municípios de Belém e Ananindeua – Pará. Iniciou com uma revisão bibliográfica acerca do risco da atividade policial militar e como tal elemento influencia no resultado de morte para esta categoria de profissionais. Analisou as mortes de policiais militares da ativa ocorridas em serviço e durante a folga, descrevendo o local das mortes e que bairros da Região Metropolitana de Belém onde houve maior ocorrência. O resultado da pesquisa demonstrou que os locais onde houve mais mortes de policiais militares foram nos bairros do Jurunas e Parque Verde e no distrito de Outeiro, no município de Belém.

Palavras-chave: Polícia Militar. Risco. Morte.

Introdução

Policiais morrem em todo o mundo nas mais diversas circunstâncias. Alguns ocasionam acidentes de trânsito ou, mesmo não contribuindo para o evento, são vítimas deles. Outros, seja por inabilidade, negligência, excesso de confiança ou em função dos confrontos armados morrem vítimas de armas de fogo, ou pela incorreta “leitura” e avaliação de um cenário específico, tomam decisões equivocadas que os transformam em vítimas (MELLO, 2015). Há aqueles que, mesmo estando de folga e em trajes civis, são reconhecidos por bandidos. Finalmente, tem-se aqueles policiais que se arriscam mais do que a prudência e as

técnicas policiais recomendam. Como ponto em comum, tais policiais não puderam ou quiseram avaliar os riscos a que estavam expostos. Desta forma, seja na atividade policial ou fora dela, a correta percepção do risco transforma-se em um elemento crucial que separa a vida da morte.

FBSP (2017) mostram que morreram 453 policiais militares e civis no ano de 2016 no Brasil, representando um crescimento de 23% em relação ao ano anterior, além disso, desse universo, 386 eram policiais militares, dos quais 283 morreram fora da atividade (FBSP, 2017). No período de 2009 a 2015, a soma é de 2.543 policiais vitimados (FBSP, 2017).

Compreender, portanto, o fenômeno da vitimização policial torna-se crucial para que governos e instituições possam desenvolver estratégias e políticas públicas com vistas a mitigar tal acontecimento. O objetivo desta pesquisa foi investigar onde morreram os policiais militares da Polícia Militar do Pará, no período compreendido entre os anos de 2011 a 2017, nos municípios de Belém e Ananindeua – Pará. Em termos de objetivos específicos elencou-se: (i) confeccionar um mapa com a distribuição espacial dos homicídios dos policiais militares e (ii) verificar, a partir dos pontos onde ocorreram as mortes, a relação destes com os locais de residência.

Revisão Bibliográfica

A palavra risco, considerada polissêmica, muitas vezes tem seu significado confundido com perigo ou ameaça. Diversos autores tentaram defini-lo, alguns enquanto palavra, outros enquanto significado. Granjo (2006) foi um dos que se propôs a conceituá-lo, inicialmente alertando para a distinção entre os termos *risco*, *perigo* e *ameaça*. Para Granjo (2006), *Ameaça* é qualquer fator possível de causar dano à integridade de pessoas, seres ou coisas, desde que sua existência seja percebível, ainda que de forma vaga. Já o *perigo* seria uma ameaça totalmente imprevisível, incerta, arbitrária e permanente e o *risco* estaria situado numa zona onde a ameaça aleatória pode ser “domesticada”.

Quando o conceito de risco volta-se para a área da segurança, alguns autores concordam que o trabalho policial é arriscado e perigoso, dentre eles, têm-se Souza e Minayo (2005); Mello (2015) e Fernandes (2016). Sobre a morte de policiais, Gibbs *et al.* (2014) acrescentam que se a morte de qualquer cidadão é um crime horrendo, o assassinato de um policial é particularmente hediondo.

No estado do Pará, estudo de Mello e Nummer (2014) além de constatar que o risco se configura como um elemento inerente e propulsor da vida miliciana identificou que os

policiais militares do Pará têm uma percepção diferenciada dos riscos a que estão expostos, associada, especialmente, a sua origem e trajetória. Segundo Mello e Nummer (2014), os policiais militares que trabalham na região metropolitana da cidade de Belém-Pará e aqueles que trabalham em cidades do interior do Estado do Pará percebem o risco de formas diferentes.

O risco, portanto, pode ser encarado como um fenômeno complexo que “reúne várias dimensões da vida social, tais como a genética, o comportamento, a cultura, a perspectiva técnico-científica, a visão jurídica e o aspecto social” (MELLO, 2015, p. 29).

Consoante o direcionamento da pesquisa em apontar onde morreram os policiais militares no Estado do Pará, quer em atividade ou fora dela, adotou-se o conceito de risco dado por Mello (2015, p. 15) que o entende “como a condição de ser policial militar causar algum tipo de dano físico ou emocional, na trajetória profissional ou nas relações sociais do sujeito”.

Em seus estudos, Souza e Minayo (2013) destacam que desde o seu surgimento no mundo, a polícia se constitui em um alvo da vitimização, por meio de lesões por arma de fogo ou branca, traumas, agressão física ou psicológica, ou materializada pela morte. Tal afirmação também é comungada por Durante e Oliveira Júnior (2013) que afirmam ser altíssimo o grau de vitimização dos profissionais de segurança pública (em seu estudo que teve como universo apenas policiais civis e militares). Além de estarem sujeitos a morrer em proporções maiores que o cidadão comum, Reiser e Geiger (1984) destacam outro aspecto da vitimização, que ocorre quando o policial, além dos danos físicos, sofre a lesão à sua ilusão de controle e invulnerabilidade, inerentes ao seu papel de autoridade, onde é forçado a reconhecer que houve uma interferência ao controle de seu espaço, afetando sua autoestima, e acarretando um sentimento de culpa.

Durante e Oliveira Júnior (2013) ao analisarem a vitimização dos profissionais de segurança pública descobriram, sobre a possibilidade de um policial ser vítima de violência física, que os policiais com menor grau hierárquico, menor renda, com menor tempo de polícia e que não possuem imóvel estão mais propensos à violência física, e policiais militares que atuam nas regiões metropolitanas tem maior chance de serem vítimas de violência física.

Em relação à percepção de risco fora da atividade policial, Minayo, Souza e Constantino (2007) constataram que o perigo é um sentimento comum vivenciado por todos, e 94,1% dos policiais militares entrevistados declararam que os momentos mais inseguros na

folga são o trajeto para casa e durante o lazer. Assim, a condição de policial acaba por exigir um estilo de vida diferenciado, invadindo seus aspectos social e pessoal.

Sobre a vitimização dos policiais fora de serviço, Souza e Minayo (2005) chamam a atenção para as mortes, agressões e acidentes com os policiais em suas folgas, mas, contraditoriamente, ligadas ao trabalho. Elevado percentual de policiais (MINAYO; SOUZA, 2003) tem um “segundo emprego” na área de segurança privada como meio de complementar a renda, continuando assim a usar o tempo livre com atividades similares e arriscadas, além de comprometer suas horas de folga e descanso, ficando exposto a um maior desgaste físico e mental.

Corroborar a afirmação do segundo emprego como elemento potencializador do risco os estudos de Brito *et al.* (2011), ao mencionarem que o afrouxamento do controle social estatal oferta um mercado de segurança particular para os policiais, em razão de possuírem treinamento e licença para portar armas, além da rede de contatos com policiais que fazem o policiamento ostensivo. Ou seja, são atraídos para executarem essas atividades pelo fato de serem policiais, o que os torna ao mesmo tempo expostos fora do turno de trabalho oficial.

Os estudos acima mencionados convergem para uma afirmação que merece destaque: a estreita relação do risco da profissão policial com a ocorrência do resultado morte, seja em atividade, ou fora dela, bem como a clara percepção dessa existência por seus profissionais.

Material e Métodos

A metodologia utilizada no trabalho consistiu em levantar três procedimentos específicos sob orientação de Gil (1994). Inicialmente, uma revisão da literatura dos temas risco, violência e morte de policiais, que, segundo Yin (2016), deve ser seletiva e não abrangente, a fim de despertar as considerações iniciais sobre o tema do estudo, método e fonte de dados.

Em seguida, procedeu-se uma pesquisa documental, colhendo dados secundários relativos às mortes de policiais militares (oriundos de diversas fontes dentro do próprio Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, como o Centro de Inteligência da PMPA e a Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria do Estado). Finalmente, o tratamento, sobreposição, confirmação, reacompletamento e análise desses dados.

A pesquisa investigou onde morreram os policiais militares do Estado do Pará num período de sete anos (2011-2017). Seu objeto abrangeu os casos de morte de policiais

militares da ativa da Polícia Militar do Pará, excluídas as decorrentes de causas naturais (doenças), sejam decorrentes ou não da atividade policial, e os suicídios.

Utilizou-se no estudo a abordagem quantitativa descritiva dos locais onde ocorreram maior incidência de morte dos policiais militares ocorridas nos municípios de Belém e Ananindeua, por representarem a grande maioria de bairros onde tais mortes incidiram.

Quanto à questão espacial, o estudo utilizou a categoria *ponto de queda* como os locais onde ocorreram os atos que resultaram nas mortes dos policiais nas cidades de Belém e seus distritos e Ananindeua. O trabalho também pretendeu apontar a distância entre os pontos de queda e o local da residência do policial militar, considerando-se como categorias as mortes ocorridas: a) na residência; b) até 1 km da residência; c) de 1 a 3 km; d) de 3 a 5 km; e e) mais de 5 km da residência.

A análise dos dados realizou-se por categoria, construindo-se gráficos e mapas, seguindo-se à interpretação dos dados, procurando a explicação utilizando o referencial teórico já descrito.

No presente artigo, pesquisou-se as ocorrências onde as mortes ocorreram nas seguintes circunstâncias: **homicídio** (usado para designar aqueles registros em que o policial foi morto por arma de fogo ou outro instrumento qualquer, sem que estivesse demonstrada a intenção de roubo); **latrocínio**, quando a morte decorreu de uma tentativa de roubo ou roubo consumado; o **disparo acidental**, que contempla os registros em que o policial foi vítima de disparo de arma de fogo por ato próprio ou acidentalmente por seus companheiros de serviço, no jargão policial militar chama-se “fogo amigo”; a categoria **acidente de trânsito** reúne as situações em que a vítima estava no interior de veículo, embarcação, aeronave ou em uma motocicleta (particulares ou oficiais), ou quando foi atropelado; o **confronto armado** delimita as mortes, obrigatoriamente de serviço, em que o policial se envolveu em troca de tiros ou luta corporal com suspeitos ou foi vítima de emboscada;

Quanto à data da morte, considera-se a data da “queda”, ou seja, a da ocorrência, o momento em que foi praticado o ato, ainda que tenha sido outra a data do resultado morte.

A descrição detalhada de cada ocorrência envolvendo a morte de policiais militares no espaço temporal desta pesquisa foi solicitada diretamente à Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria do Estado e por consultas realizadas no Sistema Integrado de Gestão Policial (SIGPOL), sistema interno da Polícia Militar do Pará acessado por meio de *login* e senha, o que lhe confere autenticidade e confiabilidade nas informações coletadas.

Resultados e discussões

Este trabalho analisou as ocorrências que culminaram com mortes de policiais militares da ativa da Polícia Militar do Pará nos municípios de Belém e Ananindeua, tendo em vista que na Região Metropolitana de Belém estes municípios apresentaram o maior registro de mortes. Primeiramente, com o fim de contextualizar o cenário em relação ao fenômeno estudado, tem-se uma série histórica de mortes de policiais militares da PMPA no período de 2011 a 2017 no estado do Pará, na Região Metropolitana de Belém e a somatória de Belém e Ananindeua.

Na Polícia Militar do Pará, no período compreendido entre 2011 e 2017, 189 policiais militares perderam suas vidas, excluídas as mortes decorrentes de causas naturais e de suicídio. Deste total, 74% dos militares mortos se encontravam de folga. Detectou-se que 98 mortes ocorreram na Região Metropolitana de Belém (RMB), que é composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel, Santa Bárbara do Pará e Castanhal, destacando-se, neste cenário, o número de mortes ocorridas nos municípios de Belém e Ananindeua, que representam mais de 70% do total da RMB. Desta forma, tomou-se como problemática a ser estudada, as mortes de policiais militares da Polícia Militar do Pará, em particular no seu aspecto espacial.

O Estado do Pará possui uma população estimada para 2017 de pouco mais de 8 milhões de habitantes (IBGE, 2010), concentrados em sua maioria nas grandes cidades. A Polícia Militar do Pará distribui seu efetivo levando em consideração a densidade populacional, desta forma, a Região Metropolitana de Belém (RMB), que abrange os municípios de Belém e distritos, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel e Castanhal é servida por aproximadamente **5.141** policiais militares⁸ que se revezam em turnos diários de serviço. A concentração de 51% de policiais do efetivo total empregado no estado na Região Metropolitana poderia explicar uma proporção maior de policiais militares mortos em relação às demais regiões do estado.

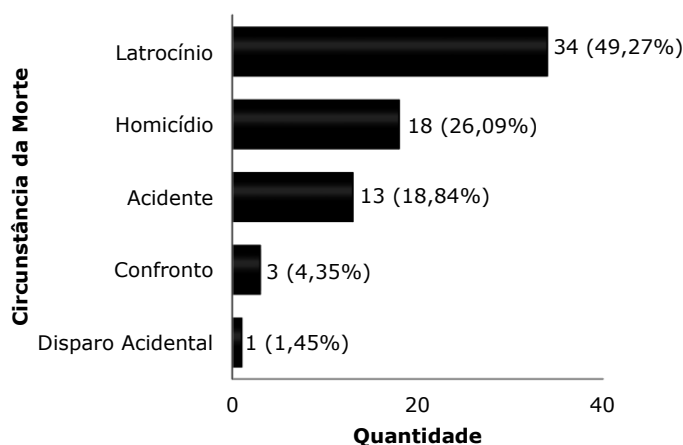
Da observação da série história constata-se a existência de oscilação no número de mortes, com tendência predominante de aumento, ficando em 27 o número médio de mortes no período (2011-2017); somente os anos de 2012 e 2016 apresentaram leve redução, enquanto que, o ano de 2013 apresentou 39 mortes. Tal elevação merece uma análise mais apurada considerando que em 2013 a Polícia Militar do Pará, com a publicação da Portaria Nº

⁸ O que corresponde a cerca de 70% do total dos efetivos dos Comandos de Policiamento da Capital (CPC), Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), Comando de Policiamento Especializado (CPE) e Comando de Missões Especiais (CME). Os 30% restantes, são empregados no serviço administrativo.

006/2013, de 26 de janeiro de 2013 (PARÁ, 2013), regulou a concessão do chamado “kit segurança” aos policiais militares, que, cumpridos os requisitos estabelecidos na norma, receberam uma pistola, munições e um colete balístico. Ressalta-se, entretanto, que não há neste estudo elementos científicos capazes de relacionar o número de mortes de policiais e a utilização do “kit segurança”.

Quando se comparou o número de latrocínios ocorrido em 2013 em relação ao total de crimes ocorridos, verificou-se não só o aumento de registros deste crime na população em geral, mas percebe-se que a proporção de vítimas policiais militares em relação ao total de latrocínios aumentou ano a ano, é expressivo o número de vítimas dessa categoria em relação ao total, representando em média 9%, o que leva ao entendimento de que o simples fato de ser policial militar o transforma em potencial vítima desse crime em específico.

Figura 1 – Mortes de policiais militares na ativa por circunstância – Belém e Ananindeua, no período de 2011 a 2017.



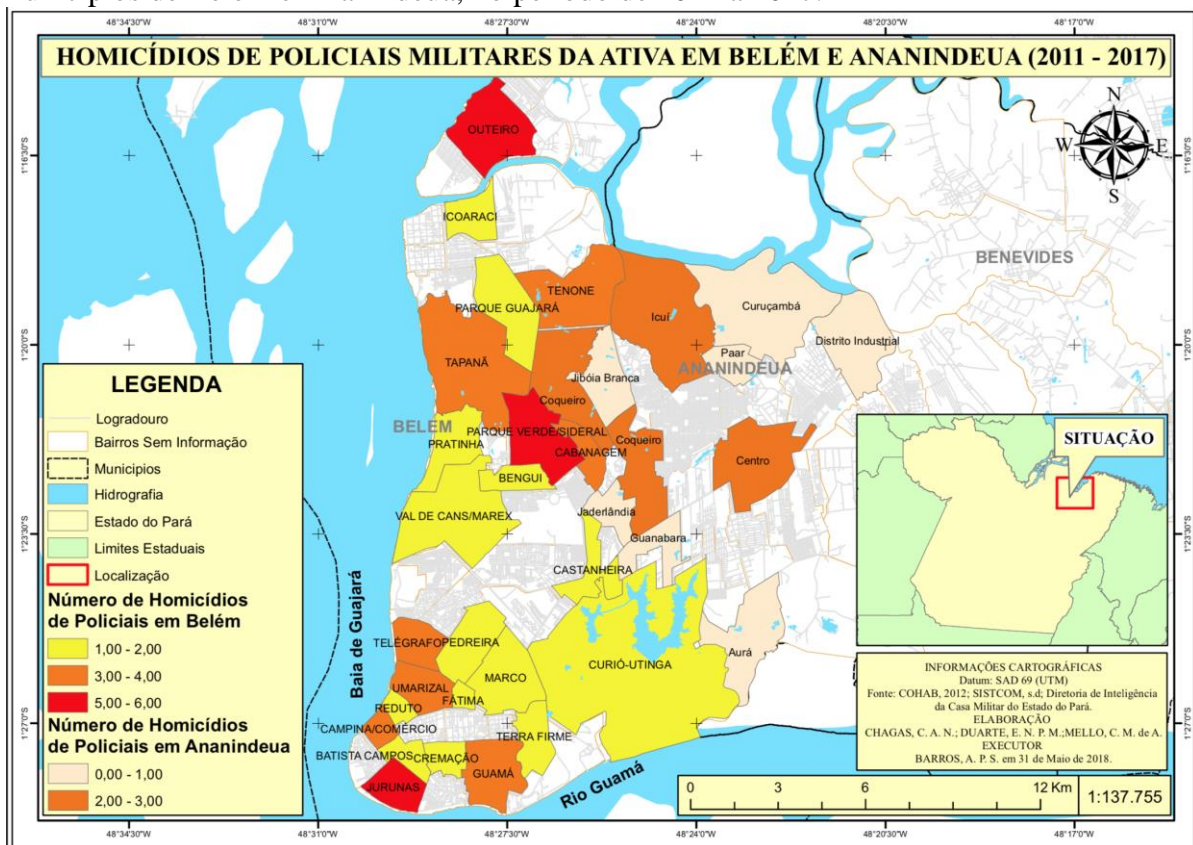
Fonte: Construção dos autores a partir de informações obtidas na Diretoria de Inteligência da Casa Militar, , junho, 2018.

Observa-se que o latrocínio (49,27%) e o homicídio (26,09%) são as principais circunstâncias que vitimam os policiais militares, seguidos do acidente de trânsito (18,84%) e do confronto armado (4,35%), havendo somente uma (1,45%) ocorrência de morte decorrente de disparo acidental (Figura 1). O número maior de latrocínios em relação aos homicídios, de forma discrepante da proporção que envolve a população em geral, e que pode ser explicada por ocasião da análise dos 34 latrocínios ou tentativa de latrocínio ocorridos, onde em 23 (68%) deles houve a subtração da arma de fogo, demonstrando que há grande probabilidade do policial tornar-se uma vítima potencial do latrocínio em virtude de portá-la. O percentual elevado de mortes por acidente de trânsito (20%), demonstra que o policial militar, assim

como a população em geral, é também vítima da violência no trânsito, que no caso dos municípios estudados representam uma das principais causas de mortes da população.

A produção cartográfica se revestiu fundamental importância no sentido de mostrar onde os policiais militares do Pará morrem, por ser uma atividade complexa e que envolve aspectos multidisciplinares, e a utilização de técnicas de geoprocessamento possibilitaram a análise da realidade socioespacial, sem afastar a importância do pesquisador como sujeito da elaboração do mapa. De posse das informações dos denominados “locais de queda”, termo aqui utilizado para conceituar os locais das mortes dos policiais, confeccionou-se um mapa, representado pela figura abaixo, onde observa-se de acordo com a legenda, os bairros que concentraram maior número de ocorrências no período 2011-2017.

Figura 2 – Distribuição espacial do número de mortes de policiais militares da PMPA, nos municípios de Belém e Ananindeua, no período de 2011 a 2017.



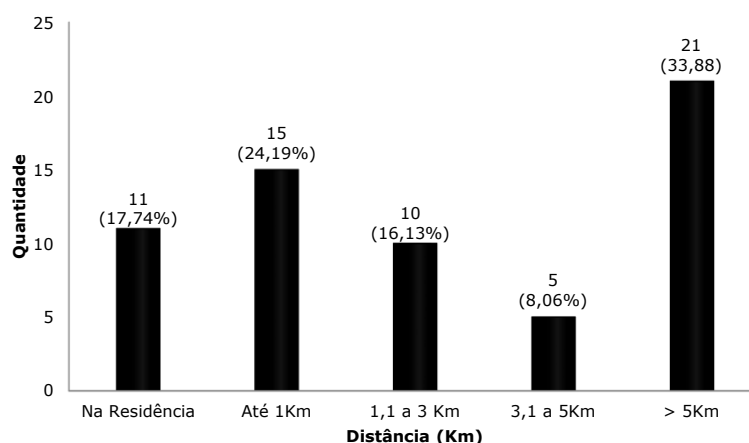
Fonte: COHAB, 2012, adaptado pelos autores (2018).

A distribuição espacial dos homicídios mostra-se de forma bem heterogênea, onde o gradiente apresentado com o maior número de policiais mortos é encontrado nos bairros Jurunas, Parque Verde e distrito de Outeiro (Figura 2). Tal distribuição está em consonância

com o entendimento de Cano (2008) ao tratar do tema violência letal, de que esta não se distribui homoganeamente, mas que há uma relação inversa entre o nível de vida e a violência letal. Assim, cidadãos que residem em áreas mais pobres e que possuem menos acesso aos serviços do Estado estão mais expostos a sofrerem uma morte violenta, e vice-versa. Contrariamente, moradores de áreas consideradas mais providas de serviços e com valorização imobiliária seriam alvos preferenciais de crimes contra o patrimônio (roubos e furtos).

Na tentativa de enriquecer o debate acerca da distribuição espacial das mortes, procurou-se também mostrar a relação entre os pontos de queda e distância da residência do policial militar conforme demonstra a Figura 3.

Figura 3 – Mortes de policiais militares na ativa nas cidades de Belém e Ananindeua, no período de 2011 a 2017, por distância (em quilômetros) da residência até o local da queda do policial.



Fonte: Casa Militar do Estado do Pará, junho, 2018, elaborado pelos autores.

Quando se considera apenas as mortes ocorridas na folga, verifica-se há um expressivo número de mortes na residência ou em local muito próximo (até 1km dela), ou seja, 41,93% dos policiais morreram no interior da residência, ou às proximidades dela. Tal fenômeno pode ser explicado pelo fato de que o policial, muitas das vezes acostumado em andar nos mesmos locais, e pela convivência contínua com as mesmas pessoas em determinado bairro, reduz sua capacidade de perceber o perigo, por se encontrar em ambiente que julga ser mais seguro, pois é o seu local de pouso e morada. Le Breton (1991) esclarece que a experiência contraída pela exposição ao risco repetidamente pode fazer com que a sua percepção seja reduzida. É o que o autor designa de “pedagogia do risco”, complementando que o risco não é uma disposição perene do indivíduo e, mesmo que o policial já tenha enfrentado alguma situação

arriscada, isso não o credencia a enfrentar outras de mesma magnitude e nem lhes assegura um “equilíbrio psicológico” aprendido pela experiência.

Ainda sobre o assunto, Almeida (2008) parte da comprovação de que o viver é multissensorial e cria o conceito de *redoma sensorial*. Almeida (2008) argumenta que, ao vivenciar uma nova experiência, como aprender uma nova habilidade (dirigir uma moto, andar pela floresta, etc.), todos os sentidos se comprometem com o aprendizado daquela nova atividade até que ela seja completamente dominada e passe a ser corriqueira e automatizada e, portanto, deixar de ser extraordinária, e passar a ser ordinária. Dessa forma, mesmo vivendo em um local considerado perigoso e com altos índices de criminalidade é possível que o policial militar, pela convivência e circulação diária nesse local, internalize uma “falsa percepção” de segurança dentro daquele ambiente, acarretando, assim, uma exposição que lhe acaba por lhe vitimizar.

Considerações Finais

Utilizados os instrumentos metodológicos do presente estudo, verificou-se que a morte de policiais e sua relação com o espaço são complexas, e que envolvem muitas variáveis. Pautada na análise do que foi exposto anteriormente e baseado na conversa com outros autores que estudam o assunto, há grande possibilidade de contribuir para o debate acadêmico que envolve o tema. Constatou-se, apesar da distribuição bastante heterogênea dos crimes estudados, que os quase a totalidade dos bairros com maior incidência de crimes com resultado morte são os situados em áreas periféricas, onde se concentram aglomerados subnormais e a presença estatal é deficiente, gerando a concentração de crimes que vitimam não só essa categoria, mas a população em geral.

Um fator que pode contribuir para o expressivo número de mortes em bairros localizados na periferia de Belém e de Ananindeua, além da questão numérica, diz respeito à renda, às condições e locais de moradia e ao meio de transporte, atingindo mais os policiais que se encontram na base da pirâmide organizacional da instituição: soldados e cabos. A percepção de risco diminuída por residir nessas áreas e a *redoma sensorial* decorrente da habitualidade de circular e conviver nesse ambiente pode influenciar na incidência de mortes de policiais em áreas consideradas “vermelhas” ou *hot spots*, onde este profissional pode ser e reconhecido e tornar-se vítima da criminalidade local.

Ao observar os elevados registros de mortes de policiais vítimas de roubo, isto é, de latrocínio, suscita-nos a dúvida de que eles podem estar sendo vítimas preferenciais em

função de possuírem (e de estarem portando) uma arma. Estudos mais aprofundados precisam ser realizados com o objetivo de reduzir a letalidade de policiais mortos em função do roubo de sua arma ou até mesmo pelo fato de exercer a atividade policial.

Referências

- ALMEIDA, L. G. V. **Ritual, risco e arte circense: o homem em situações-limite**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2008.
- BRITO, D; SOUZA, J.; LIMA, R. **Policiais e o “bico”: a formação de redes de trabalho paralelo de segurança**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, Ano v, 8.ed., Fev./Mar 2011.
- CANO, I. Análise territorial da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER, 1997. In: SOUZA, M. L. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- DURANTE, M. O.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. Vitimização dos policiais militares e civis no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública** [online], São Paulo, n. 7, p.132-144, Fev/Mar 2013.
- FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **Revista Brasileira de Segurança Pública** [online], São Paulo, n. 2, v. 10, p. 192-219, Ago/Set 2016.
- GIBBS, J. C.; RUIZ, J.; KLAPPER-LEHMAN, S. A. Police officers killed on duty: replicating and extending a unique look at officers deaths. **International Journal of Police Science & Management**. n. 4, v. 16, p. 277-287, 2014.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 1994.
- GRANJO, P. Quando o conceito de <risco> se torna perigoso. **Revista Analise Social**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. v. 181, p. 1167-1179, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>>. Acesso em: nov. 2018.
- LE BRETON, D. **Passions du risque**. Paris: Métailié. 1991.
- FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo. Ano 10, 2017.
- MELLO, C. M. A. **“Mesmo com o sacrifício da própria vida”**: A multiplicidade dos riscos na profissão Policial Militar. Belém, 2015. 75 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - PPGSP, Universidade Federal do Pará, 2015.
- MELLO, C. M. A.; NUMMER, F. V. **Policial militar: uma profissão de risco**. ANAIS 29ª **Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal, UFRN, 2014.
- _____. A questão do risco na profissão policial militar: avanços e desafios. In: FRANÇA, Fábio Gomes; SANTOS, Carlos Eduardo Batista dos. **Estudos em Segurança Pública: direitos humanos, polícia e violência**. João Pessoa: Ideia, 2015.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial civil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**. n. 23, 2007.

REISER, M.; GEIGER, S. Police Officer as a victim. **Professional psychology: research and practice**, v. 15, n. 3, p. 315-323, 1984.

SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S. Sob Fogo Cruzado I: vitimização de policiais militares e civis brasileiros. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, v. 1, p. 110-117, 2013.

_____. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência e saúde coletiva**. v.10, n.4, p. 917-928, 2005.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução Daniel Bueno. Rev. Téc. Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

ANEXOS

ANEXO 1 – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DO ARTIGO 1

[PPP] Agradecimento pela Submissão

Mauricio Saboya <mauricio.saboya@ipea.gov.br>

Sex, 26/04/2019 03:43

Para: Sra ERIKA NATALIE PEREIRA MIRALHA DUARTE <erikanatalie@hotmail.com>

Sra ERIKA NATALIE PEREIRA MIRALHA DUARTE,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "ESTUDO SOBRE A VITIMIZAÇÃO COM MORTE NA FOLGA DO POLICIAL MILITAR DO PARÁ (2011-2018)" para Planejamento e Políticas Públicas. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema localizado em:

URL do Manuscrito:

<https://eur02.safelinks.protection.outlook.com/?url=http%3A%2F%2Fwww.ipea.gov.br%2Fppp%2Findex.php%2FFPPP%2Fauthor%2Fsubmisson%2F1266&data=02%7C01%7C%7C3d3047facc054f00fb5e08d6c9f9464e%7C84df9e7fe9f640afb435aaaaaaaaaaaa%7C1%7C0%7C636918469811254787&data=5FFmGAPU6TQxL2LJTk4NWOjMTPoN%2BxtEWOA76%2FRG2%2FE%3D&reserved=0>

Login: erikanatalie

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email. Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

Mauricio Saboya
Planejamento e Políticas Públicas

Planejamento e Políticas Públicas - PPP
61 3315.5011

CONTEÚDO DA
REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos

Pesquisar

Procurar

- [POR EDIÇÃO](#)
- [POR AUTOR](#)
- [POR TÍTULO](#)

USUÁRIO

Logado como:

erikanatalie

- [PERFIL](#)
- [SAIR DO SISTEMA](#)

TAMANHO DE
FONTE

INFORMAÇÕES

- [PARA LEITORES](#)
- [PARA AUTORES](#)
- [PARA BIBLIOTECÁRIOS](#)

AUTOR

Submissões

- [ATIVO \(1\)](#)
- [ARQUIVO \(0\)](#)
- [NOVA SUBMISSÃO](#)

IDIOMA

Selecione o
idioma

Português (Brasil)

Submeter

[AJUDA DO SISTEMA](#)[OPEN JOURNAL
SYSTEMS](#)

CAPA > USUÁRIO > AUTOR > SUBMISSÕES > #1266 > RESUMO

#1266 Sinopse

[RESUMO](#) [AVALIAÇÃO](#) [EDIÇÃO](#)

Submissão

Autores	ERIKA NATALIE PEREIRA MIRALHA DUARTE, CLAY ANDERSON NIUNES CHAGAS, EDSON MARCOS LEAL SOARES RAMOS, CESAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO
Título	ESTUDO SOBRE A VITIMIZAÇÃO COM MORTE NA FOLGA DO POLICIAL MILITAR DO PARÁ (2011-2018)
Documento original	1266-4261-1-SM.DOCX 2019-04-26
Docs. sup.	Nenhum(a) INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR
Submetido por	Sra ERIKA NATALIE PEREIRA MIRALHA DUARTE
Data de submissão	April 26, 2019 - 12:42 AM
Seção	Artigos
Editor	Nenhum(a) designado(a)

Situação

Situação	Aguardando designação
Iniciado	2019-04-26
Última alteração	2019-04-26

Metadados da submissão

[EDITAR METADADOS](#)

Autores

Nome	ERIKA NATALIE PEREIRA MIRALHA DUARTE
Instituição/Afiliação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País	Brasil
Resumo da Biografia	MESTRE EM SEGURANÇA PÚBLICA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BACHAREL EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
Contato principal para correspondência.	
Nome	CLAY ANDERSON NIUNES CHAGAS
Instituição/Afiliação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País	Brasil
Resumo da Biografia	PROFESSOR DOUTOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ (UEPA)
Nome	EDSON MARCOS LEAL SOARES RAMOS
Instituição/Afiliação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País	Brasil
Resumo da Biografia	PROFESSOR DOUTOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA UFPA.
Nome	CESAR MAURÍCIO DE ABREU MELLO
Instituição/Afiliação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País	—
Resumo da Biografia	DOUTORANDO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DO NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS (NAEA)/UFPA; MESTRE EM SEGURANÇA PÚBLICA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ E OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR

Título e Resumo

Título	ESTUDO SOBRE A VITIMIZAÇÃO COM MORTE NA FOLGA DO POLICIAL MILITAR DO PARÁ (2011-2018)
Resumo	Importância: A questão da segurança pública envolve uma miríade de problemas graves, complexos e nem sempre interligados que precisam ser confrontados mediante uma

abordagem multidisciplinar que ofereça possibilidades de enfrentamentos pontuais dos problemas de acordo com suas especificidades sem, no entanto, perder a visão de conjunto. Dentre eles, a morte de policiais militares vem chamando a atenção da sociedade, dos meios de comunicação e do meio científico. Objetivo: a pesquisa buscou identificar as circunstâncias em que os policiais militares da ativa da PMPA morreram fora do período de serviço, no período de 2011 a 2018. Método: Este trabalho analisou a vitimização com resultado morte de policiais militares da Polícia Militar do Pará no período compreendido entre os anos de 2011 e 2018. Utilizou dados primários e secundários obtidos junto ao Sistema Integrado de Segurança Pública e junto à Diretoria de Inteligência da Casa Militar da Governadoria. Resultado: verificou-se o crescimento da vitimização com resultado morte dos policiais militares paraenses, principalmente o latrocínio, tendo em vista o fato de se encontrarem mais vulneráveis durante a folga e tornam-se alvos de criminosos que objetivam roubar seu armamento. Conclusão: a vitimização com resultado morte requer medidas emergenciais que ultrapassem o âmbito apenas institucional, necessitando de uma ação que seja alinhada por meio de medidas políticas a médio e longo prazo.

Indexação

Palavras-chave Segurança Pública, Polícia Militar do Pará, criminalidade, vitimização, morte.

Idioma pt

Agências de fomento

Agências —

ISSN: 01034138

ANEXO 2 – DIRETRIZES PARA AUTORES REVISTA IPEA – PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista Planejamento e Políticas Públicas?

[ACESSO](#)

Não tem login/senha?

[ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

Diretrizes para Autores

NORMAS AOS COLABORADORES DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

- Os artigos enviados para seleção devem ser inéditos. A remessa do artigo à Revista implica autorização para a sua publicação pelo autor.
 - Os trabalhos podem ser submetidos em português, inglês, francês ou espanhol. Aceitam-se, eventualmente, artigos traduzidos, já publicados em outro idioma que, pela sua relevância, mereçam divulgação em português.
 - A Revista reserva-se o direito de recusar trabalhos submetidos para publicação conforme a avaliação de seus pareceristas. Todos os trabalhos submetidos serão julgados por dois pareceristas, no processo de avaliação. Caso haja divergência entre os dois primeiros pareceristas, o artigo será encaminhado para um terceiro parecerista.
 - No caso dos artigos selecionados para publicação, os autores deverão enviar uma versão deles editada em Word (2007 ou posterior). Os artigos devem ser submetidos pelo site da Revista.
 - Cada artigo deverá conter um resumo de cerca de 150 (cento e cinquenta) palavras, o qual propicie uma visão global e antecipada do assunto tratado. O resumo deve ser enviado em 4 (quatro) idiomas: português, inglês, espanhol e francês. Cada resumo deve conter até 5 (cinco) palavras-chave.
- As fórmulas matemáticas devem ser claras e inseridas no próprio texto: jamais podem dar margem à dupla interpretação. Se as deduções de fórmulas forem abreviadas, o autor deverá apresentar a derivação completa em um anexo, o qual não será publicado.

Diretrizes gerais para formatação dos artigos:

- Os artigos enviados devem ser anonimizados. Ou seja, qualquer referência aos autores no corpo do texto deve ser excluída.
- O autor deverá informar até cinco códigos no sistema de classificação do Journal of Economic Literature (JEL) – disponível no site [HTTPS://WWW.AEAWEB.ORG/JEL/JEL_CLASS_SYSTEM.PHP](https://www.aeaweb.org/jel/jel_class_system.php).
- Os artigos não devem exceder 30 (trinta) páginas considerando todos os elementos do artigo, inclusive as partes não textuais. O texto deve ser formatado em papel A4 (29,7 x 21 cm), espaço simples, letras Times New Roman, corpo 12, margens superior e esquerda com 3 cm e inferior e direita com 2 cm, justificado;
- Gráficos de dados, editados em Microsoft Excel, versão 2007 ou posterior. No caso de gráficos, pode-se fazer a edição também em Corel Draw. Mapas e gravuras deverão vir em arquivo separado, com extensão CDR, BMP, TIF, JPG e EPS, para possibilitar leitura magnética (obs.: não utilizar cores).
- As Notas devem aparecer no final da página, numeradas sequencialmente.
- O artigo deve seguir as normas estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR-6023).
- As indicações bibliográficas no texto devem obedecer, por exemplo, à forma (BARAT, 1978) e, se for o caso, acrescidas de referência ao número da página citada: (BARAT, 1978, p. 15). A referência completa deverá ser apresentada no fim do artigo, em ordem alfabética, com: no caso de livros – autor(es), título completo do livro, nome e número da série ou coleção (se houver), edição, local, editora e ano de publicação; e, no caso de artigos de periódicos – autor(es), título completo do artigo, título completo do periódico, local, número e volume, número de páginas, mês e ano da publicação.

Declaração de Direito Autoral

Proposta de Política para Periódicos de Acesso Livre

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION LICENSE](#) que permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O EFEITO DO ACESSO LIVRE](#)).

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta

publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ISSN: 01034138

ANEXO 3 – Certificado de Participação no II Congresso Internacional de Segurança e Defesa



Certificado

II CISD

06 a 09 de novembro de 2018
SALVADOR - BAHIA - BRASIL

Certificamos para os devidos fins que o trabalho **Onde a PM sangra: caracterização espacial das mortes de policiais militares nos municípios de Belém-PA e Ananindeua-PA (2011-2017)**, de autoria de **ERIKA NATALIE PEREIRA MIRALHA DUARTE, CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS e CESAR MAURICIO DE ABREU MELLO**, foi apresentado no **II Congresso Internacional de Segurança e Defesa - II CISD**, que aconteceu no período de 06 a 09 de novembro de 2018, na Escola de Administração e Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, Bahia, Brasil.



Prof. Dr. Ivone Freire Costa
Coordenadora Geral do
II Congresso Internacional de Segurança e Defesa











Realização

N. DE CERTIFICAÇÃO: 14K48K6QIR5M4EN5

- Universidade de Cabo Verde • Universidade Federal da Bahia • Universidade Federal do Pará • Universidade Estadual do Amazonas
- Universidade Estadual de Maricá • Universidade de Vila Velha • Universidade Autônoma de Lisboa

<http://www.cisd2018.ufba.br>

ANEXO 4

**REGRAS DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS NO II CONGRESSO
INTERNACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA**

II Congresso Internacional de Segurança e Defesa	
Resultado Final	06/09

home page

apresentação

editais

inscrição

grupos de trabalho

sobre a submissão

programação

comissões

fotos

hotel + aéreo

dicas da cidade

evento anterior

dúvidas

acesso ao sistema

NOTA SOBRE ENVIO DE TRABALHOS COMPLETOS:

Para os trabalhos selecionados, o envio da versão completa deve ocorrer no **período de 13 a 23/09/18**, com acesso pelo perfil do participante - através de login e senha próprios - no item submissão, opção "submissão de atividades" e, depois clicar em "envio de trabalho completo!" O envio do trabalho completo é obrigatório para a apresentação do mesmo no evento
Só serão considerados trabalhos encaminhadas pelo sistema.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. Não há restrições de números de trabalhos por autor, mas cada resumo deve ter, no máximo, cinco autores;
2. Para submeter trabalho, é necessário que a pessoa esteja necessariamente inscrita no II CISD, contudo a taxa de pagamento pode ser quitada após a divulgação da lista de aprovados, mas antes do prazo final de envio dos trabalhos completos;
3. Para submeter o trabalho, é preciso que, ao menos, um dos autores já esteja inscrito necessariamente;
4. O autor pode inscrever-se e, após efetivada a inscrição e de posse de usuário e senha, ainda neste ambiente, pode seguir para submeter trabalho ou, caso deseje fazer a submissão em outro momento após realizada a inscrição, ao retornar ao site deve acessar de posse de usuário e senha o item "Acesso ao Sistema" e optar, neste ambiente em "Submeter Trabalho";
5. Caso ainda haja ressalvas, é possível consultar o item 3 de "Dúvidas" no menu lateral do site - o item "Como fazer para submeter trabalho";
6. No primeiro momento da Submissão, deverão ser enviados apenas RESUMOS, (conforme modelo ao final desta página). Trabalhos completos serão desconsiderados pelos avaliadores.

ATENÇÃO:
Todos os trabalhos apresentados no 2º CISD serão publicados em formato digital (e-book) com ISBN Internacional e, também, já há previsão de publicação em versão impressa.

NORMAS PARA ENVIO DOS TRABALHOS COMPLETOS DOS ESPAÇOS DE DIÁLOGOS:



GERE
Gerência de Eventos
Copyright © 2001